



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**IX Legislatura**

**Número: 67**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-Feira, 14 de Julho de 2010**

**Presidente:** *Deputado Francisco Coelho*

**Secretários:** *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

### Sumário

*Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 08 minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados e lida a correspondência, passou-se ao período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político**.

Ao abrigo do artigo 73.º do Regimento da ALRAA, foi apresentado um **Voto de Protesto sobre a Postura do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Construção dos Navios Atlântida e Anticiclone**, pelos Grupos Parlamentares do PS e CDS/PP e pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação, que coube ao Sr. Deputado Luís Silveira (*CDS/PP*), e tendo usado da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), António Marinho (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*), o Voto de Protesto foi aprovado por maioria.

Em seguida, os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*) apresentaram declarações políticas, tendo usado da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*) na sequência da segunda declaração.

No período dedicado ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante**, proferiram intervenções os Srs. Deputados Paula Bettencourt (*PS*) e Luís Garcia (*PSD*), na sequência das quais usaram da palavra os Srs. Deputados Mark Marques (*PSD*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Rogério Veiros (*PS*), Pedro Medina (*CDS/PP*) e Jorge Costa Pereira (*PSD*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Por fim, entrou-se na **Agenda da Reunião**, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. Continuação das Perguntas ao Governo Regional, com resposta oral, nos termos do artigo 180.º do Regimento da ALRAA**, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Na sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Mário Moniz (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS/PP*), João Costa (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*) e Domingos Cunha (*PS*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

**2. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010 – “Quadro Legal da Pesca Açoriana”.**

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), Pedro Medina (*CDS/PP*), José Lima (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Mário Moniz (*BE*) e José Rego (*PS*).

O diploma foi aprovado por maioria.

Apresentou uma declaração de voto o Sr. Deputado Mário Moniz (*BE*).

*Os trabalhos terminaram às 20 horas e 15 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos, com a chamada.

*(Eram 10 horas e 08 minutos)*

*Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva**

**Alzira Maria de Serpa e Silva**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Alberto Medeiros Mendonça**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Helder Guerreiro Marques da Silva**

**Hernâni Hélio Jorge**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José de Sousa Rego**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Maria da Graça Lopes Teixeira**

**Maria da Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Paula Cristina Dias Bettencourt**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

**Vera Mónica da Silva Alves Teixeira Bettencourt**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos**

**António Maria Silva Gonçalves**

**António Pedro Rebelo Costa**

**António Lima Cardoso Ventura**

**Carla Patricia Carvalho Bretão Martins**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Abel Jorge Igrejas Moreira**

**Luís Virgílio de Sousa da Silveira**

**Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa**

**Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Mário Manuel de Castro Moniz**

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

***Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)***

**Aníbal da Conceição Pires**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

**Presidente:** Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos proceder agora à leitura da correspondência.

**Secretário (José Ávila):** Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório e Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 29/XI – “Procede à primeira alteração à Lei da Televisão aprovada pela Lei n.º 27/2007, de 30 de Junho, à 12.ª alteração ao Código da Publicidade aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 22 de Outubro, e à primeira alteração da Lei que procede à reestruturação da concessionária do Serviço Público de Rádio e Televisão aprovada pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, e transpõe a Directiva n.º 2007/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro”.

**Secretário (Cláudio Lopes):** Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório e Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 28/XI – “Aprova a Lei da Rádio, revogando a Lei n.º 4/2001, de 23 de Fevereiro”.

**Secretário (José Ávila):** Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório e Parecer sobre os Projectos de Lei n.º 299/XI (BE) – “Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais” e n.º 317/XI (PCP) – “Financiamento dos partidos”.

**Secretário (Cláudio Lopes):** Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para o Deputado António Lima Cardoso Ventura prestar depoimento, na qualidade de testemunha, nos autos de acção de processo sumário n.º 15/09.3TBAGH, que corre termos no 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.

**Presidente:** A correspondência está lida.

Deu entrada na Mesa e já foi distribuído pelas respectivas bancadas um voto conjunto, **Voto de Protesto** apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS e CDS/PP e pela Representação Parlamentar do PCP.

Para apresentar o voto, dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Silveira.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

### Voto de Protesto

Os Grupos Parlamentares do PS e do CDS/PP e a Representação Parlamentar do PCP lamentam a falta de lealdade institucional do Grupo Parlamentar do PSD, ao enviar para o Ministério Público um documento solicitado pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Construção dos Navios Atlântida e Anticiclone.

Sem prejuízo da legitimidade política que assiste ao PSD, é lamentável que o relatório em causa tivesse sido enviado ao Ministério Público nas vésperas da Comissão de Inquérito analisar e debater o relatório final dos seus trabalhos, o que aconteceu a 07 de Julho corrente.

Esta lealdade institucional, que deve marcar o relacionamento político num Parlamento, foi claramente quebrada com a decisão de enviar o relatório da Inspeção-Geral de Finanças para uma entidade judicial sem, em momento algum, o Grupo Parlamentar do PSD ter dado conhecimento deste facto à Comissão de Inquérito.

É lamentável, pelo desrespeito demonstrado para com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que a Comissão de Inquérito tenha tido, assim, conhecimento desta decisão apenas pela Comunicação Social.

Em causa está um documento que o Grupo Parlamentar do PSD, à semelhança dos restantes partidos presentes na Comissão, teve acesso no âmbito dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que o solicitou aos Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do PS e do CDS/PP e a Representação Parlamentar do PCP propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o presente Voto de Protesto pela postura do Grupo Parlamentar do PSD na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Construção dos Navios Atlântida e Anticiclone.

Horta, Sala das Sessões, 14 de Julho de 2010.

**Os deputados regionais**, *Helder Silva, Artur Lima e Aníbal Pires*.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

**(\*) Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista assina este voto de protesto pelo facto de não compreender como é que os deputados do PSD na Comissão – infelizmente, à semelhança de muitos outros ultimamente – cederam ao seu partido, sem escrúpulos, violando claramente as regras daquilo que é a lealdade institucional e daquilo que é a sã convivência democrática neste Parlamento.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Logo o senhor a falar nisso!

**Deputado João Costa (PSD):** Grande lata!

**O Orador:** E a troco de quê? A troco de mais uns minutos na televisão, a troco da intriga política e a troco do protagonismo fácil.

Podem ter a certeza de uma coisa: não contarão com o Partido Socialista para este papel.

Tenho dito.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Tinha inscrito o Sr. Deputado Jorge Macedo. Prescinde? Muito bem.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A história da construção dos navios Atlântida e Anticiclone é uma história longa, conhecida genericamente de todos nós e dos açorianos, mas não conhecida ao pormenor, designadamente pelos açorianos. Por causa disso e porque estão envolvidos muitos e muitos milhões de euros do erário público regional, naturalmente que os açorianos têm o dever de ser integralmente, e não genericamente, esclarecidos da forma como esses dinheiros públicos foram gastos. Para isso exigia-se – e é isso que se deve fazer em democracia – que todos, mas todos, estivessem disponíveis para ouvir o maior conjunto de depoimentos possíveis daqueles que estiveram ligados directa ou indirectamente ao processo. Foi o que não aconteceu, logo desde o início dos trabalhos da Comissão de Inquérito, em que, perante a proposta de serem ouvidas vinte e quatro pessoas, o Partido Socialista, designadamente, aprovou a audição de dez...

**Deputado Francisco César (PS):** Designadamente? Havia mais partidos, Sr. Deputado!

**O Orador:** ...porque não quis ouvir as outras catorze!

Qual o problema em ouvir as outras catorze e assim contribuir para o integral esclarecimento? Aliás, tinha sido dito, na altura da aprovação desta Comissão de Inquérito: o cabal esclarecimento, dito por parte do Partido Socialista.

**Presidente:** Sr. Deputado, nós temos agendada a discussão do relatório para mais tarde.

**O Orador:** Pois assim não pareceu! Logo de imediato, figuras que estiveram ligadas ao grosso do processo recusaram-se a ser ouvidas em termos orais...

**Deputado Francisco César (PS):** Está justificado.

**O Orador:** ...e unicamente aceitaram fazer depoimentos por escrito. Isto é, o cabal esclarecimento desta questão era algo de que manifestamente não existia vontade por parte do Partido Socialista. Ora, os açorianos têm de ser esclarecidos, estão em causa muitos e muitos milhões de euros.

Perante uma peça deste processo, que referia a existência de um suposto acordo de cavalheiros, existente entre o Governo Regional ou os seus representantes...



**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Não é disso que se está a tratar aqui.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Por que não avisou a comissão?

**O Orador**: ...e os representantes dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, e porque era exigível que os açorianos fossem esclarecidos de todas as questões, para este esclarecimento e perante a falta de vontade em esclarecer a forma como foram gastos muitos milhões de euros...

**Presidente**: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

**O Orador**: ...naturalmente que têm de ser accionados os mecanismos que estão à disposição. E, daí, o PSD, que, aliás, não escondeu que o faria e disse publicamente que o iria fazer...

**Deputado Hernâni Jorge** (*PS*): Há duas semanas!

**O Orador**: ...enviou este processo para o Ministério Público.

Quem não deve, não teme!

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Muito bem!

**O Orador**: Por isso, quem não deve não tem problemas em que tudo isto seja esclarecido através do Ministério Público.

No caso deste voto protesto, a única conclusão possível a tirar é: o PSD luta contra a utilização pouco criteriosa dos dinheiros públicos. É isso que faz em favor dos açorianos. Ao que parece, os outros lutam contra o PSD.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente**: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

**(\*) Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD, uma vez mais, fugiu ao conteúdo do voto que foi apresentado.

**Deputado João Costa** (*PSD*): Não me diga!

**O Orador**: Ninguém retira legitimidade ao PSD de apresentar o que quer que seja e da forma como entender ao Ministério Público. Aliás, eu próprio desafiei o PSD a fazê-lo. O que está aqui em causa é a forma como o PSD se comportou

relativamente à Comissão de Inquérito, mandatada por esta câmara. O conteúdo do voto de protesto tem exactamente a ver com isso.

**Deputado João Costa (PSD):** É preciso ter lata!

**O Orador:** Como é que o PSD entrega o relatório da Inspeção Geral de Finanças e não tem a hombridade de comunicar isso à Comissão de Inquérito? Que raio de relacionamento é esse, que ética? Onde está a vossa ética e a vossa lealdade parlamentar?

**Deputado Helder Silva (PS):** É desrespeito para com o Parlamento!

**O Orador:** A questão não tem a ver com o apuramento da verdade! A questão tem a ver com o vosso comportamento, que é uma coisa perfeitamente lamentável!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O voto apresentado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos agora, Sras. e Srs. Deputados, à fase das declarações políticas. Temos agendadas para hoje uma declaração política do PPM e outra do PCP.

Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, para apresentar a sua declaração política.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos a completar quase dois anos da actual legislatura. Uma legislatura marcada por um crise económica de grande dimensão e pela decadência política de um Governo que deixou de ser novo para passar a ser velho. De um Governo moribundo, paralisado pela inércia e pela incapacidade atávica que o caracteriza.

Este Governo teve, ainda antes de 2008, a possibilidade de inverter o rumo da História e de socorrer a tempo um tecido produtivo que começava a ser pasto das chamas de uma crise económica já então mais que visível. Podia ter sido o bombeiro diligente, vocacionado para apagar os incêndios antes da destruição final. Mas não. O estilo deste Governo é mais parecido com o do bombeiro que só chega para o rescaldo. E foi isso que sucedeu.

O Governo socialista tinha uma frase de publicidade partidária que nunca teve a coragem de problematizar: “A crise chegou mais tarde aos Açores e partirá mais cedo”.

Dita assim, esta frase parece o resultado do trabalho conjunto de um dueto improvável: do Vice-Presidente, Sérgio Ávila, alquimista criativo e incorrigível optimista em proveito próprio e do Bandarra, discutível profeta do futuro.

A verdade é que o Governo socialista se limitou a seguir a rota eleitoral de 2008, razão pela qual ignorou os sinais evidentes da crise e proclamou a teoria de um oásis improvável.

As consequências são as que se conhecem. Quando finalmente tentou reagir, já a crise económica tinha colocado o nosso tecido produtivo de joelhos. Agora sucede o que a lógica implacável predestina: antes de poder voltar a correr, a nossa economia precisa de voltar a ficar de pé.

O resultado de tudo isto é exactamente o oposto da consigna vitoriosa do Governo socialista: a crise chegou, viu e venceu quem não a quis ver chegar e, sobretudo, quem não a quis ou não conseguiu vencer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nestas circunstâncias económicas, o que podemos verdadeiramente fazer? O que pode uma economia tão dependente como a nossa fazer? Dependente em tão larga escala do exterior – que representa mais de 50% das nossas receitas –, que futuro, que íngreme caminho podemos trilhar?

Os sectores tradicionais como a agricultura e as pescas estão atascados por anos de completa inércia. Nestas áreas o Governo foi incapaz de inovar e de diversificar. Limitou-se a deixar morrer, por velhice, a galinha dos ovos de ouro. É necessário

dar um novo e decisivo impulso a estes sectores. Modernizar práticas. Mexer na cadeia de distribuição.

**Deputado António Ventura (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Matar os arautos da desigualdade e da exploração do homem pelo homem que controlam a cadeia e os processos de distribuição dos produtos oriundos deste sector: falo, evidentemente, dos intermediários que este Governo é incapaz de enfrentar.

Temos, também, de procurar novos mercados para os nossos produtos de excepcional qualidade. Este esforço de captação de novos mercados deve centrar-se no nosso nicho étnico, junto da nossa diáspora, que por gosto e tradição podem absorver, com vantagem, os nossos produtos. Deve, também, procurar-se a formação e a institucionalização de um grande mercado integrado na Macaronésia e na respectiva área de expansão, algo já conceptualizado como “a Grande Vizinhança”, ou seja, toda a Costa Ocidental Africana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

E o turismo? Que gigantesco desastre constitui a política de promoção do crescimento do sector turístico nos Açores! Neste sector, os Açores vivem para lá de uma espécie de cortina de ferro que nos separa do resto do mundo civilizado. Uma cortina de ferro que se começa a desenhar a norte da Região Autónoma da Madeira e que se encerra no imenso espaço marítimo que medeia entre o Cabo da Roca e o Ilhéu do Monchique.

Vivemos circunscritos nesta cortina de ferro, porque o Governo socialista implementou e protege o tarifário aéreo mais caro da Europa. Tornando-nos, assim, praticamente inacessíveis ao comum dos mortais. Qual é então a alternativa? É fácil e não está escrito nas estrelas. Trata-se, tão-somente, de baixar o preço das passagens aéreas. Mas baixar a sério, sem truques semânticos congressistas.

Nada do que disse nesta declaração política constitui uma verdadeira novidade. O trágico desta governação reside precisamente na constatação da evidência: o Governo socialista não faz as coisas que seria lógico que fizesse.

Não são necessários génios da economia para mudar este estado de coisas. São necessários apenas homens sensatos e inconformados. Que acabem com o desperdício de dinheiros públicos e façam as reformas que estão à frente dos olhos de todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Termino esta declaração política falando da questão autonómica. Alguém chamou a este período de supremacia socialista na política regional, a autonomia cooperativa. Foi um período em que – e isso é inegável – o Governo Regional logrou aumentar o financiamento da economia regional através do exterior. Soube aproveitar as mãos largas do guterrismo e é inegável que também beneficiou da proximidade política com os governos do Eng.º José Sócrates. Foi, também, um período de oportunidades perdidas no que diz respeito à possibilidade de se implementar um crescimento espectacular da economia regional.

Tudo isso acabou. O ciclo político está à beira da mudança. Uma mudança estrutural que ditará a derrota do partido socialista e das nossas esquerdas niilistas, durante um período considerável.

Os novos poderes nacionais e europeus pedirão resultados do esforço de financiamento da economia regional. Exigirão crescimento económico. Exigirão um desmame efectivo dos sectores em que se realiza uma despesa pública pouco rigorosa.

Ora o Governo socialista não lhes pode dar isso, porque o criador nunca se separa da sua criação. E a criação é uma economia estagnada, ultra-dependente e largamente porosa do ponto de vista orçamental.

Tudo isso poderia ser compensado, do ponto de vista político, através da pulsão da questão autonómica. Também aqui, o Governo socialista tem poucas alternativas. Não tem, reconhecidamente, passado fundador e também não tem aspirações de futuro.

Fala-se na promoção identitária açoriana no nosso sistema escolar, e a resposta do PS é: não gosto, não sei e não quero.

Fala-se na criação de selecções desportivas açorianas, e a resposta do PS é: não compreendo e não quero.

Fala-se na criação de uma polícia regional para dar uma resposta efectiva às aspirações de segurança das nossas populações, e a resposta do PS é: não compreendo e não quero.

Fala-se da criação de um espaço político autónomo de afirmação dos Açores no Atlântico, e a resposta do PS é: não vejo, não sei e tenho ciúmes de quem sabe.

Fala-se do reconhecimento da identidade específica dos Açores enquanto Povo, e a resposta do PS é: até concordo, mas não consigo convencer os socialistas de Lisboa.

Em síntese, com o Governo socialista a questão autonómica está sem futuro. Ora, como demonstrei anteriormente, a manutenção da dinâmica do debate autonómico é mais que uma condição intrínseca do nosso ADN autonómico, ela é também imprescindível no âmbito da conjuntura nacional que se aproxima.

Nesse sentido, ou o Governo muda, ou temos de mudar de Governo. O Governo não mudará, já que é como a Gabriela: já nasceu assim. Resta, então, mudar de Governo. Que é como quem diz: salvar e resgatar o futuro dos Açores.

Disse.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Não há inscrições. Para encerrar, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem dois minutos.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O silêncio do Partido Socialista em relação a esta questão penso que é bastante característico da situação.

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Se quiser, da nossa parte pode acrescentar a surdez.

**O Orador:** Diga, Sr. Presidente?

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Se quiser uma ajuda da nossa parte, pode acrescentar a surdez.

**O Orador:** Exactamente. Penso que, da vossa parte, como o Presidente do Governo Regional está neste momento a dizer num aparte, existe surdez. Existe surdez em relação ao que a sociedade vos pede. Existe surdez em relação àqueles

que são os problemas da sociedade açoriana. Existe, de facto, surdez em relação às questões que os senhores não conseguem resolver.

Eu disse que era um Governo velho. É, como se viu, um Governo velho e surdo. Além de surdo, além de não ouvir, penso que também não vê, já é cego. Portanto, nesse sentido, é obviamente um Governo que não representa os interesses dos Açores, é um Governo que não tem soluções para os Açores.

Apontei-vos aqui várias questões. Disse-vos que, do ponto de vista do debate da questão autonómica, os senhores não têm projectos, não têm futuro, não representam nada. E com o que é que os senhores responderam a isso? Com a vossa surdez característica. Têm os ouvidos fechados para a sociedade, têm os ouvidos fechados para a oposição democrática. Os senhores não ouvem, não talvez por uma limitação física efectiva, não ouvem porque não querem ouvir, porque se recusam a ouvir outra coisa que não seja as bajulações, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente só gosta de ouvir quem lhe faz a bajulação e quem lhe diz que está tudo bem, quem lhe diz aquilo que lhe é agradável. Não gosta de ouvir, Sr. Presidente, quem o critica. Não gosta de ouvir que as coisas não correm bem. Não gosta de ouvir quem lhe diz que é preciso implementar reformas. Não gosta de ouvir quem o critica, efectivamente, em relação às políticas que está a realizar. Não gosta de ouvir quem lhe diz que o senhor não fez tudo para resolver o problema dos açorianos.

Portanto, nesse sentido, é surdo, Sr. Presidente. E, Sr. Presidente, se é surdo e cego, não está a fazer nada no Governo Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma declaração política.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por diversas ocasiões temos subido a esta tribuna para indicar erros, para apontar distorções ou denunciar injustiças.

Mas poucas terão sido as vezes em que trazemos um caso que demonstra um tão elevado grau de displicente e absoluto desrespeito pelas mais básicas normas do direito português. Um caso, dirão. Mas é com certeza um caso paradigmático da

forma como os trabalhadores são tratados nesta Região e da tranquila impunidade dos que, sob o disfarce da linguagem moderna da “flexibilidade”, procuram fazer recuar as relações laborais para os tempos da escravatura e da servidão.

Referimo-nos ao caso da empresa multinacional de prestação de serviços de apoio domiciliário a idosos “Home Instead – Senior Care”. É que esta empresa, cavalgando a crista da onda de uma suposta modernidade na gestão dos recursos humanos, já não tem quaisquer trabalhadores. Tem antes colaboradores. E, em vez de com eles estabelecer contratos de trabalho, estabelece “acordos de prestação de serviços não laborais”.

Passando ao lado criatividade jurídica do termo, é interessante tentar perceber o alcance do conceito e esclarecer, afinal, em que é consistem estes “serviços não laborais”.

Exige-se ao prestador de serviços a recibo verde que execute as tarefas relacionadas com o apoio domiciliário dos idosos mas, uma vez que não tem horário de trabalho, se mantenha disponível a qualquer hora. Para além disso, e apesar de ser, do ponto de vista formal, um trabalhador independente, o “colaborador” está impedido de prestar os seus serviços a qualquer outra entidade. A remuneração é apenas calculada na base horária ou à tarefa, sem quaisquer garantias sobre o salário a auferir mensalmente. Para finalizar, a amarga ironia da empresa considera “uma benesse dada aos colaboradores” o pagamento do seguro de acidentes de trabalho, a que está legalmente obrigada. Resta dizer que este regime, não sei se lhe chame de servidão, não é aplicado a um ou dois dos trabalhadores da empresa, mas sim a todos os auxiliares de apoio domiciliário que, supostamente, nem trabalham para a empresa, porque não existe contrato de trabalho. Estamos, de facto, perante uma nova fronteira em termos de exploração e precariedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este será – é certamente – um caso para ser dirimido pelos tribunais competentes, que esperemos que o façam rapidamente. No entanto, é para nós inexplicável como é que é possível que esta empresa opere desta forma, há algum tempo, em diversas



localidades da Região, sem que tenha havido qualquer actuação, de natureza inspectiva ou outra, por parte dos serviços da Administração regional que superintendem nestas matérias. Onde anda a Inspeção Regional do Trabalho? Como é possível registarem-se contratos de trabalho com este nível de tranquila e impune ilegalidade?

Mas a questão é muito mais grave e assume uma maior dimensão política quando se sabe que esta empresa é apoiada pelo próprio Governo Regional, que lhe financia a 100% os utentes sinalizados pelo Instituto de Acção Social e a 75% os clientes privados que a própria entidade conseguir angariar. Na verdade, os apoios e incentivos dados às empresas privadas, em vez de servirem para construir uma Região mais desenvolvida e mais justa, servem apenas para financiar a exploração. A verdade é que somos nós todos, contribuintes, que custeamos esta ilegalidade!

À luz desta situação, mas também pelas sustentadas dúvidas que se levantam sobre a qualidade de um serviço que é prestado nestas condições, pensamos que o acordo firmado com a “Home Instead” deve ser rapidamente reavaliado.

Mas o facto é que este tipo de actuações repete-se pela Região e esta empresa não é caso único. Também a “Asta Atlântida”, igualmente apoiada pelo Governo Regional, continua com sucessivas violações das suas obrigações para com os trabalhadores, que ainda não receberam o vencimento relativo ao mês de Junho, e, soube-se ontem, decidiu agora suspender-lhes os contratos de trabalho. Aliás, relativamente à situação de *lay-off*, temos algumas dúvidas até da própria legalidade do *lay-off*, uma vez que aqueles trabalhadores nunca trabalharam, porque a empresa nunca esteve em funcionamento. Perante isto, perguntamos: do que é que o Governo está à espera para exigir da empresa ou o cumprimento das suas obrigações sociais ou a devolução de todos os apoios recebidos?

Propusemos neste Parlamento, no âmbito de um conjunto de medidas de apoio às empresas, que, sendo apoiadas por fundos regionais, fossem obrigadas a um compromisso de responsabilidade social. Era disto que falávamos. Era este tipo de situações que pretendíamos impedir. No Portugal Democrático, um Estado de Direito que se orgulha de o ser, os trabalhadores não podem ser tratados desta forma! E muito menos com os apoios do próprio Estado!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao invés do que disse a Senhora Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade, na assinatura do acordo com a “Home Instead”, não achamos que este seja “o início de um processo que pode originar excelentes resultados”. Pelo contrário, achamos que este é o rosto e resultado necessário do processo de privatização da prestação de cuidados domiciliários em que este Governo parece querer apostar.

Aliás, neste contexto, levantam-se desde já também muitas interrogações sobre os verdadeiros objectivos da recentemente anunciada reorganização da Segurança Social nos Açores.

Preocupa-nos de sobremaneira que o Governo Regional pareça pretender de alguma forma minorizar a colaboração existente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social. Uma colaboração antiga e com provas dadas, uma colaboração com instituições respeitáveis e cumpridoras, uma colaboração que se destina a apoiar os esforços de quem está no terreno com objectivos altruístas de serviço ao próximo e não de obtenção de lucro a qualquer preço. Uma colaboração de que dependem não só inúmeros postos de trabalho – verdadeiros postos de trabalho – bem como a sobrevivência das próprias instituições.

E esta questão tem de ser esclarecida: pretende o Governo reorientar a política que tem sido seguida em termos da prestação de apoio social e domiciliário? É este o novo rumo que pretendem trilhar? A privatização a oito destes serviços? Se for esse o vosso objectivo, contarão certamente com uma oposição firme do PCP.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Tenho inscrito, para já, o Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

**(\*) Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Peço a palavra para prestar esclarecimentos, na sequência da declaração do Sr. Deputado.

Desde logo e em primeiro lugar para dizer que, tanto quanto o Governo dispõe de informação, que julga fidedigna, e em resultado das inspecções e das inquirições

que fez, a empresa em causa respeita a legalidade e cumpre com as suas obrigações contratuais com o Instituto de Acção Social. Não temos queixas da sua prestação de serviços e foram inquiridos vários beneficiários dessa prestação. Em todo o caso, se V. Exa. diz que a matéria está entregue aos tribunais, pois é deixar essa matéria devidamente entregue, salvaguardado que está aquilo que o Governo devia fazer, e fez, nestas circunstâncias.

Também a propósito, esclareço o Sr. Deputado que não há nenhuma privatização das funções sociais do Estado. As funções sociais do Estado sempre foram desenvolvidas, quer directamente, quer através da rede de instituições particulares de solidariedade social, quer através das empresas privadas. O que existe, sim, é uma tendência emergente de investimento privado em áreas confinantes com as funções de apoio social e de serviço social. Isso é julgado pelo Governo como muito positivo, vindo a preencher complementarmente a prestação de um serviço que, em primeira instância, incumbe ao Estado, pelo menos do ponto de vista das prestações mínimas em termos de qualidade e em termos de territorialidade. Não existe, portanto, nem consigo compreender qual o conteúdo da sua observação.

De resto, mesmo nos casos em que essas instituições privadas detêm contratos com a administração pública e com o Instituto de Acção Social, têm de se subordinar a critérios que são critérios que a todos atingem e a componente em que nós apoiamos é a componente em que eles respeitam também os mesmos critérios com que nós apoiamos as pessoas através das instituições particulares de solidariedade social. Como sabe, não existe uma única instituição pública, em todos os Açores, que preste directamente apoio aos utentes. Nós fazemo-lo através de centros paroquiais, de instituições particulares de solidariedade social, de misericórdias, que não são nem melhores, nem piores do que empresas privadas, nem mais eficientes, nem menos eficientes. E não têm necessariamente mais qualidade ou menos qualidade. Cada caso é um caso.

No que diz respeito à questão da ASTA, o Governo tem procedido a um acompanhamento muito especial deste caso, como aliás de outros casos similares que suscitam preocupações quanto à sua evolução, de empresas ou grupos empresariais privados. No caso específico, tem dedicado uma especial atenção a

dois níveis: por um lado, no que diz respeito à situação social dos trabalhadores e à salvaguarda dos seus postos de trabalho; e, por outro lado, à viabilização do investimento que está associado à constituição desse grupo da ASTA.

No que diz respeito aos trabalhadores, até agora tem sido sempre possível salvaguardar o modelo de apoio remuneratório, sem prejuízo da circunstância das suas funções profissionais não estarem a ser exercidas, pelo facto de o investimento não estar concluído. Em todo o caso, esta suspensão de contratos de trabalho não deixa também os trabalhadores desprotegidos, na medida em que auferirão do respectivo subsídio de desemprego. E nós contamos que, com o prosseguimento das nossas diligências e o apoio aos accionistas desse grupo, será certamente possível obter o acordo entre eles, que nós estimamos seja obtido nas próximas semanas; e, clarificada a estrutura accionista desse grupo, serem retomados os investimentos; e, retomados os investimentos, ser possível também retomar os níveis de ocupação laboral que ficam ou estavam associados ao seu funcionamento. Dessa forma, recuperar também a situação destes trabalhadores, agora atingidos nesta fase intercalar pelo espectro do desemprego.

Ou seja, nós temos acompanhado este processo, não no sentido de punir e de romper com os seus diversos protagonistas, mas no sentido de os ajudar a ultrapassar uma fase, da qual resultem benefícios para os trabalhadores e para a força de trabalho envolvida num investimento desta natureza, e da qual resulte a concretização do investimento, que também julgamos de interesse público, razão pela qual o apoiamos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, creio não existirem mais inscrições.

Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires, para encerrar. Tem dois minutos, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço a intervenção do Sr. Presidente do Governo Regional.

Relativamente à questão da “Home Instead”, penso que o Sr. Presidente tem conhecimento do conteúdo do contrato de prestação de serviços. Ou, então, não

terá, Sr. Presidente, porque eu lamento que um Governo do Partido Socialista possa dar cobertura a um acordo deste tipo, que diz logo, antes do início do clausulado, que é um contrato de prestação de serviços não laboral. Portanto, peço ao Sr. Presidente que leia atentamente este documento, que com certeza estará na sua posse, e que verifique se, de facto, à luz do direito que enquadra as relações laborais no nosso país e na nossa região, ele lá tem cabimento. É isso que eu lamento: que um Governo do Partido Socialista tenha dado cobertura a uma situação destas, porque isto é, efectivamente, lamentável.

Quanto à situação dos tribunais, é evidente que não é o PCP que coloca esta questão em tribunal. Desde logo, deverá ser, certamente, a Inspeção Regional, porque foi anunciado pelo Director Regional competente que a Inspeção Regional iria fiscalizar. Com certeza que, deparando-se com situações destas, tem forçosamente de actuar. E os próprios sindicatos. Não caberá ao PCP fazer isso. Portanto, Sr. Presidente, é isto que nós lamentamos profundamente.

E, relativamente à questão das empresas e do apoio às empresas, como o Sr. Presidente sabe, nós temos, com algumas reservas, dizendo até que são insuficientes, apoiado aqui neste Parlamento as medidas propostas pelo Partido Socialista de apoio às empresas. Temo-lo feito, Sr. Presidente. Portanto, não está aqui em causa nenhum dogma. O que eu julgo que não é nem pode ser aceitável...

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** ...por um Governo do Partido Socialista é – e termino já, Sr. Presidente – que sucedam na região situações como esta.

Relativamente à questão da ASTA Atlântida, e para terminar, Sr. Presidente, eu vou continuar a acompanhar e o PCP vai continuar a acompanhar essa situação. Agradeço o esclarecimento do Sr. Presidente do Governo Regional e iremos, certamente, continuar a acompanhar esta situação, porque de facto alguma coisa tem de ser feita. Isto não pode continuar desta maneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, terminámos o período de declarações políticas. Vamos entrar no período de intervenções de interesse político relevante.

Para tal e para uma intervenção, dou a palavra à Sra. Deputada Paula Bettencourt.

**Deputada Paula Bettencourt (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Esta é a minha primeira intervenção neste tipo de registo, pelo que gostaria, em primeiro lugar, de saudar todos os presentes nesta Assembleia e manifestar, desde já, o meu empenho e determinação em trabalhar com todos vós em prol dos Açores e dos Açorianos, em geral, e de São Jorge e dos Jorgenses, de modo mais particular.

Nos dias 9, 10 e 11 de Julho realizou-se a Visita Estatutária do Governo Regional dos Açores à Ilha de São Jorge. Foi a primeira Visita Estatutária que tive o prazer de acompanhar, enquanto no exercício das minhas funções de Deputada Regional, e fi-lo, realmente, com muita satisfação e com muito orgulho pelo trabalho que tem sido desenvolvido na Ilha de São Jorge pelo Governo Regional.

Foram muitas as obras inauguradas e os projectos apresentados pelo Governo Regional dos Açores nesta visita, obras e projectos fundamentais para o desenvolvimento da Ilha de São Jorge e melhoria da qualidade de vida de todos os jorgenses e que vão de encontro às promessas eleitorais assumidas pelo Partido Socialista.

**Deputado João Costa (PSD):** Mais parece a Alice no País das Maravilhas.

**A Oradora:** Parece-me importante destacar, pela importância de que se reveste, que o Governo Regional dos Açores decidiu autorizar a **contratação de mais dois médicos de clínica geral e familiar para a Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge**, contratação esta que vem de encontro às preocupações e reivindicações do Conselho de Ilha de São Jorge e que possibilitará aos jorgenses um menor tempo de espera para consultas de medicina geral e familiar. Outro dos objectivos apresentados pelo Governo Regional dos Açores prende-se com a aquisição de um cardiocógrafa para a Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge, na medida em que este constituirá um meio de diagnóstico muito útil ao acompanhamento das grávidas no fim de gestação.

Ainda no âmbito da Saúde, o Governo Regional dos Açores comprometeu-se também a promover a articulação entre a Direcção Regional de Prevenção e Combate das Dependências e as duas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de São Jorge, constituindo Estratégias Locais de Intervenção com vista à prevenção da toxicod dependência, do alcoolismo e de outras dependências.

Outra decisão importante tomada em Conselho de Governo prende-se com a **reabilitação dos acessos às Vilas das Velas e da Calheta**. No que diz respeito ao acesso à Vila das Velas, o Governo está já em condições de autorizar o lançamento do concurso público no valor de 1 milhão e cem mil euros e um prazo de execução de 12 meses. Relativamente ao acesso à Vila da Calheta, o Governo irá autorizar o lançamento do procedimento para a elaboração do projecto de execução da obra. Esta era também uma das reivindicações do Conselho de Ilha de São Jorge e teve pronta resposta do Governo Regional dos Açores no âmbito desta visita.

Também no âmbito da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, o Governo Regional dos Açores pretende instalar na aerogare da Ilha de São Jorge equipamentos que permitam o acesso dos cidadãos ao Roteiro da Ciência e Tecnologia dos Açores.

No âmbito agrícola foi inaugurado o Sistema Integrado de Abastecimento de água à lavoura no Perímetro de Ordenamento Agrícola Beira/Rosais, o que permitirá aos agricultores um melhor acesso a este bem cada vez mais escasso e tão necessário para a actividade agrícola. Foram, também, inauguradas as obras de beneficiação dos caminhos agrícolas no Terreiro da Macela e nas Sete Fontes no mesmo Perímetro, bem como as obras de beneficiação do caminho rural Norte Pequeno/Silveira. Foram, ainda, apresentados os ante-projectos de beneficiação dos caminhos agrícolas da Cancela de Água e da Canada Velha no Perímetro de Ordenamento Agrário Santo Antão/Topo. Todas estas obras, quer as que já foram concluídas, quer as projectadas, assumem grande importância para a Ilha de São Jorge e, nomeadamente, para os agricultores e lavradores que beneficiarão diariamente das mesmas. Apraz-nos dizer que a obra já concluída e a obra projectada, em termos de caminhos agrícolas, para a Ilha de São Jorge nesta legislatura **permitir-nos-á ter em apenas um mandato de governo socialista**

**mais caminhos pavimentados do que em 20 anos de governação social-democrata.**

Ainda no que diz respeito ao sector agrícola, o Governo irá proceder à construção de parques de retém no “Curral da Beira”, na Urzelina, no Alqueva, no Pico de São João e entre Santo Amaro e Beira, bem como irá determinar que a IROA, SA proceda à adjudicação dos trabalhos de execução de um **furo de captação de água destinado ao reforço do abastecimento de água à lavoura no local da Ribeira do Nabo no valor estimado de 350 mil euros**, em parceria com o Município das Velas.

No que diz respeito à educação, parece-me extremamente importante salientar que o Governo Regional dos Açores **criou as condições necessárias ao funcionamento do Programa Reactivar** nas Escolas Básicas e Secundárias das Velas e da Calheta.

No âmbito da habitação degradada, e na sequência dos esforços que vêm sendo feitos no realojamento de famílias carenciadas, o Governo Regional dos Açores entregou duas habitações no loteamento da Urzelina. Foi, também, anunciado que o Governo irá **desencadear os procedimentos necessários à implementação de obras de recuperação e requalificação em sete moradias propriedade da região num montante de 250 mil euros** para que estas possam ser utilizadas no realojamento de famílias que estão a ser acompanhadas pelos técnicos responsáveis pela habitação degradada em São Jorge e que muito têm trabalhado para garantir que essas famílias carenciadas sejam apoiadas e possam viver com a dignidade que merecem.

O Governo anunciou, ainda, que vai **apoiar as obras de remodelação e ampliação da creche da Casa de Providência de São José**, num montante de 584 mil euros, o que possibilitará alargar a actual capacidade da instituição de 36 para 84 crianças e vem responder a uma necessidade premente do Concelho da Calheta. Também o Instituto de Santa Catarina irá ser apoiado, **no valor de 200 mil euros, na conservação e recuperação do edifício do antigo Lar de Crianças e Jovens, para a instalação de um Centro de Dia de apoio à terceira idade.**



No âmbito da cooperação com os Municípios, o Governo Regional dos Açores **aprovou a execução de dois projectos de investimento relativos à construção, remodelação e reconstrução dos edifícios sede de duas Freguesias, uma no Concelho das Velas e outra no Concelho da Calheta.**

No que diz respeito ao Ambiente, visitou-se as obras de protecção da orla costeira da Fajã das Pontas, Freguesia do Norte Pequeno, na sequência dos danos que foram causados pela intempérie do dia 1 de Janeiro do corrente ano. Para além das obras anteriormente referidas, já foram efectuadas obras de protecção da orla costeira nas Fajãs dos Cubres e da Caldeira de Santo Cristo, enquanto na Fajã de São João essas obras ainda decorrem.

Foi, ainda, deliberado **autorizar a abertura de concurso público para a empreitada de construção do Centro de Processamento de Resíduos e do Centro de Valorização Orgânica por compostagem da Ilha de São Jorge**, num investimento superior a 6 milhões de euros. Esta é uma obra fundamental para a sustentabilidade ambiental da Ilha de São Jorge.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Todos as obras e todos os investimentos aqui enunciados, quer os que já foram executados, quer os que estão em fase de execução, permitem-nos dizer com todo o orgulho e com toda a convicção que, numa altura em que ainda nem estamos a meio da legislatura, **o Manifesto Eleitoral do Partido Socialista para a Ilha de São Jorge está a ser cumprido.** É o valor dado à Palavra Dada que nos distingue e que nos caracteriza enquanto Partido Socialista.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

**A Oradora: As nossas Promessas são Objectivos e os nossos Objectivos são Obra Feita!**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Na Ilha de São Jorge não está tudo feito, não está hoje, como também não estará amanhã. **A Política não nos permite falar em concretizações definitivas, pois as respostas aos desafios que se nos colocam hoje são sempre potenciadoras de novos desafios que se nos hão-de colocar num futuro próximo.** É por essa razão e, precisamente, para darmos resposta a esses desafios que estamos aqui neste Parlamento. Pela minha parte, espero poder contribuir para responder aos desafios da minha Ilha e da minha Região e como tal justificar a confiança que os Jorgenses, em particular, e os Açorianos, em geral, depositaram no Partido Socialista nas últimas eleições legislativas.

Tenho dito!

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições. Já tenho inscrito o Sr. Deputado Mark Marques.

Como sabem, neste tipo de intervenções do PTAP as inscrições, com excepção dos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares, do Sr. Secretário da Presidência e do Sr. Presidente do Governo, devem ser feitas agora. Os Srs. Deputados Luís Silveira e Rogério Veiros estão igualmente inscritos. Creio não existirem mais inscrições. Vamos então iniciar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

**(\* Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria saudar a Sra. Deputada do Partido Socialista pela primeira vez que sobe à tribuna – não pelo conteúdo, aí já lá vamos – e desejar-lhe que, de facto tenha um trabalho profícuo em favor da Ilha de São Jorge e dos Açores, como é seu objectivo e o disse e muito bem.

Sobre o conteúdo: o conteúdo da sua intervenção foi a versão dois do comunicado do Conselho de Governo, em 3D. Os comunicados do Conselho de Governo já não são aquilo que eram, não há comunicados do Conselho de Governo como havia antigamente. Eu quando acabar...

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso é muito chato!

**O Orador:** Sou muito jovem, Sr. Deputado?

**Deputado José San-Bento (PS):** Não, isso é muito chato!

**O Orador:** É muito chato? Não, não é muito chato, Sr. Deputado!

Eu tenho aqui o dossier, para dar uma cópia à Sra. Deputada, dos comunicados do Conselho de Governo desde 1997 e a Sra. Deputada depois irá fazer o seu trabalho de casa e ver a fiabilidade dos comunicados do Conselho de Governo.

O Governo é sempre uma pessoa de bem. Poderá dizer que os comunicados do Conselho de Governo são um plano de intenções. Agora a Sra. Deputada, como é novinha, quer na idade, quer na política, quer nesta casa, quer em acreditar em governos, e é de boa fé, acha que tudo o que disse em versão dois, 3D, é verdade. Eu vou dar-lhe três exemplos de comunicados do Conselho de Governo que foram reeditados.

Vou dar-lhe um exemplo: o ponto 24 do comunicado do Conselho de Governo de 2010 é precisamente igual ao ponto 24 do comunicado do Conselho de Governo de 2008 e vou ler. Em 2008, dizia: “Determinar a abertura de um concurso público para a execução da empreitada de construção do centro de processamento de resíduos e centro de valorização orgânica por compostagem e aterro sanitário na Ilha de São Jorge até final de 2008”. Isto era o comunicado de 2008. Ponto 24 do comunicado de 2010: “Autorizar a abertura de concurso público para a empreitada de construção do centro de processamento de resíduos e centro de valorização orgânica por compostagem da Ilha de São Jorge”. Acrescenta aqui um investimento superior a seis milhões de euros. Há dois anos, quem anunciou isto foi a Sra. Secretária. Este ano, quem anunciou isto foi a Sra. Secretária. Conclusão: dois anos depois, o mesmo número, a mesma intenção.

Outro exemplo: no comunicado de 2007, o Sr. Secretário da Presidência, que lia sempre os comunicados do Sr. Secretário das Florestas, dizia, no seu ponto 16, “Dar orientações ao IAMA para proceder à elaboração do projecto para dotar o matadouro da Ilha de São Jorge de uma sala de desmancha”. Em 2007. O Sr. Secretário abana, com a cabeça, que sim. Em 2008, ano de eleições, colocou lá isto, certo? Tinha lá este placar. Hoje tem lá este placar. Ou seja, o placar... Eu

pergunto ao Sr. Secretário: a sala de desmancha está feita? Neste caso, o que dizia aqui? “Construção da sala de desmancha e unidade de incineração”. Não está, Sr. Secretário!

Isto é para demonstrar, mais uma vez, à Sra. Deputada, o quanto vale o que está escrito em comunicado do Conselho de Governo.

Sobre o acesso à Vila das Velas...

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Já termino, mas poderei fazer uma segunda intervenção.

Já no comunicado de 2008, o Sr. Secretário dos Equipamentos dizia que iria elaborar os projectos do ramal de acesso à Vila das Velas, numa extensão do quilómetro 1,7 na estrada regional, e depois os Biscoitos e a zona do Matadouro, uma extensão de 4,5 km. Estes projectos, com um total de intervenção de 7,5 km das redes regionais, iriam corresponder ao fechar do anel. Bem, ao que nós assistimos agora, e com agrado, estive na apresentação, como o Sr. Secretário sabe e tirei muitas fotografias...

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** E tirou fotografias?

**O Orador:** Tirei, claro que sim! Tirei muitas fotografias, para o Sr. Secretário dizer que eu estou aqui.

Não, ficou a prova, Sr. Secretário! É a minha forma de trabalhar. Não lhe tirei fotografias a si, fique descansado, tirei fotografias ao projecto.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** Entregamos-lhe cópia do projecto. É mais fácil.

**O Orador:** O Sr. Secretário, agora, dois anos depois, vem anunciar a obra com o projecto pronto. E fez muito bem, estou contente por isso.

O que disse agora é que o acesso à Vila da Calheta só fica concluído para o final do ano, que a estrada dos Biscoitos já não é prioridade e que a transversal e Fajã do Ouvidor são obras que não estão neste manifesto. Foi o que eu disse no Conselho de Ilha, Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):** O senhor enganou-se aí na transversal.

**O Orador:** Não, desculpe! A questão é essa. A questão não era essa, mas passou a ser essa!

Sr. Presidente, tenho mais para intervir, mas fica para uma segunda intervenção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Agradeço, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

**(\* Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, aproveito também para felicitar a colega Paula, desejando que o trabalho dela seja profícuo a favor de São Jorge e da Região Autónoma dos Açores.

Queria dizer que tive a oportunidade de acompanhar a visita do Governo, naquelas inaugurações ou naquelas acções para que fomos convidados, e tive a oportunidade de ouvir alguns discursos de alguns dos Srs. Secretários, bem como do Sr. Presidente do Governo. Em quase todos eles se dizia que havia os maldizentes de sempre e eu entendi que fazia parte desses maldizentes de sempre. No entanto, se há por um lado os maldizentes, há por outro lado os bem-dizentes de sempre.

No entanto, fazendo uma retrospectiva a 2009 – e não querendo nem precisando de ir, como foi o Deputado Mark Marques, mas bem e concordo, a 2007, 2006 e por aí atrás, porque também tive a oportunidade de ler os comunicados do Governo de há alguns anos a esta parte –, podemos constatar que, na sua maioria, as grandes obras que já estavam no comunicado do Governo do ano passado são as mesmas que estão este ano. Algumas, não sei se por vergonha, se porquê, já nem sequer estão neste e passaram à frente. Posso enumerar algumas:

A Escola das Velas, que já devia estar quase em fase de conclusão e que, em vésperas de eleições regionais em 2008, se fez grande propaganda à volta dela. Iria ser uma obra para custar dezassete milhões de euros, que ia criar postos de trabalho na ilha, seria tudo maravilhas. Até hoje, não se iniciou e a Sra. Secretária, em São Jorge, nesta visita do Governo, disse que não sabe quando se vai iniciar. Uma obra de dezassete milhões de euros, parada, que já devia estar, se calhar, a ser

inaugurada nesta visita do Governo, porque o prazo de execução é de dois anos e, de 2008 a 2010, são dois anos. Não se iniciou ainda.

Outra das questões é que o comunicado de Governo de 2009 dizia que íamos ter, durante esse mesmo ano, 109 deslocações de médicos especialistas a São Jorge. Pena é não estar aqui o Sr. Secretário da Saúde para nos dizer quantas foram efectivamente efectuadas, sensivelmente metade das 109 anunciadas.

Em relação à sala de desmancha não vale a pena falar, porque já foi aqui dito. Serviu apenas para ter um *outdoor* em vésperas de eleições regionais e agora se perceber que, afinal, o projecto que foi feito pelo Governo Regional não cabe no terreno disponível para construir. Afinal, vão ter de comprar mais terreno e estão a adquirir mais terreno, porque o projecto elaborado...

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Já está comprado.

**O Orador:** ...não cabe no terreno que têm disponível. Devia ter-se iniciado em 2008 a obra.

Em relação ao furo da água, de facto tivemos no ano passado um verão bastante seco, um verão problemático com falta de água para os produtores agrícolas e foi anunciado que até ao final do ano o furo da água se iria iniciar. Estamos em mais um verão que, felizmente, não está a ser muito seco, nem estamos a ter problemas de água – para já, esperemos não ter – mas, de facto, o furo ainda não se iniciou. Inicialmente, dizia-se que era nas Manadas, agora é na Ribeira do Nabo. Não importa o local, importa é que seja feito.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Não, o que foi feito foi a prospecção, Sr. Deputado. É a prospecção.

**O Orador:** Em relação a outra situação e a outra obra de elementar importância para São Jorge, que é o porto comercial, na legislatura passada o Governo dizia que estava a preparar.

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termine já, Sr. Presidente.

O Governo, na legislatura passada, afirmou nos seus comunicados e no seu manifesto eleitoral que estava a preparar o projecto para ser feito nesta legislatura.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Não, o que diz no comunicado do Conselho de Governo é: mandar estudar a possibilidade da ampliação do cais comercial de Velas. É completamente diferente.

**O Orador:** Sim senhor, Sr. Secretário, na legislatura passada!

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Exactamente, o que se diz é outra coisa.

**O Orador:** Na legislatura passada, diz-se que está a estudar e nesta legislatura...

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Não, o que se diz na legislatura passada é: mandar estudar a possibilidade da ampliação do cais comercial de Velas.

**O Orador:** Sim senhor. E o que se diz no manifesto eleitoral desta legislatura? Concluir a obra do porto comercial de São Jorge. E o Sr. Presidente do Governo, na inauguração do edifício da marina, disse que era uma obra para fazer na próxima legislatura, porque vão preparar o projecto até ao final desta.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): E depois?

**O Orador:** Portanto, não cumpre aquilo que estava estabelecido.

E, Sra. Deputada Paula Bettencourt, o Partido Socialista, por esta...

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Agora já é o manifesto.

**O Orador:** ...linha, não está a cumprir aquilo que está definido no seu manifesto eleitoral para esta legislatura.

Para uma primeira intervenção, fico-me por aqui.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

**(\* Deputado Rogério Veiros** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, queria saudar a minha colega Paula pela sua excelente intervenção e dizer que, na parte em que diz que os desafios a que nós respondemos hoje nos colocam novos desafios para o futuro, isso é perfeitamente verdade e demonstra-se aqui pelas intervenções dos Srs. Deputados Mark Marques e Luís Silveira.

Passando às questões que aqui foram levantadas sobre essa matéria, eu gostaria de dizer que, realmente, ouvindo os Srs. Deputados da oposição, os senhores são

nitidamente a profecia da desgraça, porque parece que em São Jorge nada de bom acontece, parece que nada é positivo. Gostaria de vos dizer que, relativamente a algumas questões aqui levantadas, há matérias que é necessário esclarecer.

Em relação, primeiro, ao centro de processamento de resíduos, é verdade que o Governo Regional, em 2008, fez esse anúncio. Mas também é verdade que houve questões, que têm a ver com a localização, com os estudos geológicos e com os terrenos, que atrasaram o avanço desse projecto. Também é verdade que nem tudo se faz no tempo, na hora e no momento que nós queremos, mas também é uma grande verdade que este Governo Regional, dando cumprimento ao plano regional nessa área de recolha de resíduos, está a fazer um investimento estratégico fundamental e muito importante para São Jorge, um grande investimento, que tem muito de bom para toda a Região Autónoma dos Açores.

É preciso relevar isso. É preciso dizer que na Graciosa e nas Flores esse investimento já está a ser executado e que em São Jorge vai ser executado. Vamos acabar com as lixeiras a céu aberto e com os aterros sanitários que, lamentavelmente, são heranças que nós estamos a receber...

**Deputado João Costa (PSD):** Há catorze anos?

**O Orador:** ...de outras políticas e de outros políticos.

Relativamente ao matadouro de São Jorge, Sr. Deputado...

**Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Esse é um problema municipal.

**O Orador:** ...é verdade que mandámos elaborar o projecto, é verdade que queríamos ter avançado com a obra mais cedo, mas não conseguimos. Mas também há outras verdades que convém serem ditas. Nos dias de hoje já temos o dobro dos abates relativamente ao período homólogo do ano passado em São Jorge, o que demonstra que as profecias da desgraça, sobretudo em jeito de surdina, proclamadas pelo PSD e pelo Sr. Deputado António Ventura acerca da agricultura, não são assim tão válidas e tão verdadeiras como o senhor quer fazer proclamar, em jeito de vuvuzela.

Os Srs. Deputados do PSD têm de começar a saber valorizar o bom trabalho que é feito e que é feito pelos açorianos, pelos nossos produtores agrícolas. No ano



passado houve aumento de produção de leite e também da produção e exportação de carne. Estes dados demonstram que há indicadores positivos na economia de São Jorge, na nossa agricultura e demonstram que os açorianos, de forma corajosa, estão a trabalhar mais e a produzir mais, também de acordo com as boas políticas deste Governo Regional.

E a verdade é que nós adquirimos um terreno a sul do matadouro, já está feita e concluída a negociação para um terreno a poente do matadouro e vamos ter um bom matadouro para São Jorge, que vai responder com melhor eficiência às necessidades da ilha. Mas também é preciso dizer que, até hoje, não se deixou de exportar carne pelo matadouro existente, nem a economia de São Jorge ficou prejudicada. É preciso ressaltar aqui as pessoas que lá trabalham e quem está à frente do matadouro, porque têm feito um trabalho exemplar e muito positivo para a economia e para a agricultura de São Jorge.

Relativamente à questão da escola das Velas, é verdade que foi mandado lançar o concurso, mas também é verdade que o concurso ficou deserto. Também é verdade que o Governo Regional manda lançar concursos e...

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado. Terminou o seu tempo.

**O Orador:** Termino já.

...não pode ser culpado porque houve ineficiências nos concorrentes e houve ineficiências no concurso. Por isso, a Sra. Secretária, e muito bem, respondeu aquilo que tem de responder, cumprir a lei e lançar novo concurso sobre a escola das Velas. É isso que devemos fazer, falando verdade aos jorgenses e não andando aqui a enganar pessoas, a dizer se a obra começa, se não começa, porque todos nós sabemos (e os jorgenses também sabem) que é preciso pôr concursos, cumprir a lei e fazer as coisas circularem conforme elas devem ser.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

**(\*) Deputada Paula Bettencourt (PS):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional dos Açores:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer as palavras dirigidas pelo Sr. Deputado Mark Marques. Depois, gostaria de lhe dizer, ou tenho apenas para lhe dizer, que compreendo que lhe custe ouvir este elenco que acabei de fazer de obras e projectos para São Jorge, porque, se eu fosse deputada da oposição e o partido da posição apresentasse uma obra de tão grande valor como aquela que foi feita em São Jorge pelo governo socialista, também eu tinha dor de cotovelo.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**A Oradora:** Sr. Deputado Luís Silveira, agradeço muito as suas palavras simpáticas, inclusivamente o facto de me chamar bem-dizente, pois sempre preferi ser bem-dizente do que maldizente.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**A Oradora:** Relativamente ao que o Sr. Deputado refere, que há obras que não estão feitas, gostaria de lhe dizer mais uma vez que, como já referi na minha intervenção, é claro que não está tudo feito e ainda bem que assim é, pois isso só pode significar que a Ilha de São Jorge está em desenvolvimento...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

**A Oradora:** ...e que todos os dias surgem novos desafios. Eu, como jorgense, só me posso congratular por esse facto, pelo desenvolvimento da Ilha de São Jorge. E ainda mais me posso congratular por pertencer a um partido que está sempre pronto a dar resposta a esses desafios.

Obrigada.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

**(\*) Deputado Mark Marques** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria dizer à Sra. Deputada Paula Bettencourt que não me dói o cotovelo nem parte nenhuma do corpo e que me sinto óptimo, para descanso seu e da câmara.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Ainda bem, mantenha-se!

**O Orador:** Sobre estas questões da política, Sr. Deputado Rogério Veiros, gostei da sua intervenção, pelo facto de o senhor começar dizendo: “O Sr. Deputado tem razão quando fala nos resíduos, mas...” e arranjou a sua argumentação, “o Sr. Deputado tem razão quando fala no matadouro” e depois arranjou a sua argumentação. Eu acho que o que o senhor devia fazer era aconselhar a quem de direito, na sua máquina de propaganda, a que, no caso concreto, quando este cartaz desapareceu e não se fez a obra, tinha-se posto um cartaz a dizer: “A obra não foi feita, por isto e por aquilo”.

Porque o Sr. Presidente do Governo, quando esteve agora em São Jorge, na tal inauguração em que o Deputado Luís Silveira diz que foi intitulado maldizente... Eu não fui a essa inauguração porque não sou maldizente, faço oposição, faço as críticas e os registos que é preciso fazer. Não fui por uma questão de incompatibilidade de agenda, nada tem a ver com isso. Mas depois li, na comunicação social, que de facto...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Tivemos pena!

**O Orador:** Não fui por incompatibilidade de agenda, até tinha dito que estive nos outros eventos com muito gosto.

O Sr. Presidente do Governo disse: “Não nos atrapalham os que estão contra, os que estão sempre a criticar. Eles podem ser muito bons a caluniar, a desconsiderar e até a fazer ataques pessoais”. Não sei para quem estava ele a falar, devia ter este recado, devia ser para alguém. Quero dizer com isto que o Sr. Presidente do Governo pode dizer isto e eu estar ou não na inauguração, que não nos inibe nada a nossa actuação.

Agora, o PSD é um partido – não de crítica, quando é preciso criticar, critica, mas não é só de crítica – que propõe e vou dar um pequeno exemplo: o Deputado Cláudio Almeida trouxe aqui, em Junho, um diploma sobre o Estagiar L, T e U, por causa das pausas, uma coisa que desconsideraram. Disseram que não tinha grande importância e tal. E isto, está-se a falar do partido que os senhores dizem

que só fala mal, que anda nas calúnias e que não faz nada. Vem aqui no relatório que, a páginas tantas, a Sra. Secretária dizia que “a questão da pausa formativa não é, neste momento, prioritária”.

Eu acho que todos os membros do Governo têm o direito de achar o que é ou não prioritário, mas nós estamos a falar em 11 de Junho e agora, no Conselho de Governo de um mês depois, o comunicado diz: “De acordo com André Bradford, as novas regras visam a introdução de alguns mecanismos que permitam melhorar o nível de protecção e integração dos estagiários. Também serão introduzidos benefícios acrescidos para o estagiário, como o subsídio de refeição e, no caso de estágios de mais de um ano, a introdução de um mês de repouso, adiantou o governante”.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Afinal não é a mesma coisa!

**O Orador**: Os senhores poderão dizer. “Ah, mas o que os senhores traziam não era isto tudo”. Tudo bem, mas era um contributo! E os senhores, se fosse humildes como dizem que são, que não são, se aceitassem a crítica e se vivessem bem com a democracia, tinham aceite a proposta!

**Vozes de deputados da bancada do PSD**: Muito bem! Muito bem!

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Vivemos em democracia.

**O Orador**: Sr. Deputado Berto Messias, o senhor pode mandar as bocas que mandar, comigo está à vontade. Eu não sou maçarico nisto, não me perturba a linha de raciocínio.

Com isto, quero eu dizer que o Partido Social Democrata...

**Presidente**: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

**O Orador**: Já termino, Sr. Presidente.

...vê com bons olhos, sempre, uma visita estatutária do Governo à Ilha de São Jorge, claro que sim. Desde logo, nós somos uma ilha que, modéstia à parte e há aqui mais deputados de São Jorge, sabe receber muito bem. Agora, é assim: mal daquele deputado ou cidadão que pensa que a ilha x, neste caso a Ilha de São Jorge, só será beneficiada quando o Governo lá for. Porque eu, pelo menos, pela parte que me toca, como deputado da oposição, faço chegar aos membros do

Governo aquilo que é necessário para a ilha. Acredito que os deputados do Partido Socialista, de outra forma, também o façam.

Portanto, acho que depositar esta fé cega, passe a expressão, em comunicados do Conselho de Governo não é correcto. Não fiz uma crítica aos comunicados do Conselho de Governo, fiz uma análise da validade. Foi provado, por  $a+b$ , que o que foi anunciado há três anos ainda não está concretizado. Agora, cada um daí tira as suas ilações; se, efectivamente, os comunicados do Conselho de Governo são de levar muito, muito a sério, ou se são de levar um bocadinho a sério.

Sobre este assunto, tenho dito.

Muito obrigado.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Mark Marques, eu sei que o senhor fica um pouco incomodado com a máquina do Partido Socialista...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Que vocês têm...

**O Orador:** ...mas não é só pela nossa capacidade de propaganda eleitoral que o senhor o diz, é pela nossa capacidade de trabalho. E a nossa capacidade de trabalho tem sido cada vez mais reconhecida pelos jorgenses. Por isso, acredito que o senhor, embora o negue, deve ter aí uma dorzinha de cotovelo qualquer.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Olhe que não!

**O Orador:** Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que nós podemos atrasar aqui ou acolá alguma obra. Podemos, sim senhor, e é verdade que o fazemos.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Ora aí está. Então não menti.

**O Orador:** Mas vou dizer-lhe uma coisa: é a nós que cabe a iniciativa dessas obras e é a nós que cabe a iniciativa de resolver os problemas de São Jorge. Problemas que herdámos do seu tempo, que ainda estavam por resolver, somos nós que os estamos a resolver.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Há catorze anos.

**O Orador:** Eu não vejo aqui nenhum deputado da oposição falar, por exemplo, da grande obra que estamos a fazer no aeroporto de São Jorge, da grande obra que fazemos no sector social...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Também acha que é um aeroporto novo?

**O Orador:** ...ou das grandes obras que fazemos na reabilitação de estradas com qualidade.

Também não é verdade, Sr. Deputado, quando se referiu ao acesso da Vila das Velas, que os comunicados do Conselho de Governo não são correctos, porque o comunicado do Conselho de Governo de 2008 mandava elaborar o projecto que agora foi adjudicado e posto a concurso. Isso é uma grande verdade. Por isso, os comunicados do Conselho de Governo, que o senhor tem arrumados numa pastinha porque, realmente, é deputado há muitos anos...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não, não. Sou organizado. O senhor também já é e, se calhar, não tem!

**O Orador:** ... a Sra. Deputada Paula Bettencourt é uma deputada de uma nova geração e tem essa mesma pasta arquivada no *site* do Governo Regional, não precisa certamente do suporte em papel, porque é ambientalmente mais sustentável.

**Deputado Mark Marques (PSD):** O senhor fica sem argumentos, mas eu tenho-os aqui arquivados.

**O Orador:** Mas, Sr. Deputado, há muito mais obra a ser feita em São Jorge e houve muitas visitas que este Governo Regional fez e que os membros do Governo Regional fizeram em São Jorge a muitas boas obras. Talvez o senhor não tenha tido tempo de visitar todas, porque realmente é difícil, elas decorrem em grande largura, ao todo de São Jorge, desde o Topo, com pavimentações, até à Beira, com abastecimento de água. Na área social, na área económica, nós temos em São Jorge investimentos privados que demonstram que os jorgenses e os empresários acreditam no futuro da ilha.

Por isso, Sr. Deputado, como dizia a Deputada Paula, nós temos grande orgulho em pertencer ao Partido Socialista, que suporta este Governo e que está a fazer uma grande obra na Ilha de São Jorge.

Muito obrigado.

**Deputado Mark Marques (PSD):** E que sejam muito felizes!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, temos inscritos o Sr. Secretário Regional da Presidência e o Sr. Deputado Luís Silveira, mas vamos fazer agora o nosso intervalo. Retomamos o debate às 12:00 horas.

Até já, então.

*(Eram 11 horas e 30 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos, agradeçia que reocupassem os vossos lugares.

*(Eram 12 horas e 05 minutos)*

Nós estávamos a debater a intervenção da Sra. Deputada Paula Bettencourt e, como disse há pouco, tenho inscritos o Sr. Secretário Regional da Presidência e o Sr. Deputado Luís Silveira.

Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

**(\* Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve, não para esclarecer ponto por ponto as incorrecções e as afirmações mal fundamentadas do Sr. Deputado Mark Marques, porque isso já foi feito, e bem, por alguns deputados da bancada do PS, mas para lhe dizer, de uma forma rápida, que nós consideramos que um governo que faz bem, que executa bem, é um bom governo; mas que um governo que corrige também é um bom governo; um governo que se corrige a si próprio também é um bom governo. Portanto, é esse o espírito da nossa governação. Fazemo-lo, sem complexos, em alguns casos, quando isso é melhor e quando é um contributo mais válido para o desenvolvimento dos Açores, de São Jorge como das outras ilhas. E não sei por que não haveríamos de o assumir de uma forma muito clara.

Além disso, sobre essa matéria podemos falar com toda a credibilidade, porque o partido que suporta e apoia este Governo tem por tradição fazer manifestos eleitorais onde estabelece claramente aquilo que vai fazer, compromete-se claramente perante o eleitorado a fazer aquilo que está nesses manifestos. E a experiência e a história têm demonstrado que a larga maioria desses compromissos é cumprida. Alguns não o são, mas a explicação é dada aos eleitores e é por isso que continuamos a governar os Açores com a confiança da maioria dos açorianos.

Eu não vou fazer análises semânticas. O Sr. Deputado acha que a maneira de fazer oposição ao Governo é estudar as palavras dos comunicados de Governo, fazer análises de conteúdo comparativas dos comunicados de Governo. Nós achamos que o mais importante é governar. Portanto, não vou entrar por esse caminho.

Mas gostava de lhe dizer, porque é importante, até para os jorgenses, que o que o Governo tinha para dizer aos jorgenses disse-o em São Jorge, no âmbito da visita estatutária e disse-o, até, de uma forma muito aberta e participada. O Sr. Deputado também estava no Conselho de Ilha, que correu muito bem, que foi participada e onde houve debate e as explicações foram todas dadas, olhos nos olhos, da forma como nós gostamos de fazer. Não só disse o que tinha para dizer aos jorgenses, como demonstrou. Demonstrou pelas obras que inaugurou, demonstrou pelos investimentos que já estão concluídos, demonstrou pelas visitas que fez a empreitadas que estão em curso e demonstrou lançando novos projectos. Portanto, sobre esse aspecto estamos plenamente descansados.

Daí que me pareça ser de salientar neste momento que o que os jorgenses tinham para dizer ao Governo também já disseram, Sr. Deputado. Disseram há cerca de dois anos, de forma também clara, de forma também transparente e olhe que não deve ter sido por inércia, ou por hábito, ou por tradição porque, como sabe, na Ilha de São Jorge não havia esse hábito ou essa tradição de nos dar a maioria e nós tivemo-la há dois anos. Fizeram isso porque, presumo eu, quiseram reconhecer os méritos da governação do Partido Socialista e penalizar aqueles que, ao longo dos tempos, têm vindo a defender maioritariamente os interesses de São Jorge nesta casa e que, pelos vistos, não o têm feito da melhor forma.

Muito obrigado.



**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

**(\*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de tudo aquilo que aqui já foi dito em relação à visita estatutária do Governo a São Jorge na passada semana, bem como à intervenção da Deputada Paula Bettencourt, de facto lamento que parte das questões que levantei não tenha sido respondida, nomeadamente pelos Srs. Deputados do Partido Socialista de São Jorge.

Contudo, há uma que eu queria voltar a frisar, porque me parece pertinente e até porque o Sr. Secretário da Economia me disse que não era bem assim, e que tem a ver com o porto comercial de São Jorge. Até porque não me parece que seja despropositado, não chamar a atenção daquilo que está mal, mas chamar a atenção daquilo que é um compromisso e que não se pode deixar esquecer, para que não se cumpra esse compromisso.

De maneira que acho que isto não é nem uma questão de profecia da desgraça, como diz o Deputado Rogério Veiros, nem dor de cotovelo, como diz a Deputada Paula Bettencourt. É, sim, uma constatação de situações que ocorrem em São Jorge. E, se a intervenção da Deputada Paula apenas enumera aquilo que estava bem, e concordamos que é a missão dela; e não querendo tirar, como diz o Sr. Secretário, o mérito ao Partido Socialista, de forma nenhuma, todos os partidos fazem coisas boas e coisas más; não podemos só aqui dentro enumerar as boas e esquecer as más.

Portanto, em relação ao porto comercial de São Jorge – que, no entender do CDS e penso que também até do próprio Partido Socialista, é uma obra estruturante para a Ilha de São Jorge, em relação a isso penso que não temos dúvidas –, realçar – e só para lembrar, Sr. Secretário da Economia – que aquilo que diz o manifesto eleitoral do Partido Socialista na legislatura anterior, em 2004, é: “Ampliar o cais acostável do porto comercial de São Jorge, no âmbito do IV Quadro Comunitário de Apoio”. É isso que diz.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** O IV Quadro Comunitário de Apoio não termina em 2013?

**O Orador:** Termina, sim senhor, Sr. Secretário. Já concluo.

Só que, na actual legislatura...

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Ainda não acabou!

**O Orador:** ...o manifesto eleitoral diz: “Ampliar o porto comercial das Velas”. O orçamento da região...

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Já viu o dinheiro que tem? Já lhe disse que é um compromisso, para nós é um compromisso!

**O Orador:** Sr. Secretário, já lhe explico. Quero concluir!

O Sr. Presidente do Governo, na inauguração do edifício da marina das Velas, disse que vão trabalhar no projecto para crescer o cais acostável em 150 metros até ao final desta legislatura e...

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Exactamente!

**O Orador:** ...para fazer na próxima, próxima essa em que os senhores não sabem se vão ser Governo ou não. Portanto, parece-me mal já se estarem a comprometer para uma próxima legislatura, quando nem sequer sabem se aqui vão estar para cumprir, ou não.

Depois, o próprio orçamento da região deste ano de 2010 diz: “Ampliação do porto de Velas”. É o que diz o orçamento, já li a redacção!

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Há todo um trabalho prévio que tem de ser feito! Pensa que é ir lá e dizer “Faça-se”? Acha que é isso? Há um trabalho, e essa acção dá cobertura a esse trabalho!

**O Orador:** Não, primeiro, o que eu acho, Sr. Secretário, é que, dos Srs. Deputados do Partido Socialista, nem uma palavra em relação ao porto comercial, primeiro sinónimo de passar para a frente e esquecer. Nem uma palavra.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): O senhor não percebeu nada daquilo que eu disse.

**Presidente:** Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

**O Orador:** Termino já, Sr. Presidente.

Segundo, esta intervenção é só porque o discurso do Sr. Presidente do Governo remete para a próxima legislatura a obra do porto comercial.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Deixe estar, dessa parte tratamos nós.

**O Orador:** É isso que ele diz na sua intervenção. Portanto, não bate – agora parece que é moda – a bota com a perdigota, porque o discurso do Sr. Presidente do Governo não vai de encontro àquilo que está plasmado no vosso manifesto eleitoral.

**Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): O senhor não percebeu nada daquilo que eu disse, nada!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

**(\*) Deputado Mark Marques** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não estava para intervir, mas o Sr. Secretário da Presidência fez com que eu tivesse uma curta intervenção.

*(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)*

**O Orador:** Não, o senhor serve para muita coisa, não seja tão humilde! Não me provocou, mas eu tinha de lhe dar um esclarecimento.

Tenho pena, muita pena, do Sr. Presidente do Governo não estar aí ao seu lado, porque o Sr. Secretário disse: “O Governo foi a São Jorge e disse o que tinha a dizer e o Conselho de Ilha falou e disse o que tinha a dizer”. Isso é verdade e eu estava lá sentado. O senhor deve saber, tão bem quanto eu, que os deputados não fazem parte do Conselho de Ilha, participam no Conselho de Ilha. Eu não sei se o senhor era Secretário, mas se calhar ainda não era, quando uma vez, não sei se há dois ou três anos, não posso precisar, um deputado da oposição quis intervir e o Sr. Presidente do Governo, de uma forma indelicada, digamos assim, disse: “O senhor tem um fórum próprio para debater essas questões, que é no Plenário”.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): O que tem isso a ver?

**O Orador:** Sr. Secretário, não! O senhor está aí a representar o Governo! Eu ouvi e o senhor agora ouve. Eu tenho pena de ele não estar aí, porque eu, Deputado Mark Marques, estive no Conselho de Ilha, na fila de trás, na última cadeira, tomei

nota do que todos disseram e, claro, trago-o aqui para o fórum correcto, como deputado regional.

Depois, quero dizer ao Sr. Secretário que o senhor pode ter sido nomeado para membro do Governo, eu fui eleito para deputado! Com ou sem maioria, eu estou aqui eleito, não estou aqui nomeado por um grupo de amigos!

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Pode ser com maioria ou com minoria, eu estou aqui eleito, não fui nomeado! O senhor, aí, não está eleito; o senhor, aí, está nomeado!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Eu também fui eleito.

**O Orador:** Está bem, pronto, o senhor foi eleito e nomeado a seguir.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Tem por essa via uma legitimidade acrescida!

**O Orador:** Tudo bem, mas o Sr. Secretário está falar como se eu estivesse aqui por especial favor de alguém! Oh, meu querido, não estou!

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Tão doce! Estou enternecido!

**O Orador:** Eu gosto de tratá-lo bem, gosto de tratá-lo por “meu querido”!

Eu estou aqui eleito e, por conseguinte, enquanto eu aqui estiver e Deus me der vida e saúde, sem dores no cotovelo e em parte alguma do corpo, o senhor vai ouvir-me.

Tenho dito.

**Deputado António Marinho (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

**(\* Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passando para lá a forma como o Sr. Deputado Mark Marques se dirige aos Membros do Governo – ainda vou ver o senhor votar, se calhar, neste Governo; dessa forma, ainda vou ver o senhor votar no PS –, Srs. Deputados, relativamente à questão primeira de que o Sr. Deputado Mark Marques falou, sobre o Conselho de Ilha, o que o Sr. Presidente disse, se bem me lembro, nesse Conselho de Ilha, foi que o debate entre os Srs. Deputados tinha o seu fórum próprio e que o Conselho

de Ilha não era um campo de debate para os Srs. Deputados estarem a debater algumas questões. Lembro-me que nesse Conselho de Ilha estava a haver já algum debate sobre algumas matérias. O Sr. Presidente do Governo nunca fez interrupção às intervenções dos Srs. Deputados no Conselho de Ilha. É preciso que isso fique claro sobre esta matéria.

Relativamente à questão do porto comercial de São Jorge, eu gostaria de dizer aqui que os deputados do Partido Socialista fazem o seu trabalho e fazem-no da forma que acham que devem fazer. Tem sido e, como disse o Sr. Secretário, foi reconhecido nas últimas eleições, ao Governo e aos socialistas, o trabalho que estão a fazer por São Jorge. De qualquer forma, não há contradições nesta matéria. Os nossos manifestos são claros e objectivos.

O senhor dizia há pouco, na sua primeira intervenção, que o manifesto dizia: “Concluir as obras do porto comercial de São Jorge”. Não diz “Concluir”, diz: “Ampliar o porto comercial de São Jorge”. Talvez o senhor não saiba, talvez porque esteja habituado a outras formas de trabalhar, mas para se fazer uma obra é preciso, primeiro, estudar que tipo de obra vamos fazer. É preciso mandar elaborar o projecto, é preciso que esse projecto seja posto a concurso, de acordo com as regras da transparência e de acordo com as regras que são necessárias e definidas pelo mercado. E, depois, é preciso pôr a obra a concurso. Há pouco, o senhor não percebia o que se passou em relação à escola das Velas.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Percebi perfeitamente.

**O Orador:** Também me parece que o senhor não percebe o que se passa em relação ao porto comercial. O Sr. Secretário da Economia não chega a São Jorge e diz a um determinado empreiteiro: “Começa ali a pôr umas pedrinhas e a acrescentar o porto”. A obra tem de ser feita conforme deve ser.

Mas mais, Sr. Deputado, os nossos manifestos dizem o que dizem e nós assumimos. Até lhe quero dizer que, em matéria de manifesto eleitoral, os Governos do Partido Socialista e o Partido Socialista são tão correctos que chegam a colocar no seu manifesto uma página daquilo que não cumpriram, assumindo claramente aquilo que falta fazer! Por isso, Sr. Deputado, nós não recebemos lições de ninguém em relação a isso!

Relativamente ao porto comercial de São Jorge, o que o Sr. Presidente anunciou foi aquilo que está a ser feito e que vai ser feito. E os jorgenses sabem muito bem que neste Governo podem confiar...

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** ...e que este Governo vai cumprir aquilo que prometeu.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

**(\*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Rogério Veiros, concluiu da sua intervenção o seguinte: que o Sr. ex Secretário da Economia não fez o seu trabalho e o Sr. Secretário actual vai ter de fazer o que o outro não fez, porque na legislatura anterior era elaborar o projecto. Se ele não o fez, se o Sr. Secretário da Economia na anterior legislatura não fez o seu trabalho, é óbvio que o Sr. Secretário actual vai ter de o fazer.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Eu não fiz o meu trabalho? Como é que não fiz o meu trabalho?

**O Orador:** Não, não. Ouça, Sr. Secretário. O que estou a dizer é que se o Sr. ex Secretário da Economia não fez o seu trabalho, se não fez o projecto nem o preparou, que era o compromisso da legislatura anterior, cabe-lhe a si agora fazer o que o seu antecessor não fez!

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Isso não é verdade e sabe que isso não é verdade! Eu posso mostrar-lhe toda a documentação que recebi sobre esse assunto.

**O Orador:** Só se conclui que, para preparar o projecto do aumento do porto comercial das Velas em 150 metros, cabe ao Governo do Partido Socialista gastar duas legislaturas, oito anos.

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Mas há-de ficar uma obra bem feita!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, vamos passar à intervenção seguinte.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A construção de um Campo de Golfe na Ilha do Faial é um projecto há muito ambicionado e uma promessa velha de muitos anos e muitos governos. Tal construção, numa perspectiva regional, contribuirá, por um lado, para a diversificação da oferta e para a descentralização da actividade turística e, por outro, para ajudar a combater a sazonalidade do turismo nos Açores.

A construção do Campo de Golfe da Ilha do Faial, infelizmente, não foge à sina que acompanha grande parte dos investimentos públicos no Faial: a sina do adiamento! O Governo Regional, em vez de construir o campo de golfe do Faial, como o fez e faz em outras ilhas, decidiu colocar esta construção no caderno de encargos da privatização da Verde-Golf, obrigando a empresa que a adquiriu a assumir esse investimento.

Assim, no Conselho de Governo de 12 de Julho de 2005, o Executivo autorizou a alienação de um lote de acções da Sociedade Verde-Golf, detido pela Região Autónoma dos Açores, determinando, ainda, que o comprador deste lote de acções ficasse obrigado a construir, no prazo de quatro anos, um campo de golfe nesta ilha. Em Março de 2006 decorreu na cidade da Horta a cerimónia de auto de cessão de 191 mil metros quadrados de terrenos ao Grupo SIRAM, vencedor do referido concurso.

Naquela altura, esse grupo empresarial anunciou que a construção do campo de golfe do Faial teria o seu início em 2007 e ficaria concluída em 2009 e que, para além disso, iam construir também uma unidade hoteleira e uma residencial associadas ao campo de golfe.

Naquela cerimónia o Governo Regional, pela voz do seu Vice-Presidente, afirmou: “O auto de cessão dos terrenos demonstra, por um lado, que o processo de privatização da Verde-Golf teve sucesso e, ao mesmo tempo, assegura a gestão privada destas unidades no arquipélago”. O Vice-Presidente do Governo recordou ainda com satisfação que “o tempo veio dar razão ao Governo, quando decidiu

incluir no caderno de encargos da privatização da Verde-Golf, a obrigatoriedade de construção do Campo de Golfe do Faial”.

Não foi preciso esperar muito para o tempo se encarregar de contrariar estas palavras. Logo, em Maio 2006, outro administrador do Grupo informava que o arranque da obra já não seria em 2007, pois “numa primeira fase, o Grupo vai investir 300 milhões de euros na realização de melhoramentos nos campos da Batalha e das Furnas em S. Miguel e as obras do Faial só irão avançar numa 2ª fase, estando previsto o arranque das obras antes do Verão de 2008 e a inauguração do Campo em finais de 2009, com início de operação em Janeiro de 2010, conforme dispõe o contrato assinado com o Governo Regional em 20 de Janeiro de 2006”.

Mesmo com estes atrasos, em Setembro de 2008 o presidente do PS, em campanha eleitoral no Faial, manifestou-se confiante no cumprimento do calendário acordado com a empresa concessionária, afirmando “que temos todas as condições para que essas obras arranquem já em 2009”. Mas, eleições terminadas, logo em Janeiro de 2009 e face às dificuldades financeiras, o Grupo SIRAM admitia que isso podia pôr em causa a construção de diversos empreendimentos nos Açores, o que infelizmente se veio a confirmar.

E de tal forma assim o foi que até hoje nada de campo de golfe. Ou melhor: nada de obra mas promoção enganosa muita, pois o campo de golfe do Faial foi durante anos propagandeado nos bancos dos ATP da SATA.

Acresce a tudo isto que o contrato de aquisição da Verde-Golf define o ano de 2010 como o ano limite para a conclusão da construção do campo de golfe do Faial, determinando a devolução dos terrenos cedidos pelo Governo para este fim, caso o prazo não fosse cumprido. Neste momento importa, por isso, avaliar como estão a ser salvaguardados os interesses públicos e, sobretudo, saber se o Governo ainda acredita que o campo de golfe estará construído até final deste ano.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em Setembro de 2009, num debate neste Parlamento, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, reconhecendo as dificuldades económicas da empresa e os



seus efeitos, afirmou em relação ao Campo de Golfe do Faial que “já arranámos uma solução e vamos concretizar esse projecto”. Logo no dia seguinte a estas declarações, a 11 de Setembro de 2009, os deputados do PSD eleitos pelo Faial dirigiram ao Governo Regional um requerimento, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1 - Qual a solução encontrada pelo Governo para a construção do Campo de Golfe do Faial?

**Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos** (*José Contente*):  
Jornal Oficial de 1987!

**O Orador:** 2 - Para quando está agora prevista a implementação dessa solução e qual o seu planeamento em termos de obra?

3 - Estão salvaguardados os interesses patrimoniais da Região face ao não cumprimento do contrato por parte da empresa em causa?

4 - Vai a Região ser ressarcida pelos eventuais prejuízos resultantes do não cumprimento do contratualmente estabelecido quanto à construção do Campo de Golfe do Faial?

Até hoje, passados 306 dias, mais de 10 meses, o Governo não se dignou responder a este requerimento, apesar de estar obrigado a responder em 60 dias.

A atitude desrespeitadora do Governo para com esta Assembleia, ao não responder em tempo razoável a este e outros requerimentos, torna mais imperiosos os esclarecimentos que há muito procuramos. E o Governo tem agora uma oportunidade para esclarecer de forma objectiva as dúvidas que rodeiam a construção do campo de golfe do Faial.

Disse.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, queria saber qual é o tempo de que disponho para este debate.

**Presidente:** Com certeza. Creio que já esgotou o seu tempo, Sr. Deputado.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já esgotei? Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições. Tenho neste momento inscrito o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Volto a repetir: com excepção dos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares, do Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário da Presidência, para intervir neste debate devem inscrever-se agora. Inscritos: o Sr. Deputado Pedro Medina, a Sra. Deputada Alzira Silva e o Sr. Deputado Costa Pereira.

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para enquadrar esta questão relacionada com a construção do campo de golfe da Ilha do Faial.

Em primeiro lugar, acho que há aqui uma coisa de que se esqueceu, Sr. Deputado, em toda a sua intervenção. O Grupo SIRAM, que adquiriu a Verde-Golf, através de um processo de alienação da participação, é neste momento um grupo com graves dificuldades financeiras. E essas graves dificuldades financeiras derivam única e exclusivamente dos investimentos efectuados por esse grupo no arquipélago da Madeira, nomeadamente os investimentos no Porto Santo, que tem a situação que neste momento se conhece.

Isto é, não se pode enquadrar qualquer dificuldade financeira do Grupo SIRAM com qualquer investimento realizado nos Açores, porque os investimentos do Grupo SIRAM que não deram certo, que não tiveram viabilidade financeira, que não tiveram capacidade de concretizar, concluir e corresponder aos seus compromissos, foram os investimentos feitos na Região Autónoma da Madeira. É neste contexto que se enquadram as dificuldades do Grupo SIRAM.

Segundo aspecto que nós consideramos fundamental nesta matéria:

Não pode o senhor, nem ninguém, com o mínimo de racionalidade económica, aqui nos Açores, na Madeira, no continente, ou em qualquer parte do mundo, analisar as perspectivas de investimento privado no âmbito de construção de

campos de golfe hoje, como eram há dois anos. Aliás, se reparar, não conhece neste momento qualquer investimento privado em campos de golfe em qualquer parte do país e, em qualquer dimensão, para além do nosso espaço nacional. Porque, pura e simplesmente, a construção de campos de golfe está sempre associada e a sua rentabilização está dependente de projectos imobiliários.

Os projectos imobiliários, neste momento, face à contracção dos mercados financeiros, estão em clara retracção. Por isso, todos os campos de golfe à escala europeia e, inclusivamente, à escala nomeadamente do continente americano ou norte-americano estão neste momento parados, à espera da recuperação do mercado imobiliário que leva à sua construção. Por isso não há, do ponto de vista de análise objectiva – a não ser que o Sr. Deputado encontre alguma justificação para um investimento privado, face a esta conjuntura internacional –, justificação para fazer hoje, aqui, no Faial, aquilo que não se faz em mais nenhuma outra parte da Europa dentro deste *timing*. Não pode comparar a realidade financeira antes de 2008 com a realidade actual.

Mas quero dizer que, tendo em conta também este contexto e como foi já referido, o Governo dos Açores está, no âmbito da sua capacidade de intervenção, a trabalhar nas soluções necessárias que possibilitem e potenciem a construção e a concretização deste investimento, tendo em conta a conjuntura financeira internacional que existe e a conjuntura real dos mercados, nomeadamente de golfe e de construção de campos de golfe. Por isso não pode, a não ser que o senhor consiga descortinar algum enquadramento específico, analisar a conjuntura actual no âmbito desse mercado, na óptica dos privados, com aquela que acontecia há dois anos, não aqui no Faial, mas a nível mundial.

Quero dizer-lhe, para concluir, que o Governo também se encontra disponível, da mesma maneira que o fez com o Grupo SIRAM, se houver outro grupo económico privado que tenha interesse em concretizar este campo de golfe e, portanto, que consiga vislumbrar razões de mercado neste momento propícias à concretização deste investimento, para cooperar e dar todo o apoio necessário para a sua concretização.

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

**(\*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS já tinha trazido este assunto várias vezes a esta casa e, até hoje, nunca teve também o cabal esclarecimento do Governo em relação a esta matéria, que já se vem arrastando no tempo.

Se, numa primeira fase, nós elogiámos a forma e a postura que o Governo Regional teve aquando da primeira privatização, chamemos-lhe assim, ou da privatização da Verde-Golf, na qual houve um concurso público, que foi devidamente validado pelo Tribunal de Contas e em que é certo que o processo correu bem, numa fase posterior – e estou a referir-me já a 2007 – o Governo Regional resolveu, através de uma Resolução, permitir e autorizar a saída de um grupo, supostamente credível, um grupo com *know-how* na questão do golfe.

Refiro-me ao Grupo Oceânico Luso Irlandês, que saiu da região ainda hoje não sabemos bem porquê, atendendo a que é um grupo que investe fortemente na questão do golfe. Saiu da região exactamente para investir em outros pontos do país. Foi esse o argumento que foi apresentado publicamente e está nos *sites* oficiais como argumento para a saída deste mesmo grupo. O Governo Regional permite que, dentro do próprio grupo, deste grupo privado, seja criada uma empresa de base só para gerir o campo de golfe. Portanto, aqui a participação não é só da venda deste Grupo Luso Irlandês, também existe a participação, nomeadamente, da SIRAM Turismo para quintas e solares açorianos.

Acho que, neste processo, é a partir da altura em que o Governo permite essa operação que as coisas começam a correr bem em relação ao golfe. De facto, eu deixava aqui uma questão ao Sr. Vice-Presidente e também ao Sr. Secretário Regional da Economia, porque foi a pessoa que, publicamente, prestou declarações em que recentemente disse: “O Governo Regional está a desenvolver esforços para estabelecer parcerias financeiras necessárias para a implementação do campo de golfe”. Ora, há aqui uma confusão: se é um investimento privado, se são privados que estão no terreno a tentar implementar o golfe aqui na região, nós, CDS, não percebemos o que o Governo tem de fazer a nível de estabelecer parcerias financeiras para que efectivamente se concretize a construção...

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Não fala em parcerias financeiras?

**O Orador:** ...do campo de golfe, porque não estamos a falar aqui numa parceria público-privada, estamos a falar de investimento privado. Portanto, nós gostaríamos que o Governo esclarecesse bem esta questão das parcerias financeiras.

Aliás, basta ver a forma como os contratos estão redigidos e as obrigações. Nós aqui, em relação a esse assunto, e o Tribunal de Contas também, alertámos sobre o fim do prazo da construção do campo de golfe. Se o Governo não acautelar os interesses da região, a região pode sair prejudicada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Alzira Silva.

**Deputada Alzira Silva (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sim, senhora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira.

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três observações àquilo que o Sr. Vice-Presidente referiu.

A primeira é que o Sr. Vice-Presidente, com aquela habilidade que lhe é peculiar, não conseguiu resistir, para se justificar, a dar uma volta e essa volta tinha de ir fatalmente dar a terras de Alberto João Jardim e àquilo que se passa na Madeira. De facto, decorrido este tempo, nós, os deputados do PSD que há quase um ano fizemos este requerimento, assumimos a nossa culpa, o nosso *mea culpa*: enganámos-nos no destinatário do requerimento. Devíamos ter feito o requerimento a Alberto João Jardim e não ao Presidente do Governo Regional dos Açores. Foi esse o nosso engano.

**Deputado Francisco César (PS):** O problema é que ele não respondia.

**O Orador:** Por isso, deu essa volta sobre as razões das dificuldades económicas da SIRAM, quando ninguém aqui disse que a SIRAM tinha dificuldades por causa dos Açores. O que nós aqui referimos, e o que é claro, é que a SIRAM está em dificuldades e queremos saber como se resolve o problema.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito bem!

**O Orador:** Depois, o Sr. Vice-Presidente fez uma referência a uma coisa que já inclusivamente o próprio Grupo tinha definido e que é dado assente nesta matéria: ninguém hoje, no mundo, constrói campos de golfe só por si; constroem-nos associados a investimentos hoteleiros, ou a investimentos imobiliários. O Sr. Vice-Presidente concluiu dizendo que no Faial não se faz o campo de golfe como não se faz em parte nenhuma do mundo, porque há a crise no imobiliário.

Então, qual é a solução que o Governo Regional tem para o problema que o próprio Governo Regional criou, quando fez esta parceria, quando passou as acções que tinha na Verde-Golf para essa sociedade, e que o senhor dizia ser a grande solução para o campo de golfe no Faial? Qual é a solução agora? É essa a nossa pergunta. Tanto mais que, no dia 9 de Setembro de 2009, o Sr. Presidente do Governo disse, aqui na Assembleia e está registado no Diário: “Nós já arranjámos essa solução e vamos concretizar o projecto”.

Foi isso que nós perguntámos, há quase um ano, ao Governo. Acho que esta não é uma pergunta assim tão difícil de se responder, para precisar de tantos meses para uma resposta. É disso que nós ainda hoje estamos à espera. E esperamos não ter de perguntar a Alberto João Jardim para saber uma coisa que se passa no Faial, não é?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

**(\*) Deputado Luís Garcia (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dois ou três comentários relativamente às respostas que obtive do Sr. Vice-Presidente do Governo, a justificar esta não construção do campo de golfe no Faial com a crise. Quem diria, o Governo Regional a justificar uma coisa com a crise, aquela crise que não chegaria aos Açores, mas que afinal hoje também já serve para justificar adiamentos de investimentos.

É evidente que todos nós sabemos que o Grupo SIRAM está, efectivamente, com dificuldades financeiras, mas não é isso que está em causa. Nós sabemos que este investimento está adiado por causa da crise e por causa da crise do Grupo SIRAM. O que está verdadeiramente em causa – e foi a isso que o senhor não respondeu, Sr. Vice-Presidente, em nome do Governo – é que o Sr. Presidente do Governo, em

Setembro de 2009, disse nesta Assembleia que tinham, efectivamente, uma solução e que iam concretizar este investimento. Em 2009, nós também já estávamos em crise, ou não? Estávamos. O que nós perguntamos é: qual é essa nova solução? Quando é que os senhores a vão concretizar? Como estão a ser salvaguardados os interesses públicos da região neste processo?

É a estas perguntas simples que os senhores, há mais de trezentos dias, ainda não se dignaram responder. Será que esta demora também é culpa da crise?

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Eu não quero tirar esta conclusão, mas pelas suas observações sou forçado a retirá-la: a verdadeira razão para a não resposta a este requerimento é que não há solução nenhuma. Os senhores nada sabem sobre a concretização deste investimento. O Sr. Presidente do Governo disse que havia uma solução e o senhor andou aí à volta, “estamos a trabalhar nas soluções necessárias para a concretização deste investimento”, mas não referiu em concreto absolutamente nada. Portanto, a verdadeira razão, parece-me, é que não há, efectivamente, solução nenhuma. O Sr. Presidente do Governo, em Setembro de 2009, disse uma coisa que não devia ter dito, porque afinal o senhor hoje não revela essa solução. Portanto, Sr. Vice-Presidente, continuamos à espera dos esclarecimentos e continuamos à espera da resposta ao requerimento.

**Presidente:** Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

**(\* Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos esclarecer aquilo que parece ser aqui uma grande confusão por parte dos Srs. Deputados do PSD. Essa confusão tem a ver, se calhar, com a vossa confusão ainda de matriz conceptual sobre a intervenção do Estado na economia.

Os senhores confundem investimento público com investimento privado. Falam de investimento privado e exigem ao Governo respostas sobre o investimento privado como se fosse um investimento público. Aqui está o grande cerne da vossa confusão. Os senhores não podem perguntar ao Governo prazos de concretização de investimentos privados cuja responsabilidade é exclusivamente dos privados.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Os senhores assinaram um contrato com essa empresa.

**O Orador:** Segunda questão: podem, sim, perguntar ao Governo como é que o Governo executa...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Já perguntámos!

**O Orador:** ...e cumpre o contrato e as regras que foram definidos para efeitos de alienação da sua participação no capital social. E é aí, precisamente aí, que nós chegamos à conclusão exacta sobre esta matéria: o Governo acompanha e irá exigir o cumprimento integral daquelas que foram as normas e as regras que levaram à alienação da participação da região na Verde-Golf e as consequentes obrigações que estavam associadas a essa concretização, primeira questão.

É quando o prazo de cumprimento dessas obrigações tiver sido já excedido que entrará a intervenção – que nós estamos a trabalhar e que temos – para, num outro âmbito que não na óptica do investimento privado, poder concretizar este objectivo de investimento. Agora, não podem os senhores confundir investimento, falar de um investimento privado, como se fosse um investimento público e analisar na óptica do investimento público algo que, neste momento, está na esfera única e exclusivamente dos privados. O cerne da questão e das duas questões para o privado não ter cumprido aquilo que estava nas suas obrigações foram aqueles casos que eu identifiquei: a pré-falência desse grupo económico, derivada de investimentos que não correram bem na Madeira; e a alteração completa do mercado de golfe a nível mundial e não específico de um único local.

Agora aproveito para também dizer, Sr. Deputado Pedro Medina, que, se reparar, hoje em dia esse grupo que referiu, o grupo irlandês de que falou e que estava associado inicialmente a este projecto, saiu; mas, se vir hoje em dia os investimentos do grupo irlandês, são tão nulos como os do grupo madeirense que ficou. A situação financeira do grupo irlandês é tão má como a do grupo madeirense. Portanto, pelos vistos, o problema do investimento na área do golfe não está só na Madeira, está também na Irlanda e, se calhar, no mundo inteiro. Só não vê quem não quer ver.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!



**Presidente:** Sr. Deputado Jorge Costa Pereira, tem a palavra.

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente: é bem verdade que só não vê quem não quer ver, porque na questão da confusão entre investimento público e investimento privado, se nós não conhecemos nada disso, então o senhor vai fazer o favor de explicar a esta câmara quem é que, neste momento, através de um contrato de gestão, tem a responsabilidade dos campos de golfe? Não foi o Governo Regional que assumiu isso face às dificuldades económicas daquela empresa? Então somos nós que estamos confundindo investimento privado com investimento público e os senhores é que estão metidos no negócio? Sr. Vice-Presidente, tenha paciência!

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

**(\* Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente não esclareceu, de facto, as questões que nós aqui levantámos, mas eu vou repetir e até vou reforçar um outro assunto, que tem a ver com o contrato-programa da promoção dos campos de golfe na Região Autónoma dos Açores.

Disse e muito bem que, de facto, é um investimento privado e é aos privados que compete fazer a execução deste mesmo investimento. O Governo, como também frisou, no tempo certo e se o contrato não for cumprido, irá actuar, porque esta é a sua obrigação. Esperemos que a região não saia prejudicada por esta, digamos assim, benevolência do Governo durante este período em que, supostamente, o campo de golfe da Ilha do Faial já deveria estar construído. Aliás, a data seria exactamente princípios de 2010. Portanto, vamos ver se efectivamente o Governo depois irá actuar nesta medida.

Eu não percebo e fiz aqui a referência, porque existe uma notícia no GaCS, na altura ou no dia em que o Sr. Vice-Presidente anuncia a exploração dos campos de golfe da Verde-Golf pelo Governo Regional como forma de viabilizar a gestão corrente e a viabilidade da empresa no curto prazo, que o Sr. Secretário Regional

da Economia, no último parágrafo – e isso passou despercebido, se calhar, da opinião pública –, afirmou que “O Governo Regional está a desenvolver esforços para estabelecer parcerias financeiras necessárias para a implementação do campo de golfe da Ilha do Faial”. Ora, se esse é um investimento privado, se está nas esferas do privado, nitidamente aqui o Governo está a meter-se num negócio do privado. Neste caso, está a ajudar um privado a arranjar uma solução financeira para o problema. Aquilo que nós queremos saber é, exactamente, quais são esses esforços e no âmbito de que competências é que o Governo, atendendo ao contrato que está estabelecido com esta empresa, está a actuar para que efectivamente se construa o campo de golfe do Faial.

Aqui, uma última questão, em relação ao contrato-programa da promoção do golfe nos Açores: o Governo sempre afirmou que efectivamente estava na esfera privada e que não se metia com os privados nessa matéria. Mas o Governo assina o contrato-programa no montante de um milhão de euros, dos quais novecentos mil foram exactamente para a publicidade e para o *marketing* dos campos de golfe. Havia um caderno de encargos muito rigoroso da parte dos privados, na justificação de todo e qualquer tipo de despesas. Tem de ser assim, porque ainda ontem tivemos aqui um caso, nomeadamente da Porto de Abrigo, que não deu conta ao Governo da forma como estava a aplicar o dinheiro e o Governo, e muito bem, começa a pedir explicações a essa empresa.

Portanto, o Governo tem responsabilidades. Nós na altura denunciámos que enganou os açorianos, porque permitiu que o campo de golfe do Faial fosse publicitado, quando ele ainda nem sequer está construído. Quanto a isso, o Governo também não tem nenhuma explicação. Dentro desse contrato-programa, não tendo sido cumprido aquilo que estava estipulado e não correspondendo à verdade, à realidade do golfe nos Açores, o que faz o Governo, ou fez, ou irá fazer perante esta situação?

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

**(\* Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Costa Pereira, V. Exa. continua a confundir...

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** É natural, mas conto com a sua simpática colaboração!

**O Orador:** ...e eu não sei se conseguirá sair dessa confusão, mas vou fazer um último esforço para o tentar tirar dela.

O senhor, tentando fazer uma tirada simpática, disse: “Mas, então, como é que o Governo justifica que não se mete em negócios e investimento privados e faz uma confusão de investimento público e investimento privado quando assegura o contrato de gestão e de exploração da Verde-Golf?” Sr. Deputado, o contrato da Verde-Golf é, como eu referi, um contrato de gestão e exploração de instalações, não é um contrato de investimento. O Governo não faz qualquer investimento público numa propriedade privada, apenas faz a exploração. E se o Sr. Deputado não sabe a diferença entre investimento e funcionamento, tenho muita pena, mas não lhe posso fazer bem nenhum.

Segundo aspecto, que é o cerne da questão, fundamental, em relação àquilo que foi dito no dia 9 de Setembro de 2009 pelo Sr. Presidente do Governo e que foi dito pelo Sr. Secretario Regional da Economia quando fizemos a conferência de imprensa para anunciar novas regras de exploração da Verde-Golf. É exactamente isso que nós estamos a fazer, ou seja: partindo do pressuposto que estamos todos a prever que o privado não vai conseguir cumprir o prazo que está determinado no âmbito do concurso para concretização deste investimento, nós estamos – e não íamos esperar pelo fim deste prazo – a preparar uma solução que permita a concretização deste investimento numa outra óptica que não a óptica do investimento exclusivamente privado. Foi isso que foi referido, é esse o nosso compromisso e é isso que vamos fazer, quando formalmente pudermos denunciar o contrato que foi executado.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** É isso que queremos ouvir!

**O Orador:** Os senhores não podem é exigir-nos que denunciemos um contrato antes de formalmente o mesmo ser possível! Esta é a realidade, porque o que nos interessa é exactamente concretizar os investimentos e não fazer aqui apenas uma variação sobre intenções de investimento.

Em nome da defesa do interesse da região, as medidas serão tomadas quando formalmente puderem ser tomadas, de forma que se concretizem aqueles que são os compromissos formalmente assumidos, com a maior brevidade possível.

**Presidente:** Sr. Deputado Costa Pereira, tem a palavra.

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu agradeço-lhe a precisão dos conceitos, mas a nebulosidade sobre aquilo que está por trás continua, porque a verdade é esta: os campos de golfe e a estrutura toda ligada à sua exploração são privados por concessão do Governo e agora, face às dificuldades dessa empresa privada, os senhores estão a gerir as infra-estruturas. Não é verdade isto que eu estou a dizer?

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Estão arrendadas!

**O Orador:** Estão a pagar uma renda, estão a fazer o que quiserem, mas estão a ajudar uma empresa privada com capitais públicos. Portanto, o senhor não pode vir numa altura dizer: “Tem de haver grande clareza entre aquilo que é privado e aquilo que é público” e, depois, coloco-lhe uma questão, posso até não ter usado conceitos precisos e tecnicamente correctos, mas, no fundo, o senhor acaba por concordar comigo. E a verdade é esta: a empresa é privada e os senhores estão a gerir neste momento os campos de golfe. Se isto não é confusão entre público e privado...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Acha que o Estado não pode arrendar nada ao privado?

**O Orador:** ...então eu já não sei o que é público e privado.

Mais, Sr. Vice-Presidente: se tudo é tão claro e cristalino como o senhor está a dizer, então responda por que é que desde Março que o Grupo Parlamentar do PSD, em requerimento, pediu cópia do contrato que os senhores fizeram com a Verde-Golf para a exploração dessas estruturas e ainda hoje não a recebemos. Já passou o prazo. Só se esse contrato é tão extenso que não pode ser fotocopiado nem entregue aos deputados.

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Eu gostava de questionar o Sr. Vice-Presidente – não sei se tem esse elemento consigo – mas gostava de saber qual é a data em que, formalmente, a Verde-Golf passa a estar em incumprimento em relação àquilo que assinou para construir o campo de golfe no Faial? Lembro que aquilo que está na informação que foi dada na altura, portanto em Julho de 2005, é que o comprador do lote das acções se compromete, no prazo de quatro anos, a construir o campo de golfe do Faial. Portanto, se não estamos no prazo limite, as minhas contas indicam que devemos estar muito perto.

O Sr. Vice-Presidente fazia um favor à limpidez e clareza deste processo se esclarecesse quando é que formalmente acaba essa obrigação. Porque, Sr. Vice-Presidente, como sabe e o Sr. Deputado Pedro Medina já fez essa referência, isso não é despreciando nestas circunstâncias, há um interesse regional associado a este eventual não cumprimento por parte deste grupo económico. Portanto, queremos saber também de que forma é que o Governo Regional pretende salvaguardar os interesses que alienou a favor dessa empresa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

**(\* Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, os interesses da região nesta matéria, que tem a ver com a cedência de terreno para a concretização deste investimento, estão devidamente salvaguardados e estarão sempre salvaguardados na concretização deste investimento, independentemente de quem for a entidade que o concretize.

Segundo aspecto: o prazo que referiu tem de ser associado a variações, que tiveram a ver com alterações necessárias do PDM para efeitos de construção do campo. Portanto, a esse prazo que referiu tem de ser associado um prazo que não decorreu da empresa, tendo em conta que foi necessário alterar o PDM para permitir a aprovação do projecto para efeitos de utilização do solo neste contexto. Se somar os dois prazos, verificará que nós estamos a falar de um prazo que irá terminar no final deste ano. Portanto, estamos precisamente a preparar todo o processo e toda a

questão para um incumprimento decorrente deste contrato que irá ocorrer, se assim não houver alteração, no final deste ano.

**Presidente:** Muito bem, não há, creio eu, mais pedidos de esclarecimento. Sras. e Srs. Deputados, face à hora, ficamos por aqui. Vamos almoçar e retomamos às 15 horas, com a agenda. Até logo.

*(Eram 12 horas e 55 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

*(Eram 15 horas e 03 minutos)*

Vamos entrar, conforme planeado na agenda, com a **Continuação das Perguntas ao Governo Regional, com resposta oral, nos termos do artigo 180.º do Regimento da ALRAA**, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Nós iniciámos este ponto ontem à tarde e íamos no segundo objecto, concretamente “Listas de espera no Serviço Regional de Saúde”. O PCP e o PPM tinham feito a pergunta a que ficou acordado que teriam direito e o Partido Popular fez a primeira pergunta. Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

O Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

**(\* Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores não abdica da qualidade na prestação de cuidados de saúde de uma forma gratuita a todos os açorianos, especialmente os mais carenciados. A segurança e a excelência dos tratamentos efectuados nas instituições públicas de saúde da Região Autónoma têm custos, que o Governo Regional e o Partido Socialista optaram por ter, porque nas linhas orientadoras da sua política é sua obrigação suportar. Planear com rigor, implementar com equilíbrio e avaliar todos os procedimentos em saúde são prioridades para quem trabalha e para quem decide no Serviço Regional de Saúde.

Sabemos todos que é necessário melhorar mais, mas não é justo transmitir insegurança às pessoas, porque não é inteligente, nem é verdade. Nenhum açoriano vai deixar de ser atendido pelos profissionais de saúde dos Açores, médicos, enfermeiros e técnicos superiores de saúde. É público que, nos últimos anos, o Serviço Regional de Saúde respondeu melhor aos seus utentes. Houve mais consultas, mais cirurgias, mais consultas de especialidade, mais meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Resultado: mais açorianos recorrem aos hospitais e aos centros de saúde dos Açores. Mas, acima de tudo, mais açorianos confiam no Serviço Regional de Saúde, a obrigação que cumprimos, com sentido de dever.

Falar exclusivamente do que está mal na saúde é prestar um mau serviço ao Serviço Regional de Saúde dos Açores. Srs. Deputados, a estratégia política de catástrofe já não é valorizada pelos açorianos e a teoria do caos já não tem sentido. Os açorianos sabem bem aquilo que se tem feito e o que vai ser executado.

A nossa opção consciente é pela gratuitidade do Serviço Regional de Saúde. Os açorianos, independentemente dos seus rendimentos individuais, terão sempre de ter o mesmo acesso à saúde, em pé de igualdade. Esta é uma das bandeiras do Partido Socialista, de que nos orgulhamos. Gostaria também que o PSD se definisse sobre essa matéria – agora não, porque o Regimento não o permite –, uma vez que o seu líder nacional, Dr. Passos Coelho, já alertou ser irrealista que o país tenha uma saúde tendencialmente gratuita. Por uma questão de coerência, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostava de saber qual a posição do PSD. Repito: agora não, porque o Regimento não o permite, mas espero que resolvam. Não é para esclarecer o PS, mas sim os açorianos, que devem estar confusos, com o mesmo partido a falar a várias vozes.

A pergunta, Sr. Secretário Regional da Saúde, é: as listas de espera cirúrgicas, o plano de recuperação, a sua situação actual nos três hospitais da região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Ricardo Cabral, em Outubro de 2009 existiam 1200 açorianos em lista de espera há mais de dezoito meses; em Março de 2010 existiam 1264; e, a 30 de Junho de 2010, existiam 980 utentes em lista de espera, pessoas que estavam à espera de uma cirurgia que não é uma cirurgia urgente, é uma pequena ou média cirurgia. As cirurgias urgentes são feitas em tempo clinicamente adequado e assegurado pelos hospitais da região.

A indicação que o Governo deu e o compromisso que assumiu perante esta câmara na discussão do plano de investimentos foi que todas essas cirurgias estivessem resolvidas no fim do ano. Para isso, o Governo já canalizou recursos em sede de plano de investimentos, para assegurar que essas cirurgias sejam pagas aos hospitais da região, ou ainda alargando a possibilidade de outros médicos virem do continente também fazer cirurgias nos hospitais da região, como é o caso, por exemplo, do Hospital de Angra do Heroísmo, designadamente na especialidade de neurocirurgia.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Quanto é que esses profissionais ganham?

**O Orador:** Só por esses profissionais de saúde, que são deslocados do continente, foram feitas 237 cirurgias em 2009 e creio que esta é uma medida que deve continuar.

Por outro lado, o Vale Saúde, que entrará em aplicação no segundo semestre deste ano, também terá esses benefícios, sendo que entrou agora em vigor porque o Governo teve de regulamentar a Proposta de Decreto Legislativo que foi apresentada pelo CDS/PP. Para o efeito, se tivesse sido mais abrangente o diploma inicial, o Decreto Legislativo Regional podia carecer até de regulamentação e já poderia também estar em aplicação desde o início do ano.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Gomes, tem a palavra para fazer uma pergunta.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O combate às listas de espera, quer sejam listas de espera para consultas ou listas de espera para cirurgia, tem merecido da parte do Partido Social Democrata uma



especial preocupação neste Parlamento. Ainda na última discussão do Plano e Orçamento para 2010, o Partido Social Democrata apresentou uma proposta de alteração ao plano e orçamento no sentido de reforçar, com 1.700 mil euros, a verba necessária para a acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde com o objectivo claro, expresso e explícito de se combaterem as listas de espera.

Não dizemos, isso seria demagogia, que se pode acabar com as listas de espera. O que dizemos é que as listas de espera nos hospitais da região devem ser colocadas em tempos clinicamente aceitáveis. Nesta matéria, eu queria dizer e sublinhar aqui, com toda a clareza, que o Governo Regional até hoje ainda não fez publicar nos Açores legislação no sentido de definir os tempos clinicamente aceitáveis para atendimento dos doentes no Serviço Regional de Saúde, ao contrário do que sucede no plano nacional há mais de um ano e meio. É verdade que tem sido uma promessa constante e recorrente do Sr. Secretário Regional da Saúde em várias cerimónias e acontecimentos públicos, mas o que é verdade é que a definição deste tempo clinicamente aceitável para que os doentes sejam atendidos no Serviço Regional de Saúde ainda não foi fixada para a Região Autónoma dos Açores.

Sr. Secretário Regional, depois desta introdução, eu queria fazer-lhe a seguinte pergunta:

Primeiro, por que razão é que, entre Agosto de 2009 e o mês de Abril de 2010, o Governo Regional não fez publicar, como era sua obrigação e como o próprio definiu, no *site* da Direcção Regional da Saúde, as listas de espera cirúrgicas para os doentes que estão em espera há mais de dezoito meses?

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O Governo Regional apenas actualizou o *site* depois da interpelação que o Partido Social Democrata fez aqui nesta câmara, sobre saúde, no passado mês, no dia 16 de Junho. Estão, de facto, colocados os dados relativos a Abril e Junho. Os outros dados, miraculosamente, desapareceram, tornando impossível qualquer estudo comparativo da evolução das listas de espera cirúrgicas. A pergunta é: por que é que o Governo Regional, durante estes meses todos, quase um ano, escondeu esta informação? E por que é que o Governo Regional não

mantém a informação anterior, para que se possa comparar a evolução das listas de espera nos Açores?

Gostaria também de fazer, anexada a esta pergunta, a pergunta sobre a mesma temática...

**Presidente:** É a mesma pergunta?

**O Orador:** Eu pergunto já. Tem a ver com o mesmo assunto, é só uma pergunta. Relativamente aos dados publicados, pelas contas que fiz são 916 doentes em lista de espera cirúrgica, consulta do *site* da Direcção Regional da Saúde. V. Exa. falou aqui em 980. A pergunta é esta: qual dos números está certo? Ou será que nenhum dos números relativos às listas de espera está certo nos Açores e é disso que o Governo Regional tem medo?

Muito obrigado.

**Vozes de deputados das bancadas do PSD e PPM:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado, o senhor vem aqui a esta câmara falar de medidas que são medidas tomadas por este Governo, ou anunciadas pelo Governo. Foi o Governo quem primeiro veio anunciar que fixaria os tempos máximos de resposta para o Serviço Regional de Saúde e que o faria de modo mais abrangente do que aquele que existe no continente.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** E...?

**O Orador:** E será feito, durante o segundo semestre deste ano.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Mais uma promessa!

**O Orador:** Aliás, o Sr. Deputado, na sua intervenção, joga por antecipação, para fazer crer aos açorianos que é pela sua intervenção que o Governo toma medidas. O Governo não está à espera dessas jogadas de antecipação.

Tem havido um esforço permanente do Governo em diminuir o tempo de espera. Nós começámos em 2008, com 24 meses; em 2009, o objectivo foi 18 meses; em Dezembro de 2010 o objectivo é, na mesma, 18 meses; e, quando tivermos os recursos suficientes para avançar mais no número de cirurgias, quando houver

mais produtividade, que é possível, ainda, nalguns hospitais da região, lançaremos um período ainda mais curto.

Por outro lado, Sr. Deputado, quem decidiu pôr na internet a lista de espera dos utentes fui eu, através de despacho. E é falso que durante um ano não tenha sido actualizada. Foi actualizada, houve um mês ou outro que falhou, mas foi actualizada, Sr. Deputado.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não é verdade, desde Agosto de 2009 que não foi!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares, para formular uma pergunta.

**(\* Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, é sabido que as listas de espera se prendem, pelo menos indirectamente, com a falta de médicos na região. É sabido também que os incentivos que esta região oferece à fixação de profissionais da saúde são atraentes. É o mínimo que lhe podemos chamar, em termos comparativos. No entanto, não têm surtido, digamos, o efeito que todos nós desejaríamos. A pergunta que lhe faço é a seguinte:

É público que o Governo da República tem vindo, ainda que de forma limitada, a apostar na contratação de médicos estrangeiros. Falo de médicos, por exemplo, de Cuba, do Uruguai, entre outros países. Pergunto-lhe se a região alguma vez equacionou a possibilidade de fazer também um esforço, no sentido de conquistar para a região a fixação de médicos estrangeiros, cuja capacidade profissional e competência não poderá ser posta em causa, uma vez que na República eles fazem o seu serviço acima de qualquer suspeita.

Muito obrigada.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

**(\* Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É evidente que o Governo pondera sempre essa hipótese e essa solução. Essa é, de facto, uma solução e estamos a trabalhar com o Ministério da Saúde para que, numa próxima oportunidade, possam vir médicos do estrangeiro fixar-se, principalmente médicos de medicina geral e familiar. Este é um objectivo e está, de certo modo, assegurado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

**(\*) Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As listas de espera continuam a ser frequentemente referidas e publicamente contestadas. O Governo Regional sempre tem dito que faz o possível e pretende criar condições para que se reduzam essas listas de espera, o que de facto tem acontecido em relação a algumas especialidades. Porém, há outras onde isso não acontece.

A pergunta é simples, Sr. Secretário: que medidas adicionais concretas pensa o Governo tomar para uma redução mais eficaz nas especialidades onde o tempo de espera é, ainda, escandaloso?

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo: As medidas já foram aqui anunciadas por mim: nós temos verbas canalizadas para os hospitais, para a recuperação, em tempo fora do horário normal, dessas listas de espera; temos a possibilidade de virem equipas do continente para os hospitais ajudar na recuperação dessas listas de espera; e temos o Vale Saúde, que foi aprovado por maioria nesta Assembleia, que tem de entrar em aplicação. Temos de ver qual é o benefício que traz e fazer uma avaliação, no fim do ano, se de facto foi ou não pertinente na recuperação das listas de espera.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário:

Efectivamente e por sua iniciativa, as listas de espera começaram a ser publicadas no *site* da Direcção Regional de Saúde, não sem antes nós, também, neste Plenário, termos feito referência a essa lacuna. Mas são publicadas num modo de difícil interpretação e de difícil leitura.

Eu gostaria de chamar a atenção do Sr. Secretário que nas listas cirúrgicas publicadas no portal da internet da Direcção Regional de Saúde não aparecem, por exemplo, os doentes relativamente a 2009 e 2010, os que se inscreveram nas listas de espera desses anos. Temos dados apenas até 2008. Portanto, o que é feito dos doentes de 2009 e 2010, que não aparecem?

Depois, há ali várias incongruências. O Hospital de Ponta Delgada não refere as especialidades onde os doentes estão inscritos, ao contrário do Hospital de Angra e do Hospital da Horta. Ou seja, a informação não é clara, transparente e uniforme em todos os hospitais. Foi isso que detectámos na internet.

Agora, na nossa opinião, grosso modo e por comparação com 2008 e 2009, é muito superior a um milhar, ou seja, há milhares de açorianos em lista de espera para cirurgias. Nos números que tenho aqui, e tenho aqui os documentos tirados ontem – anteontem, melhor dito, na segunda-feira – do *site* da Direcção Regional de Saúde, relativamente ao Hospital de Angra, Sr. Secretário, há doentes inscritos desde 16/03/2004. Isso dá oitenta meses. Portanto, a pergunta é esta: tendo o Governo tomado medidas obviamente para reduzir as listas de espera, e que nós apoiamos, como se justifica que existam doentes há oitenta meses à espera para uma cirurgia? E como se justifica que ainda estejam milhares à espera?

Nesta conta – e eu contei um por um – são 1037 os números que estão na Direcção Regional de Saúde. Contei-os um a um; fora 2009 e 2010. Portanto, eu digo: há milhares de açorianos em lista de espera para as consultas. A pergunta é: quantos efectivamente são, desde 2004 para cá? É este número que aqui tenho, é esta data, até hoje. Efectivamente, por que existem estes doentes à espera, há seis anos, para uma coxartrose, Sr. Secretário? É uma coisa simples. Quando, por exemplo, há

hospitais que não têm lista de espera nessa especialidade e quando o Governo fez um plano contra as listas de espera...

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termine já, Sr. Presidente.

...a pergunta é, obviamente: porquê esta situação?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu também estou preocupado com esse doente que está desde 2004 à espera de uma cirurgia e já telefonei para o hospital para saber o que se passava. De facto, a explicação é uma: o doente não está em condições de ser operado e por isso continua na lista de espera.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não é só um. Neste hospital são três.

**O Orador:** Não é só um, há mais desde 2004.

Portanto, a razão é essa: porque não se pode oferecer segurança na cirurgia. Quando o doente reunir as condições para poder ser operado sê-lo-á, evidentemente. A razão é unicamente esta, é para que seja garantida a segurança das pessoas quando forem intervencionadas.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** E os doentes que estão à espera desde Fevereiro de 2005?

**O Orador:** Só uma questão, gostaria de responder ainda por que não tenho os dados de 2009 e 2010: os dados não têm de estar na internet. De acordo com o despacho que foi publicado pelo Governo, são os doentes há mais de dezoito meses. Por isso, só esses doentes estão em lista de espera.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra para contra-interrogar.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Secretário, a minha questão foi a diferença de critérios: um hospital põe e o outro não põe. Essa é que é. Se formos consultar a lista do Hospital de Angra tem: o doente para coxartrose, para varizes, etc., etc.; consultamos o de Ponta Delgada e não diz qual é a cirurgia de que está à espera. É dessa diferença de critérios que estou a perguntar, porque não é uniforme

em todos os hospitais. Porque, se formos ao da Horta, também constam as iniciais do nome do doente, o número de beneficiário, etc., e depois a cirurgia em que está inscrito. Portanto, não há uniformidade de critérios. Em Ponta Delgada não percebemos quais são as especialidades mais atrasadas e acho que essa informação é útil. Foi isso que lhe quis perguntar.

Agora, Sr. Secretário, se a explicação que o hospital deu foi essa, ela é, naturalmente, coxa. Acho que a explicação carece de outros esclarecimentos junto do hospital, porque há aqui doentes que, só de 2004, são: um, dois, três, quatro, cinco; de 2005, tem vários; de 2006, tem vários; e de 2007, tem vários. E quem diz coxartrose, diz varizes. Há muitos doentes em lista de espera desde 2004 e 2005. Portanto, acho que tem de haver outra explicação para isto. Daí a necessidade de realmente se começar a evoluir para o serviço de excelência que estas listas provam bem que não existe. Todos nós estamos conscientes de que queremos melhorar a prestação de cuidados de saúde aos açorianos. É esse o nosso objectivo aqui, é isso que nós queremos esclarecer e é isso que nós estamos a fazer. Cada um faz à sua maneira.

Portanto, não colhe a sua explicação, quando diz que o doente não está em condições. A não ser que o doente esteja acamado há seis anos. Para uma coxartrose, enfim, coitadinho, já não precisa da cirurgia, se está acamado. Está acamado há seis anos, desde 2005, para umas varizes. E por aqui fora. Quer dizer, cinco, seis anos, 72 ou 80 meses, enfim, 60 meses, os anos que forem. E, Sr. Secretário – e aí é que está –, eu acho que nós, como região autónoma e com a nossa autonomia, quando a lista de espera no continente para estes casos, como sabe, já é inferior a nove meses – inferior a nove meses! – e nós ainda vamos para os dezoito meses, esta é a tal excelência de que se fala.

Portanto, devíamos ter, nesse sentido – e espero-o sinceramente, foi um contributo que nós demos –, com o Vale Saúde, pelas nossas contas, Sr. Secretário, o dinheiro que está orçamentado permitia reduzir esta lista drasticamente. A um preço médio de cirurgia, que fizemos pelo preço máximo, poderia reduzir 700 ou 800 doentes. Como há cirurgias aqui que são simples e são, digamos, corriqueiras, passando a expressão, acho que com o dinheiro orçamentado no Vale Saúde esta lista acabava

praticamente num ano, terminava. Ou, então, conseguia-se reduzir para tempos clinicamente aceitáveis estes doentes. Agora, não podemos aceitar, de 2004, 2005, 2006, 2007, que estes doentes não tenham tido prioridade absoluta nas listas de espera.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acredito que estes doentes tiveram prioridade. Nós temos de garantir a segurança na intervenção; ou, então, seremos frios ao ponto de se chegar ao pé do doente e dizer-lhe: “O senhor já não está na lista de espera, porque não está em condições. Logo, perde o seu lugar na lista de espera”. Não, este doente tem de manter o seu lugar na lista de espera, até que reúna as condições para poder ter a cirurgia. É só uma questão de segurança. Portanto, não vejo porquê este drama à volta da data de antiguidade.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** 27, 54...

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes, faça o favor.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

A conclusão a que vamos chegando quanto a esta matéria é que, infelizmente, os doentes dos Açores, os açorianos, apenas esperam para poderem entrar numa lista de espera. Pelos vistos, aquilo que o Governo burocraticamente vai fazendo é contabilizar se estão há dezoito meses ou há mais de dezoito meses para entrarem na lista de espera cirúrgica que é disponibilizada na internet. Eu gostaria de, como introdução à pergunta, dizer à câmara o seguinte:

O Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, em Abril de 2010 tem 4345 doentes em listas de espera cirúrgica. 35% desses doentes estão à espera há mais de um ano e 17% estão à espera há mais de dezoito meses. Alguns estão à espera há dois anos, há dois anos e meio, há três ou há quatro anos. Não aparecem na listagem que o Sr. Secretário Regional da Saúde despachou no sentido de ser



publicada na internet, mas existem, são gente como nós, que sofrem à espera de uma cirurgia no maior hospital da região.

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Secretário Regional da Saúde, a pergunta que eu quero fazer é esta: Em Dezembro de 2004, o Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada, tinha em matéria de listas de espera cirúrgicas 4275 doentes. Hoje, passados cinco anos, passados vários anúncios, várias promessas de combate às listas de espera, de programas especiais de recuperação de listas de espera, o que é verdade é que o número de doentes à espera de uma cirurgia continua exactamente na mesma ordem de grandeza.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** As contas foram feitas.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** É evidente. Que ignorância, Sr. Deputado.

**O Orador:** Há um falhanço da política de combate às listas de espera por parte do Governo Regional. A pergunta é: com tantos recursos humanos, com tantos recursos materiais gastos, como é possível que tudo esteja na mesma?

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

**(\* Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, está a fazer confusão entre duas coisas. Uma coisa é a lista de espera, outra coisa é inscrito para cirurgia. Se eu tiver uma cirurgia marcada para amanhã, por esse critério eu estou em lista de espera e, no entanto, o dia de amanhã é perfeitamente aceitável! Só mesmo numa emergência é que isso não pode acontecer.

**Deputado António Marinho (PSD):** 35% há mais de um ano.

**O Orador:** O despacho que prevê a publicação a partir de dezoito meses está a ser integralmente cumprido. E o compromisso de diminuir este prazo é do Governo.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** São os números que o Governo não divulga.

**O Orador:** Por outro lado, justifica-se a existência, sempre, de uma lista de espera quando se dão mais consultas, quando as consultas aumentam, quando os meios complementares de diagnóstico aumentam, quando a produção, quando a

assistência aumenta, é evidente que são mais pessoas direccionadas para cirurgias, precisamente porque o acesso à saúde está melhor hoje do que estava há vinte ou há dezasseis anos ou, até, há dez anos. Portanto, é dessa acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde que nós chegamos à conclusão que existe alguma lista de espera.

Agora, também existem mecanismos novos, como aquele que foi proposto aqui pelo CDS/PP, que é o Vale Saúde, que pode vir a ajudar, e existem outras medidas, como trazer outros médicos do continente para virem cá também fazer cirurgias, que têm de resolver este problema.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Continuo sem o esclarecimento da não publicação dos dados de 2009 e 2010 na internet, mas vamos aos tempos de espera. Efectivamente, Sr. Secretário, vou ler-lhe os tempos de espera no continente, o que está definido na Portaria 1529/2008 do Ministério da Saúde, e vou dar-lhe apenas alguns exemplos, para não ser exaustivo.

Cuidados primários de saúde, tempo de espera: motivo relacionado com doença aguda – atendimento no dia do pedido; renovação de medicação de doença crónica – 72 horas após entrega do pedido; relatórios, cartas de referenciação, orientações e outros documentos escritos na sequência da consulta médica – 72 horas após a entrega do pedido.

Vou agora aos tempos de espera cirúrgicos na cirurgia programada: prioridade de nível 4 – 72 horas após indicação cirúrgica; prioridade de nível 3 – 15 dias após indicação cirúrgica; prioridade de nível 2 – 60 dias após indicação cirúrgica; e prioridade de nível 1 – 270 dias após indicação cirúrgica, os tais nove meses, como está no continente.

Eu pergunto-lhe, Sr. Secretário: hoje, quais são os tempos máximos de resposta garantidos no acesso aos cuidados de saúde neste serviço que temos? Hoje, qual é o tempo máximo de resposta garantido, apenas nas áreas que lhe indiquei, nestas

três áreas dos cuidados primários, nestas três situações, para não ir a outras, e nas três situações da cirurgia?

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu já li esse documento, já estivemos a analisá-lo quando também estivemos a preparar a fixação dos tempos máximos de resposta aqui para o Serviço Regional de Saúde. É isso que nos preocupa, mas queremos ir mais além do que está estabelecido nesse diploma.

Interessa-nos também estabelecer uma diferenciação para os idosos, para o caso dos diabéticos, para os doentes crónicos, nesses tempos máximos de resposta, o que não está aí. Interessa também que as grávidas tenham um atendimento preferencial, também aí não está. Portanto, há muitas oportunidades de melhoria desse documento, quando aplicado aqui aos Açores, o que é, de resto, aquilo que o Governo fará no segundo semestre deste ano.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para contra-interrogar.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Secretário Regional da Saúde, naturalmente acredito que o senhor conhece esta Portaria tão bem como eu. Agora, devo lembrar-lhe uma coisa: esta Portaria tem dois anos, já existe no continente há dois anos e está em vigor. Também devo dizer-lhe, como diz o nosso sábio povo, que o óptimo é inimigo do bom. Portanto, se nós tivéssemos estes tempos nos Açores já estaríamos muito bem, estaríamos a caminho da tal excelência que alguns propagam, mas não existe. Eu podia ler-lhe outras coisas que aqui estão. Não aceito é a sua justificação de que está à procura do óptimo para não fazer o bom.

O bom era isto: era um utente, num caso agudo, um diabético, chegar e ter consulta no próprio dia, e não tem, Sr. Secretário. Era um doente que está à espera de um meio complementar de diagnóstico ter resposta máxima de trinta dias – que é outra das situações que está aqui – e não tem. E mesmo, Sr. Secretário, até os doentes

internados esperam quinze, vinte, vinte e cinco dias por uma ecografia; até um doente de uma outra ilha, internado e a fazer despesa no internamento de um hospital, porque não tem prioridade.

Sr. Secretário, nada como regras, definir regras para serem cumpridas no Serviço Regional de Saúde, regras que nos possam orientar rumo à excelência, regras que possam servir os utentes e regras para os profissionais de saúde cumprirem. Senão, cada um faz como acha e um acha que é desta maneira, outro acha que é daquela e um outro, ainda, acha que há uma terceira via para resolver o assunto. Portanto, julgo que é urgente aplicar imediatamente estes tempos máximos de resposta, garantidos, no Serviço Regional de Saúde. Porque, por aqui abaixo, abrange certamente – e vou usar um argumento que o Sr. Secretário usou ontem – mais de 90% das situações. Mais de 90% das situações são abrangidas pelos motivos que estão aqui nesta Portaria. Até aqui vem, por exemplo, uma consulta no domicílio a pedido do utente: em 24 horas, se a justificação do pedido for aceite por profissional, conforme a situação. Portanto, está tudo definido, as regras estão todas aqui.

Termino, Sr. Secretário, com pena, dizendo que, tendo o Sr. Secretário conhecimento disto – isto é de 26 de Dezembro de 2008, portanto, já era o senhor Secretário –, é pena que não se tenha implementado isto nos Açores. É pena que isto não esteja a funcionar. É pena que se persiga o óptimo em detrimento do bom. E é pena que continuemos sem orientações e sem regras para os tempos máximos de espera garantidos no Serviço Regional de Saúde.

**Presidente:** Não sei se há uma pergunta em concreto na sua intervenção, Sr. Deputado. Há várias críticas...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Sim senhor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes, faça o favor.

**(\* Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Falámos de listas de espera para a cirurgia, eu gostava agora de introduzir as listas de espera para as consultas, nos hospitais da região.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Foram feitas 323 mil num ano.

**O Orador:** As listas de espera para as primeiras consultas no Hospital do Divino Espírito Santo, Ponta Delgada, por exemplo, são as seguintes: há 5310 doentes à espera, 2996 dos quais aguardam sem marcação a respectiva consulta. Estes são os dados de Abril de 2010.

A pergunta que quero fazer ao Sr. Secretário Regional da Saúde é: o que é que o Governo fez, tem feito e tenciona fazer para corrigir esta situação, sobretudo se tivermos em consideração que há inúmeros doentes que aguardam há muito mais de seis meses, de nove meses, de doze meses para serem consultados? A pergunta é: o que fez e o que fará o Governo para corrigir esta situação, que deixa 5310 açorianos à espera de uma primeira consulta no maior hospital da região?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\* Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dizer que não há, em nenhuma situação urgente, um doente que esteja à espera há tanto tempo no Hospital do Divino Espírito Santo por uma consulta. Há um sistema de referenciação regional e há uma articulação entre os médicos de família, os médicos que estão nos centros de saúde e os hospitais da região.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Se houvesse médicos de família!

**O Orador:** E, além disso, se for uma situação urgente, também pode entrar pela urgência. Portanto, não é nenhuma situação urgente.

De qualquer modo, Sr. Deputado, o Hospital de Ponta Delgada, curiosamente, é agora um hospital acreditado internacionalmente e hoje (e em 2009) presta um serviço muito melhor à população de São Miguel do que em 1995, 1996. Portanto

nós, desde essa altura, melhorámos muito o Serviço Regional de Saúde e melhorámos muito o acesso ao Serviço Regional de Saúde.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Vivemos todos melhor do que há vinte anos, é a evolução!

**O Orador:** O problema parece-me que é esse, é o problema da excelência e da acreditação internacional do hospital.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, neste momento não tenho nenhuma inscrição. Sendo assim, podemos passar ao objecto seguinte, que é: “Cuidados de Saúde Primários”.

O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

**(\* Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Outro assunto é, obviamente encadeado, os cuidados primários de saúde. Neste caso, queria falar-lhe dos médicos de medicina geral e familiar, tão necessários à nossa região. Não posso deixar de achar no mínimo estranha esta que tem sido a política seguida pelo Governo, no seguinte sentido:

Como o Sr. Secretário bem se lembra, foram e bem aprovadas nesta casa e por proposta nossa, com a aprovação, obviamente, da maioria e do Governo, medidas para incentivar os jovens licenciados em medicina a enveredarem pela medicina geral e familiar, o que lhes dá uma bolsa de internato e um acréscimo de ordenado bastantes simpáticos, enquanto estão a fazer a sua especialidade. O que eu vejo, Sr. Secretário, é o seguinte: para já, vejo alguma hesitação do Governo Regional em contratar estes jovens que por aí existem, disponíveis para trabalhar, uma demora de burocracia enorme, que não se entende. Alguns bem disponíveis, há mais de um ano disponíveis para entrarem para os centros de saúde e não entram. Eram dez nessa situação, como eu já disse na outra intervenção e como nós até já conversámos.

Portanto, a pergunta é esta: por que razão os médicos de medicina geral e familiar que vêm de fora têm mais benefícios, melhor ordenado e melhores regalias que os médicos açorianos, nascidos nos Açores, que querem viver nos Açores, que querem trabalhar na sua terra e querem dar o melhor contributo à sua terra? O

senhor paga o dobro do ordenado a quem quer vir para cá e aos nossos paga-lhes 1800 euros. Mais escandaloso ainda é quando se fixa um médico – que não sei de que especialidade é, mas não é seguramente de medicina geral e familiar – com um contrato milionário de 75 mil euros por ano e se oferece aos nossos residentes pouco mais de 25 mil euros. Eu queria, Sr. Secretário, que me explicasse o porquê dessa discriminação dos jovens médicos açorianos.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, a explicação parece-me que é simples e é transitória: nós temos esse problema apenas naqueles que terminaram o internato agora. É uma situação que é nacional, não é uma situação regional.

A carreira médica rege-se a nível nacional e, como sabe, a tabela que prevê o horário em exclusividade e o horário acrescido deixou de existir. Portanto, agora só podemos contratar para as trinta e cinco horas e, aí, o ordenado base de um assistente é 1800 euros, com efeito. Portanto, estamos a cumprir a legislação, sem prejuízo de termos entrado em diálogo com esses médicos, precisamente, e termos resolvido já essas questões. Os concursos já foram abertos nas unidades de saúde. Portanto, não vejo aqui qualquer hesitação. Além disso, é uma situação transitória. No continente não tem o impacto que tem aqui na região, no caso do Centro de Saúde de Angra, mas já foi ultrapassado nesse Centro de Saúde e esses médicos farão contrato com a região este ano.

Relativamente à diferença entre os apoios concedidos aos médicos para a fixação e aqueles que são os internos, isto resulta da aplicação da legislação, que existe neste momento, dos incentivos dos médicos. Médicos que já tenham carreira, que não sejam médicos internos e que venham para cá para um contrato como assistente, como assistente sénior ou como chefe de serviço, têm um acréscimo de vencimento e têm incentivos à sua fixação nos Açores. Esses incentivos, Sr. Deputado, vão até 100 mil euros ao fim de cinco anos. Podem ir até 100 mil euros ao fim de cinco anos. Temos cinco médicos nessas condições.

Em relação ao internato médico, os médicos que agora a região precisa que façam contrato estiveram durante quatro, cinco anos a receber a bolsa de internato médico que existia aqui na região e esse valor não é pequeno. Estiveram a receber 1500 euros em medicina geral e familiar, durante vários anos, para fazer o internato médico, para além do ordenado. Portanto, parece-me que já receberam bastantes subsídios.

Mas há aqui uma outra questão. Eu creio que, para estes médicos que agora terminaram o internato médico, há uma oportunidade de facto: nós temos utentes sem médico de família. Esses utentes estão no Centro de Saúde de Ponta Delgada, na Ribeira Grande e em Angra do Heroísmo, é aí que se concentram esses utentes. Temos, por outro lado, médicos que querem trabalhar. Aquilo que temos de desenvolver é um mecanismo que resolva os dois problemas, ou seja: que permita pagar mais aos médicos mas, também, alargar a lista de utentes, que é isso que se pretende. Portanto, a esse nível terá novidades, com certeza, no segundo semestre deste ano.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para contra-interrogar o Sr. Secretário.

**(\* Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Secretário, agora em tom de brincadeira, posso dizer-lhe que, se calhar, o segundo semestre de 2010 é que vai ser o segundo semestre da excelência, porque vai ser, enfim, um *boom* nessas medidas todas.

Como o Sr. Secretário se lembra, na campanha eleitoral de 2008, uma das medidas que o CDS defendia era exactamente essa, atribuir uma lista maior a determinados médicos e remunerá-los conforme esses doentes que aceitem a mais do que os 1500 previstos por lei.

Mas devo dizer-lhe uma coisa, o senhor não respondeu, mas eu vou voltar a dizer: há vários factores que se podem introduzir e é o número de doentes a mais e a patologia sobre estes doentes que são aceites. Diabéticos, deve ter um bónus; hipertenso, deve ter outro bónus; e por aí fora. É possível compor um salário para os nossos clínicos gerais dos Açores, conforme a qualidade da sua lista e o número. A quantidade e a qualidade da lista, porque tratar de um doente diabético, que precisa de dez consultas por ano, não é a mesma coisa que tratar-me a mim que,



felizmente, sou saudável e vou lá de dez em dez anos. Portanto, é uma coisa diferente e esses também deviam ter um peso.

*(Aparte inaudível do Presidente do Governo)*

**O Orador:** Diga, Sr. Presidente do Governo? Devia, Sr. Presidente, muito mais vezes.

Agora, o que eu não compreendo, Sr. Secretário, é:

Em primeiro lugar, como sabe, a carreira médica está a ser negociada e renegociada a nível nacional. O senhor aplica as regras que foram negociadas e aplica a tabela da antiga carreira médica. Como sabe, a nova tabela de vencimentos ainda não foi acordada entre os médicos e os sindicatos.

**Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Por isso é que é transitória, Sr. Deputado.

**O Orador:** Ela ainda não foi acordada, ainda não existe a nova e o senhor está aplicar uma tabela antiga com regras novas.

**Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** É a que está em vigor!

**O Orador:** Mas a questão é: a lei não impede que o senhor, ou que o Governo – quando digo o senhor, digo o Governo –, não atribua incentivos de fixação aos nossos jovens clínicos gerais. A lei não impede que o faça, como faz aos que vêm do continente, ou que vêm da Madeira, ou que vêm de onde quer que seja! A lei não impede que lhes sejam atribuídos esses bónus, esses subsídios, esses incentivos, melhor dizendo.

Agora, ao que o senhor não me respondeu é como é que se contrata por 75 mil euros, três vezes mais do que ganha um clínico geral? O que justifica contratar um médico por 75 mil euros?

**Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Qual é o médico?

**O Orador:** Ainda por cima, para uma ilha que, se calhar, não é carenciada. Portanto, que critério é este, 75 mil euros para um médico que vem de fora?

**Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Diga qual é a ilha! O senhor não sabe?

**O Orador:** Sr. Secretário, eu presumo que o senhor saiba! O senhor, se for à base...

**Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Diga a esta Assembleia.

**O Orador:** Sr. Presidente, se me permite, eu vou então ler o nome: Sr. Dr. José António Fadul Rosa. O Sr. Secretário sabe quem é? Trabalha no Centro de Saúde da Graciosa. Preço contratual: 75 mil euros.

**Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Em que modalidade?

**O Orador:** Prazo de execução: 305 dias; local de execução: Santa Cruz da Graciosa, para a prestação de serviços na área da clínica geral. Está aqui escrito, Sr. Secretário. Vou dizer-lhe onde vi isto: [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), presumo que os senhores conhecem bem. 75 mil euros...

**Presidente:** Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

**O Orador:** Já terminei, Sr. Presidente. A explicação está para vir.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\* Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O contrato que o Sr. Deputado Artur Lima aqui refere é um contrato de prestação de serviços com um médico que está na Graciosa e não ganha mais do que ganham os médicos que estão na Graciosa, ou que estão nas outras ilhas e que têm serviço de urgência e prevenção médica, com os encargos que lhes estão incluídos. Os médicos ganham bem, todos nós sabemos, mas não é preciso vir aqui dizer que este médico ganha muito. Este médico ganha tanto como os outros e tem um contrato de prestação de serviços.

**Presidente:** O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra, para formular uma pergunta.

**(\* Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão do objecto 3, que tem a ver com os cuidados de saúde primários, quero dizer que, pela capacidade instalada nos centros de saúde, que são, digamos, os primeiros a fazer ou desenvolver uma política preventiva e de

proximidade com as populações, da forma como o sistema está instalado é evidente que não dão resposta e, muitas vezes, acabam por ser meros prescritores de receituário.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** O quê?

**O Orador:** Isso mesmo, Sr. Deputado.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** O senhor já não vai ao centro de saúde há muito tempo!

**O Orador:** Eu não tenho médico de família, sequer. Aliás, eu e 80 mil açorianos não temos médico de família.

Há uma questão que eu queria colocar aqui: a falta de profissionais de medicina geral e familiar não justifica tudo. Na nossa opinião, é preciso dotar os centros de saúde de meios técnicos e de diagnóstico, de fazer deslocações de especialistas para fazerem uma boa triagem dos doentes e contribuírem para reduzir também por esta via a lista de espera.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Triagem? Sr. Deputado, o que é isso?

**O Orador:** Precisamos de apostar numa política de proximidade com as populações, com serviços descentralizados, e não ceder à tentação de concentração de serviços na sede da unidade de saúde de ilha ou nos hospitais, chamados agora E.P.E.

A pergunta, Sr. Secretário, é a seguinte: pensa o Governo Regional dar prioridade a uma política preventiva, a uma verdadeira política de cuidados de saúde primários? E, se sim, como pensa fazê-lo, Sr. Secretário? Mas, se a resposta for negativa, então, Sr. Secretário, a despesa com a saúde continuará certamente a aumentar, as listas de espera a engrossar e a serem uma fonte de chorudos negócios, coisa que, em matéria de saúde, nunca deveria acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu gostaria de começar por responder dizendo que tenho de o esclarecer aqui num ponto.

Nós estamos a falar de cuidados primários, ou seja, cuidados prestados nos centros de saúde. Quando se está a falar em deslocação de especialistas, estamos a falar de não enviar os doentes para cuidados hospitalares, ou seja, são especialistas hospitalares que vão aos centros de saúde. Portanto, eu entendia aqui os cuidados primários no âmbito daquela que é a carteira de serviços de um centro de saúde.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu percebo, Sr. Secretário, a fuga à questão.

**O Orador:** Devo dizer-lhe que, a esse nível, o Governo tem, para esta Legislatura, um investimento nos cuidados primários sem paralelo nos últimos governos. Nós temos previstos 30 milhões de euros de investimentos nos novos centros de saúde...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Quer dizer que vou passar a ter médico de família?

**O Orador:** ...no novo Centro de Saúde da Graciosa, da Madalena, de Ponta Delgada e na ampliação do Centro de Saúde de Vila Franca do Campo e de Vila do Porto. Portanto, quanto a isto, não há prioridade maior do que esta que foi dada aos cuidados primários no Serviço Regional de Saúde.

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** O Sr. Secretário esqueceu-se do da Horta.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

**(\* Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Membros do Governo, Exmos. Srs. Deputados:

Neste objecto, queria dizer à câmara que só são possíveis satisfatórios cuidados de saúde primários se as infra-estruturas de saúde acompanharem a modernidade dos tratamentos.

É bem notório o investimento em infra-estruturas da saúde desenvolvido nos últimos anos nos Açores. Para o PS, essas infra-estruturas são meros instrumentos ao serviço do Serviço Regional de Saúde e, conseqüentemente, dos utentes. É nesta perspectiva que se enquadra a formação dos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde. Estes, sim, são os verdadeiros obreiros de um serviço virado para as pessoas e que existe, apenas e só, devido às pessoas. A Região Autónoma dos Açores tem profissionais de saúde com muito boa formação, mas a verdade é

que não há cuidados de saúde satisfatórios sem as infra-estruturas. O PS e o Governo há muito tempo que já perceberam isso.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Deputado, qual é a pergunta?

**O Orador:** Vou dizer-lhe já a seguir.

Outros partidos, nem por isso. O CDS/PP, por exemplo, é um deles. Das cinco bandeiras eleitorais das últimas regionais, constavam propostas para várias áreas da saúde, algumas válidas, até, mas nem uma linha sobre as infra-estruturas do sector. Nem uma linha, tive o cuidado de consultar.

*(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)*

**O Orador:** Eu tenho aqui a pergunta, só estou a fazer uma apreciação da sua forma...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Deputado, então e a pergunta?

**O Orador:** Já digo! Faltam só três frases.

Redução das listas de espera; política de medicamentos; concorrência dos hospitais; educação para a saúde; e cuidados de saúde de proximidade; estas são as bandeiras do CDS. Muito bem, e como se operacionaliza isso?

*(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)*

**Presidente:** Sr. Deputado, por enquanto eu ainda vou dirigindo os trabalhos, se não se importar.

**O Orador:** Esta lacuna prova que nem todos os partidos têm uma visão global e estratégica do que é a saúde nos Açores.

O Partido Socialista tem essa visão e, por isso, o investimento no Plano e Orçamento para este ano, para o desenvolvimento das infra-estruturas e do sistema de saúde, prevê uma verba de 20.7 milhões de euros, verba superior a 4 milhões quando comparada com 2009. Estão previstos vários investimentos anunciados, como os Centros de Saúde de Ponta Delgada, Madalena do Pico, Graciosa, o Bloco C do Hospital da Horta ou o novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Nessa perspectiva, Sr. Secretário, era importante que os açorianos ficassem esclarecidos sobre se o esforço de contenção nos custos afectará ou não os investimentos do Governo Regional dos Açores na melhoria das infra-estruturas de saúde da Região Autónoma dos Açores.

**Presidente:** O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para? Um protesto? Faça o favor, Sr. Deputado.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, é só para um protesto tão simples quanto isto, e muito rápido:

Parece que o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral não percebe que também o papel do Partido Socialista é interrogar o Governo. Portanto, quando o Sr. Deputado me faz perguntas a que eu não posso responder... Obviamente que nesta figura regimental eu não posso responder, o CDS não pode responder às acusações que faz o Sr. Deputado!

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Eu fiz uma afirmação, não fiz pergunta nenhuma!

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Eu só queria que fique registado no Diário e protestar que não posso responder ao Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, porque o Regimento não me permite. Esperava que o Sr. Deputado, ao fim de dois anos, já conhecesse o Regimento. Parece que ainda não conhece.

Era só isso. Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Ricardo Cabral, tem a palavra, para um contra protesto.

(\* **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima deve estar distraído.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não estou!

**O Orador:** Está, está, porque disse que eu lhe fiz uma pergunta. Eu não lhe fiz pergunta nenhuma a si, fiz uma pergunta ao Governo. Só que afirmei que o seu partido não tem uma linha sobre infra-estruturas de saúde para os Açores e não tem uma visão global, porque, para se operacionalizar isso, é assim. Não fiz nenhuma pergunta, fiz só uma afirmação na câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra, para responder à pergunta do Sr. Deputado Ricardo Cabral.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo à sua questão, Sr. Deputado, os cortes que estão previstos não afectarão a programação do investimento nos cuidados primários de saúde. Esta é uma aposta deste Governo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Há-de explicar-me como é isso possível.

**O Orador:** No Centro de Saúde da Graciosa a obra já está consignada; portanto, está prestes a ser lançada a primeira pedra. Quanto ao Centro de Saúde da Madalena, está a ser feito o projecto de execução do novo centro e o projecto foi, inclusivamente, apresentado publicamente na última visita estatutária à Ilha do Pico. Quanto ao Centro de Saúde de Ponta Delgada, estamos a apreciar as propostas com vista à entrega e à adjudicação do projecto de execução. E já ocorreu, já foi inaugurada a remodelação do Centro de Saúde de Vila Franca do Campo, assim como será projectada a ampliação do Centro de Saúde de Vila do Porto.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

**(\*) Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, apenas para trazer a este objecto dos cuidados de saúde primários a questão da saúde oral e do reconhecido défice de especialistas desta área no Serviço Regional de Saúde.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Está enganada.

**A Oradora:** Não parece!

A pergunta que lhe faço, Sr. Secretário, é: como é que o Governo Regional pensa responder às carências das populações nesta área?

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**A Oradora:** Provavelmente, estão todos em duas ou três ilhas, faltam nas outras.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional tem a palavra.

**(\* Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, nos Açores nós já temos médicos dentistas nos quadros dos centros de saúde há alguns anos. Fomos pioneiros nessa matéria, não existem no continente, nos centros de saúde, médicos dentistas. Nós temos uma rede de médicos dentistas que nos permite ir precisamente resolver os problemas das crianças e dos idosos, preferencialmente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Portanto, garantimos assim o acesso à medicina dentária.

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra, para formular uma pergunta.

**(\* Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Considerando que a unidade da Ilha de São Jorge tem um consultório médico ambulante, adquirido há sensivelmente um ano, que terá custado cerca de 50 mil euros e que, desde essa altura, está estacionado à porta do Centro de Saúde da Calheta, não se lhe conhecendo qualquer actividade para além de acumular ferrugem dia após dia;

No âmbito da gestão da unidade de saúde da Ilha de São Jorge, a lavandaria funciona no Centro de Saúde de Velas e a esterilização no Centro de Saúde da Calheta. Resulta daqui a necessidade de transportar constantemente, entre os dois centros de saúde, a roupa e o material clínico. Esse transporte é realizado por uma viatura que, simultaneamente, carrega roupa contaminada e material esterilizado da Calheta para as Velas e, no regresso, transporta roupa lavada e material contaminado. Acresce que a mesma viatura também é utilizada para transporte do pessoal médico e de enfermeiros;



Face a esta situação, considera o Governo Regional que estamos perante um bom exemplo de gestão, existindo uma viatura que teve um custo elevado, à qual não é dado uso e, simultaneamente, não possui uma viatura dedicada exclusivamente ao transporte de material contaminado, servindo a mesma para uso diverso?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** É a excelência, Sr. Secretário!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu não vejo qualquer problema em a roupa estar no Centro de Saúde de Velas e a esterilização estar na Calheta. A roupa não é esterilizada. Portanto, tem de haver aqui alguma lógica e alguma eficiência. É por isso que algumas áreas funcionam no Centro de Saúde de Velas e outras no Centro de Saúde da Calheta. Foi para isso, de resto, que foi criada a unidade de saúde da Ilha de São Jorge.

Relativamente à carrinha que referiu, ao consultório médico móvel, eu também perguntei, na última visita estatutária o Governo quis saber, o que era feito do consultório móvel. Ele lá está, tem saído alguns dias. Tem saído, efectivamente, segundo os testemunhos que me foram dados. E os médicos têm feito as suas consultas nos postos das casas do povo, que oferecem todas as condições. Portanto, a população tem sido satisfeita a nível dos cuidados de saúde prestados pelos médicos de família e acho que é isso que importa no contexto de São Jorge.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira, para contra interrogar.

**(\*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, a questão do consultório ambulante médico, de facto, tanto quanto sei – e gostaria que o senhor precisasse onde é que ele já teve alguma actividade –, eu não a conheço e penso que a informação é deturpada, mas queria que claramente o senhor especificasse quais foram as acções feitas com a viatura em São Jorge. Até porque o senhor acaba de se contradizer, dizendo que se calhar não é usada porque as casas do povo têm condições. Se as casas do povo têm condições, para que é que se adquiriu a viatura? É esse o entendimento, queria que especificasse.

Em relação à unidade da Ilha de São Jorge decidir, na sua gestão, que a lavandaria deve estar centralizada num centro de saúde e a esterilização noutra, nada temos a opor, antes pelo contrário. A questão que levantei foi a mesma viatura transportar material contaminado com material esterilizado. Ou seja, a viatura que sai do Centro de Saúde da Calheta e que transporta a roupa suja contaminada transporta em simultâneo, sem qualquer separação, o material que foi esterilizado nesse centro de saúde. E, no regresso, quando vai para cima, ou seja, das Velas para a Calheta, leva a roupa lavada que está na lavandaria e o material contaminado para esterilizar. É essa a questão, a isso o senhor não respondeu e eu gostaria de o ver esclarecido.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, foi-me dada garantia de que o consultório móvel tinha utilidade, rara mas tinha.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Ah, rara! Já é um princípio!

**O Orador:** Rara, mas tinha utilidade em São Jorge.

Agora, há aqui uma preocupação do Governo, que é da afectação dos investimentos que faz e da programação desses investimentos. Se a carrinha não está a servir em São Jorge para o propósito para o qual foi adquirida, terá de ir para outra unidade de saúde onde possa ter esse proveito.

Relativamente ao transporte nessa viatura, estranho aqui a denúncia deste caso. Não tive qualquer informação e isso é contrário a qualquer regra sanitária. Portanto, nós vamos averiguar essa situação, mas suspeito que a mesma ou foi num caso muito particular ou, então, é uma afirmação que não corresponde à verdade. Vamos averiguar esse caso.

**Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Não foi nenhum caso particular, é diariamente.

**Presidente:** Sr. Deputado João Costa, para formular uma pergunta, tem a palavra.

**(\*) Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, no Centro de Saúde da Graciosa a sala de tratamentos, neste momento, tem um enfermeiro de férias e o que o foi substituir é o vogal enfermeiro do conselho de administração. O vogal enfermeiro tem isenção de horário e acha, talvez por isso, que não tem de cumprir o horário da sala de tratamentos. Têm-se gerado alguns problemas e o acontece é que isto leva a que muitas vezes os doentes fiquem à espera de haver alguém na sala de tratamentos. Isto tudo, ao que parece, é para poupar algum dinheiro, por causa da substituição em tempo de férias dos enfermeiros que fazem aquele serviço.

O Sr. Secretário acha que esta é a melhor política em termos de cuidados primários?

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu estava à espera de virmos aqui discutir a política dos cuidados primários de uma forma mais profunda do que esta pergunta que o senhor acabou de fazer.

**Deputada Catarina Furtado (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, a esse nível, eu não venho munido da informação dos horários de funcionamento de todas as salas de tratamento ou desse caso específico.

Agora, em relação à pergunta que formulou, se é por uma poupança de custos que não se faz a substituição nas férias, isso não é verdade. Não é por causa de poupar custos que vamos deixar de ter um contrato com um enfermeiro para vir substituir outro. Além disso, o trabalho extraordinário que isso gera dá para pagar um ou dois enfermeiros no início de carreira.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Ilha das Flores, que é a mais distante do arquipélago em relação às ilhas com hospital, há questões que nos merecem alguma preocupação e que eu vou tentar condensar, para facilitar também a vida ao Sr. Secretário.

Tem-se revelado, tem existido, um aumento de natalidade no grupo ocidental, particularmente na Ilha das Flores, o que é uma excelente notícia para contrariar o envelhecimento da população.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Parabéns!

**O Orador:** Mas, em contra ciclo com esse aumento da natalidade, na deslocação de especialistas – que se pretende incrementar e que foi, aliás, anunciada pelo Sr. Deputado Domingos Cunha como uma boa medida no sentido de reduzir a deslocação de doentes –, verifica-se que continua a não se deslocar à Ilha das Flores nenhum especialista na área da pediatria, o que nos parece ser claramente lamentável.

Também gostaríamos de saber da disponibilidade do Sr. Secretário para nos dizer qual é o tipo de rentabilização que tem sido dado ao consultório móvel que existe nas Flores. Também ele esteve largos meses estacionado à porta do centro de saúde e neste momento tem outro paradeiro. Que tipo de utilização tem tido, tem sido intensiva, tem sido rara ou tem sido inexistente?

Até porque isto compagina aquela que é a verdadeira questão que eu lhe queria colocar e que tem a ver com a questão do Posto de Saúde das Lajes das Flores. Como sabe, é um compromisso do Partido Socialista que consta do manifesto eleitoral das últimas eleições regionais. O Sr. Presidente do Governo Regional, em várias ocasiões, diz que compromisso assumido é compromisso para cumprir. Nós gostaríamos de saber aqui claramente, Sr. Secretário, se abdicaram da intenção de criar um posto de saúde nas Lajes ou se essa intenção, esse compromisso, se mantém e é para concretizar ainda nesta Legislatura.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à deslocação de médicos especialistas, eu percebo que o Sr. Deputado venha trazer aqui este assunto da pediatria e tenha contribuído recentemente, também, para o aumento da taxa de natalidade na Ilha das Flores, o que é positivo.

De qualquer modo, deixe-me dizer-lhe que essas deslocações são homologadas anualmente pela Direcção Regional da Saúde e, portanto, são vistas pelo órgão executivo do Governo. Há determinado número de casos de nascimento que não justifica a ida de um pediatra às Flores, como é o caso, existindo, sim, os doentes que são deslocados para outro hospital. A esse nível nós temos de investir, creio eu, na telemedicina. A pediatria é uma das especialidades que pode beneficiar da telemedicina.

**Deputado João Costa (PSD):** Lá vem a crítica ao seu antecessor.

**O Orador:** Relativamente ao consultório móvel dos Flores, a informação que tenho é que semanalmente o consultório móvel é utilizado em consultas pelas freguesias. É essa a informação que tenho.

Em relação ao posto de saúde, já existe um, que eu saiba. Existe um sítio nas Lajes onde se dão consultas, que é o Posto de Saúde das Lajes. Portanto, a esse nível, creio que está respondido.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa, para contra interrogar.

**(\*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Na questão das deslocações serem homologadas consoante o número, eu não sei qual é o número que o Governo Regional considera adequado, mas houve seguramente em 2007/2008 um número de nascimentos – não na Ilha das Flores, porque tal não é possível fisicamente, mas de florentinos – na ordem das cinquenta crianças. Parece-me que é perfeitamente pertinente que o Governo equacione esta questão e que lhe dê outro tipo de tratamento.

A telemedicina não vou comentar muito, Sr. Secretário, porque já se fala nisso desde 1996 e até hoje não há nada a acrescentar em relação...

*(Aparte inaudível do Secretário Regional da Saúde)*

**O Orador:** Não há nada, Sr. Secretário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde, faça o favor.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à telemedicina, eu trouxe aqui este assunto e já sabia que iria gerar alguma polémica, tanto é que teve alguma dificuldade na sua construção, mas creio que nós temos as condições para promover, actualmente, a telemedicina nos centros de saúde das ilhas sem hospital, com acesso a tecnologia muito barata que, entretanto, foi disponibilizada no Serviço Regional de Saúde.

Creio que é só.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz, para colocar uma questão.

**(\*) Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o senhor afirmou que toda a região estava devidamente contemplada com médicos de saúde oral, mas há doentes inscritos desde Setembro de 2009 para consultas de saúde oral que ainda aguardam por consultar.

A pergunta é: quais são os médicos de saúde oral, em e com que condições prestam serviços de saúde oral nas Ilhas do Corvo e Flores? Quais os médicos?

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à pergunta que formulou, dos médicos de saúde oral, dos médicos dentistas nos centros de saúde das Flores e do Corvo, no Centro de Saúde do Corvo nós não podemos...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Muito bem, Sr. Secretário: tecnicamente falando, é assim que se diz, médicos dentistas.

**O Orador:** Médicos dentistas, sim.

...relativamente à unidade de saúde do Corvo nós não temos um médico no quadro da unidade de saúde do Corvo, do posto médico do Corvo, que também não tem o número suficiente de habitantes para ter um técnico sediado nesse posto.

No Centro de Saúde das Flores, tivemos a deslocação de vários médicos especialistas em medicina dentária, médicos dentistas, durante um ano, que deram as consultas necessárias à população, dentro daqueles que são os parâmetros regionais e avançámos também para a contratação de médicos de medicina dentária, dois concursos no Centro de Saúde das Flores.

*(Aparte inaudível do Deputado Mário Moniz)*

**O Orador:** Sr. Deputado, foram feitas 223 mil.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\* Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Os cuidados primários de saúde são, como é sabido e consabido, a porta de entrada no Serviço Regional de Saúde e o que é verdade é que assistimos hoje, como assistíamos ontem, desde os últimos anos, a uma distorção da entrada dos doentes no Serviço Regional de Saúde.

Aliás, queria anotar, para que fique bem claro no Diário das Sessões, a singular resposta que o Sr. Secretário Regional da Saúde há pouco dava a este propósito. Quando eu o questionava sobre as listas de espera para as consultas no Hospital do Divino Espírito Santo, o Sr. Secretário Regional da Saúde disse: “Bem, se as

peças não conseguem ter consulta no Hospital do Divino Espírito Santo, sempre podem ir à urgência”. Aqui está o problema do Serviço Regional de Saúde e esta é a perspectiva do Governo Regional dos Açores para resolver os cuidados primários de saúde: pois bem, quem não consegue ter acesso a uma consulta vá ao serviço de urgência.

Conclusão: de 96 a 2007, os atendimentos urgentes nos hospitais dos Açores e nos SAP dos centros de saúde aumentaram 30%. O que significa que os doentes que não têm uma resposta do Serviço Regional de Saúde vão às urgências hospitalares e às urgências dos centros de saúde para serem atendidos, entupindo as urgências e encarecendo os tratamentos, porque todos sabemos, e o senso comum confirma, que o atendimento num serviço de urgência é bem mais caro do que o atendimento fora do serviço de urgência. Sr. Secretário Regional da Saúde, este é o retrato do falhanço da política do Governo Regional na área da saúde nos últimos catorze anos, em que não conseguiu resolver o problema central do acesso aos cuidados primários de saúde.

Em 2009, a Secretaria Regional da Saúde mandou realizar um designado estudo sobre a satisfação dos utentes dos centros de saúde dos Açores. 77,2% dos inquiridos estão insatisfeitos com o tempo de espera para a marcação das consultas; 50,8% estão insatisfeitos com o processo de atendimento; e 52,8% estão insatisfeitos com a facilidade de contacto com o médico. A pergunta é: não considera o Governo que este é o retrato e um retrato negro do resultado da política de saúde nos Açores?

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu creio que, em abono da verdade, devia referir todos os elementos constantes desse estudo, não é?

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Tenho o estudo aqui, não tenho é tempo.



**O Orador:** Deveria referir que, na apreciação global do serviço que é prestado nos cuidados primários de saúde, nós temos um nível de satisfação elevado, temos um nível de satisfação superior a 70%.

Gostaria de esclarecer outro assunto, que tem a ver com aquilo que eu disse. Obviamente que disse para ir à urgência quando se trata de uma urgência. Hoje em dia, um utente que não tenha uma situação de urgência e que precise de um cuidado médico pode dirigir-se ao centro de saúde, quer tenha médico de família ou não. Nós desenvolvemos um programa de melhoria de acessibilidade aos utentes sem médico de família em Ponta Delgada, na Ribeira Grande e em Angra do Heroísmo.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Depende da hora.

**O Orador:** E, hoje, um utente sem médico de família, pode chegar e marcar uma consulta para um tempo clinicamente aceitável, que não deverá exceder, em média, trinta dias.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Trinta dias?

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não exceder as 72 horas!

**Presidente:** O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para? Um intervalo regimental? Então, nós retomamos os nossos trabalhos às 16 horas e 55 minutos.

*(Eram 16 horas e 25 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

*(Eram 17:00 horas)*

Está inscrito para fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Saúde o Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui hoje, e já desde ontem, a fazer uma sessão de perguntas ao Governo sobre saúde, matéria de superior interesse para os açorianos, matéria de elevado interesse para os deputados e para o Governo, que decorria de uma forma serena, célere, com elevação e conseguimos manter este debate aqui nestes dois dias. Infelizmente, Sr. Presidente, se me permite, houve uma interrupção parlamentar, quando decorria esta sessão de perguntas de forma seguida e ordeira, pela parte do Partido Social Democrata, para ir fazer uma conferência de imprensa e gerir a sua agenda mediática, prejudicando este debate e, obviamente, também faltando ao respeito pelos trabalhos desta casa, mais uma vez. Não podia deixar de fazer esta nota.

Sr. Secretário Regional, é a minha última pergunta nessa matéria. A pergunta vem exactamente no seguimento dos cuidados primários de saúde e das medidas que se tomam para os agilizar e levar mais próximos das populações. Como o Sr. Secretário sabe, foram criadas no continente as unidades de saúde familiar. Eu pergunto ao Sr. Secretário se o Governo tem alguma intenção de criar as unidades de saúde familiar na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Um momento, Sr. Secretário. O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para? Defesa da honra?

Tem três minutos, Sr. Deputado, tem a palavra.

(\* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para a defesa da honra porque, pelas palavras do Sr. Deputado Artur Lima, até parece que o PSD, de alguma forma, contrariou ou violou algo daquilo que está perfeitamente estabelecido. E, como o Sr. Deputado Artur Lima conhece e bem – aliás, ainda há bocado fazia essa referência relativamente ao Sr. Deputado Ricardo Cabral, está aqui há mais tempo e conhece bem – o Regimento, sabe que cada grupo parlamentar tem direito a pedir, em cada dia, um intervalo de trinta minutos.

Quanto à razão de o pedir, obviamente que as razões têm a ver exclusivamente com quem o pede. Obviamente que, da parte do Sr. Deputado Artur Lima, da parte de qualquer deputado desta casa, da parte de qualquer grupo ou representação

parlamentar, ou da parte do Governo, consideramos que é uma ingerência nos nossos direitos fazer uma observação desse género.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Utilizámos exclusivamente o Regimento, que o senhor ainda há bocado tanto acarinhou, quando falou do Sr. Deputado Ricardo Cabral. Portanto, o início da sua intervenção é perfeitamente despropositado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para responder.

**(\* Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Marinho, o Regimento conheço-o eu muito bem. Nós pedimos e o Sr. Presidente fez muito bem, no seguimento do Regimento, em dar o intervalo regimental, que um partido ou qualquer representação ou grupo parlamentar pode pedir.

Agora, Sr. Deputado, estávamos a discutir a saúde, no meio de uma sessão de perguntas e, como julgo saber, o assunto foi sobre uma matéria que se passou aqui hoje de manhã, é lamentável que o Partido Social Democrata, com a legitimidade que tem... Que a tem toda, para fazer o que quer e bem entender, como eu também tenho a legitimidade de me achar prejudicado neste debate e todos os que aqui estão, por os senhores interromperem a sessão de perguntas e o debate parlamentar por um mero capricho político, quando o podiam ter feito das duas às três horas, em que não havia sessão plenária e a sessão corria.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Agora vai marcar a nossa agenda?

**O Orador:** Eu não ponho em causa que qualquer grupo peça...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Eu termino já, Sr. Presidente, mas...

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, faça favor de terminar, ou de continuar, terminando.

**O Orador:** Eu queria terminar, Sr. Presidente, mas de maneira que alguém me ouvisse.

Eu não ponho em causa que qualquer grupo ou representação parlamentar peça um intervalo regimental. O que eu ponho em causa é quando faltam ao respeito a esta casa.

Não tenho mais nada a dizer.

**Presidente:** Sr. Deputado António Marinho, foi usada a figura da defesa da honra, o Sr. Deputado também pode responder. Creio que o assunto está esclarecido, já todos percebemos as posições de ambas as partes, mas pede a palavra para?

Sr. Deputado, nós assim quase que eternizamos o debate. Aliás, isto não é o debate. Vou dar-lhe a palavra, espero que seja breve, Sr. Deputado.

(\* **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Brevíssimo, Sr. Presidente, brevíssimo.

É um protesto, porquê? Porque, manifestamente, aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima acabou de dizer foi que se sentiu incomodado por causa do tema que ele julga ter sido da conferência de imprensa e não o vou desmentir.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Qual foi, já agora?

**O Orador:** Esse é que foi o seu problema. Porque, se assim não fosse, o senhor ontem, pelas sete e meia, quando foi invocada exactamente a mesma figura regimental por parte do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda...

**Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ...o senhor não se manifestou incomodado!

Portanto, o seu incómodo, Sr. Deputado Artur Lima, é pelo facto de ter havido uma conferência de imprensa dada pelo Partido Social Democrata agora! Não é por tentar desestabilizar a sessão de perguntas promovida pelo CDS/PP! Não é, senão ontem tinha feito exactamente da mesma maneira!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para um protesto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Não, o senhor não pode protestar, porque não falaram no seu nome e, além disso...

*(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)*

**Presidente:** Não, não falaram no seu nome. Desculpe, o protesto tem de ser imediato. Sr. Deputado, vamos tentar dar seriedade a este debate e aos nossos trabalhos.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, eu procuro dar maior serenidade ao debate.

**Presidente:** Mas eu não vejo razão para lhe dar a palavra para um protesto.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Então quero inscrever-me.

**Presidente:** Sim, senhor.

O Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra, para responder à pergunta do Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, em relação à pergunta que formulou e que tem a ver com a ponderação de estabelecer as unidades de saúde familiares, ou estender o seu conceito à região, é evidente que o Governo está a preparar a mudança da legislação nas unidades de saúde e a criar as unidades de saúde de ilha, de acordo com o Estatuto do Serviço Regional de Saúde. Nesse âmbito, ponderará a extensão desse conceito das unidades de saúde familiares aos concelhos em que não é assegurada a cobertura assistencial.

**Presidente:** Muito bem, passamos para a pergunta seguinte.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a discutir saúde e é, de facto, uma área importante, que merece de todos um grande sentido de responsabilidade na abordagem destes temas. Não poderia

ficar indiferente a tudo quanto aqui tem sido dito e perguntado, sem também colocar algumas questões que me parecem importantes ao Governo, não sem antes fazer um pequeno esclarecimento e enquadramento de algumas situações que é pertinente serem esclarecidas.

Começaria por dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo têm confiança nos seus serviços de saúde, nos profissionais e na qualidade dos cuidados que prestam aos açorianos. É evidente que a melhoria da saúde nos Açores é indiscutível. Aí, basta olhar para os números entre 2001 e 2008, que comprovam claramente isso sob o ponto de vista da eficiência, sob o ponto de vista da eficácia, sob o ponto de vista da produtividade e sob o ponto de vista da qualidade dos cuidados prestados.

É bom que se diga que na região, entre 2001 e 2008, contrariamente ao que foi afirmado, as urgências hospitalares diminuíram 8,1%; as consultas nos centros de saúde aumentaram 18,8%; e as consultas nos hospitais aumentaram 34,2%. Contrariamente àquilo que sistematicamente o PSD, no seu discurso do caos, quando avalia a acessibilidade, a produtividade dos serviços, os cuidados prestados e a sua qualidade, eficiência e eficácia, transmite para os açorianos. E os açorianos sabem, tal como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo, e têm consciência do quanto obriga, do esforço, para que tenhamos cuidados de qualidade e acessibilidade, numa região como a nossa, com cuidados tendencialmente gratuitos.

Gostaria aqui de dizer o seguinte: o Governo, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobretudo, congratula-se com uma aposta que fez e que ganhou, que foi a de criar idoneidades nos centros de saúde e unidades de saúde de ilha para dar formação aos médicos na região.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E a prova está em que aumentámos o número de médicos a fazer o seu internato nos serviços de saúde da região, aumentámos o número de médicos de clínica geral e medicina familiar nos centros de saúde e temos este ano vinte internos a fazer a sua formação específica em medicina geral e familiar.

É também bom que se diga que a região, pela mão do Partido Socialista e dos seus governos, foi a única região pioneira no país que admitiu nos seus quadros médicos dentistas, que criou um plano de saúde oral, que presta cuidados gratuitos a todos os cidadãos.

Sr. Secretário, faço-lhe a seguinte pergunta: quantos médicos dentistas estão ou integram os quadros dos centros de saúde da região? E, também, se conhece alguma região em que todos os cuidados de saúde são totalmente grátis, desde às crianças, às grávidas, aos hipertensos, aos diabéticos e a outros doentes com necessidades especiais.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, partilho e congratulo-me com a introdução que fez às suas perguntas.

Respondendo directamente, existem actualmente nos centros de saúde da região dezassete médicos dentistas, coisa que não existe no continente, onde não existem médicos dentistas nos quadros dos centros de saúde. O que tem possibilitado a cobertura assistencial em medicina dentária, principalmente para os idosos, para as grávidas e para as crianças.

Também, Sr. Deputado, temos feito um esforço, desde há muitos anos a esta parte, para garantir e continuar sempre a garantir os serviços médicos gratuitos, principalmente para os grupos de risco e mais desfavorecidos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 8 de Junho de 2010, há poucos dias, portanto, o Sr. Secretário Regional da Saúde, em Angra do Heroísmo, numa intervenção pública nas Oitavas Jornadas de Pneumologia e de Medicina Familiar, dizia o seguinte: “Dirijo uma palavra especial aos médicos de medicina geral e familiar. Quero fazer-vos um convite, a

vós e a outros colegas que conheçam, para que venham trabalhar na Região Autónoma dos Açores. Precisamos de profissionais desta área em particular para trabalhar nos Centros de Saúde de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Angra do Heroísmo”.

Sr. Secretário Regional da Saúde, o número de médicos de medicina geral e familiar nos Açores é insuficiente, é reduzido – aliás, dados da sua própria Secretaria indicam que há cerca de sessenta médicos em falta para satisfazer as necessidades essenciais da região –, toda a estratégia que a região desenhou para atrair para os Açores médicos de medicina geral e familiar falhou.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Não falhou.

**O Orador:** E a prova de que falhou são as palavras de V. Exa., ao dirigir um singelo convite a médicos de medicina geral e familiar para que venham trabalhar para os Açores.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Já cá estão, queremos é mais.

**O Orador:** A pergunta é: a nova estratégia do Governo Regional é apenas dirigir convites, ou devemos todos esperar que no último semestre deste ano também haja uma epifania sobre esta matéria e o Governo apresente uma solução milagrosa?

Muito obrigado.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Queremos é mais, Sr. Deputado.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Todos querem.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\* Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, de acordo com os dados, o senhor falta novamente à verdade quando diz que faltam sessenta médicos de família. Faltam cinquenta médicos de família. Já foi afirmado publicamente por mim que faltam cinquenta médicos de família para garantir a cobertura assistencial aos utentes sem médico de família na região.

De facto, nós temos feito muito. Nós temos incentivos para o internato médico; criámos as condições para haver idoneidade formativa de internos e existem actualmente vinte internos em medicina geral e familiar; damos incentivos à fixação, à formação, nos estatutos, aos estudantes que queiram estudar medicina; e



tem havido um aumento, temos 196 bolseiros neste momento a estudar medicina na região.

Evidentemente que numa ocasião em que existem vários médicos de família presentes, de todo o país, creio que o Secretário Regional da Saúde pode muito bem dirigir um convite, um convite simpático, de resto, que dirigi a todos eles, para virem para cá trabalhar. Todas as ocasiões não devem ser perdidas, para garantir que existam médicos aqui na região. E temos muitos mais médicos actualmente do que tínhamos em 1996, Sr. Deputado, muitos mais.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Não são muitos mais. Quantos eram em 1996?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, creio não existirem mais perguntas sobre este objecto. Assim sendo, passamos para o objecto seguinte e último, “Instrumentos de Planeamento e Orientação Estratégica do Serviço Regional de Saúde”.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

**(\* Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entramos no último objecto desta sessão de perguntas, “Instrumentos de Planeamento e Orientação Estratégica do Serviço Regional de Saúde”. Permita-me que cite o anterior Secretário dos Assuntos Sociais, que anunciou que o Governo Regional tinha, e passo a citar, “em preparação um documento estratégico, visando planear e implementar medidas que continuem a garantir mais e melhores cuidados de saúde aos açorianos”, a que designou Carta de Saúde da Região.

Volvidos três anos e meio, a pergunta é, Sr. Secretário Regional: em três anos e meio, onde está a Carta de Saúde da Região, definida pelo próprio Governo como um instrumento estratégico para a garantia de melhores cuidados de saúde?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

**(\* Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando vi o tema da pergunta, “Instrumentos de Planeamento e Orientação Estratégica” fixados no Plano Regional de Saúde, como está o Estatuto do Serviço Regional de Saúde o Plano Regional de Saúde, esse sim, é o documento *mater* do

planeamento da saúde nos Açores, para além do programa do Governo e para além das orientações de médio prazo do Governo, que fixam os investimentos que serão feitos na área da saúde.

Mas, respondendo directamente à sua questão, posso dizer-lhe que a Carta de Saúde já existe e está a ser implementada na gestão do Serviço Regional de Saúde.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra, para contra interrogar.

(\* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Secretário, há instrumentos *major* e outros mais sectoriais, como percebe. E a Carta de Saúde é, naturalmente, um desses instrumentos, aliás em definição do próprio Governo que, na altura, a definia, até em 2005, já dessa maneira. Se quiser, eu cito-lhe aqui exactamente aquilo que dizia, mas o que interessa é o futuro.

Eu só gostaria que o Sr. Secretário me dissesse, enfim, já que falou, onde é que nós podemos ter acesso a essa Carta de Saúde? Onde é que ela existe, onde é que ela está publicada? Porque eu, realmente, não a conheço. Gostaria muito de a conhecer, gostaria muito de a ter e gostaria muito, enfim, de a ver, mas, pelos vistos, ela não existe. O senhor diz-me que existe, eu gostaria que me indicasse onde posso ir buscá-la.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra

(\* **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, não vai encontrar na Carta de Saúde nada que não esteja de acordo com o Plano Regional de Saúde. O Plano Regional de Saúde é que é o documento *mater* do planeamento da saúde aqui na região. É através do Plano Regional de Saúde que nós conseguimos oferecer melhores condições às pessoas.

Só para lhe dizer que este plano já está em execução e que, no campo oncológico, estamos a seguir o rastreio do cancro da mama. Já foram rastreadas mais 13.500 mulheres, já foram para aferição mais 1350 mulheres e já foram detectados quarenta casos positivos. Continuamos também com o cancro do colo do útero.

**Deputado João Costa (PSD):** Na Graciosa não.

**O Orador:** Já foram rastreadas 1500 mulheres e será um universo, em três anos, a atingir, de 75 mil mulheres. Por outro lado, continuamos também com a vacina do

HPV e já vacinámos, desde 2008, 11.051 adolescentes. Continuamos com a implementação da Via Verde do AVC e da Via Verde Coronária, cuja orientação técnica está a ser preparada. Fizemos já o rastreio da obesidade infantil a todos os alunos do 5.º ano de escolaridade e também preparamos o rastreio da retinopatia diabética.

Estas são medidas que vão de encontro às necessidades dos açorianos e os meios serão os necessários para que todas as medidas que existem no Plano Regional de Saúde tenham uma consequência e sejam implementadas. É para isso que serve. A programação que deve existir ao nível do investimento deve estar de acordo com este documento. Este, sim, é que tem todo o fundamento ser discutido.

**Presidente:** Sr. Deputado Mário Moniz, tem a palavra.

**(\*) Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trinta e seis mil açorianos já experimentaram drogas. Isto corresponde, mais ou menos, a 15% da população. Considerando um estudo de diagnóstico do consumo de drogas e toxicodependência nos Açores, coordenado pelo Dr. Alberto Peixoto em colaboração com o Instituto da Droga e Toxicodependência, pergunto ao Sr. Secretário...

**Presidente:** Sr. Deputado, o objecto de que estamos a tratar é “Instrumentos de Planeamento e Orientação Estratégica do Serviço Regional de Saúde”. Espero que lá chegue.

**O Orador:** É já.

...quando será definido e implementado o plano regional de prevenção e combate às toxicodependências, nomeadamente o álcool?

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, nós já estamos a intervir na prevenção do álcool.

Estamos a fazer isso através do Programa Tu Decides e através daquilo que foi anunciado. Quando foi apresentado o diagnóstico da região nas dependências, foram anunciadas também, pela Direcção Regional de Prevenção e Combate das Dependências, as Estratégias Locais de Intervenção, que visam sobretudo agir e estabelecer parcerias com as comissões de protecção de jovens e crianças nos concelhos e, com isso, potenciar a prevenção, nomeadamente do alcoolismo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste âmbito da pergunta do objecto fixado pelo CDS/PP, “Instrumentos de Orientação Estratégica do Serviço Regional de Saúde”, cabe também em primeiro lugar uma breve referência, à laia de introdução ao tema, dizendo que “em matéria de saúde o que está em causa no arquipélago dos Açores é assegurar o acesso universal aos cuidados de saúde e não a gratuitidade integral do sistema público”. Estou a citar o Sr. Presidente do Governo Regional, numa declaração pública feita em 16 de Outubro de 2006.

Sr. Secretário Regional da Saúde, em 24 de Janeiro de 2007 este Parlamento aprovou, com o voto favorável do Partido Social Democrata também, a criação dos hospitais E.P.E., uma alteração ao Serviço Regional de Saúde permitindo a criação dos hospitais E.P.E. nos Açores, com o objectivo claro de separar o prestador dos serviços de saúde do financiador, princípio com o qual concordámos e que subscrevemos, votando esta iniciativa. O que é verdade é que, estrategicamente e considerando que nesta solução de orientação estratégica do Serviço Regional de Saúde esta diferenciação é fundamental, há instrumentos que são celebrados entre o Governo Regional dos Açores e os hospitais, para que estes prossigam a sua missão de prestação dos cuidados de saúde, sendo financiados pelo Governo Regional.

Queria perguntar ao Sr. Secretário Regional da Saúde se considera que a execução dos instrumentos de financiamento dos hospitais E.P.E. tem sido suficiente,

adequada à prestação dos cuidados de saúde que estes hospitais prestam aos açorianos.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para responder de uma forma muito breve, Sr. Deputado, obviamente que tem sido adequada, caso contrário não tinham sido assinados todos esses documentos. Aliás, já houve um requerimento de outro grupo parlamentar que pediu acesso a esses documentos e eu diria que lhes foi dado o acesso a todos os contratos programa e a todos os instrumentos de planeamento dos hospitais E.P.E. Portanto, considero que é adequado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Pedro Gomes pede a palavra para? Outra pergunta? Muito bem, está inscrito e pode fazê-la já, Sr. Deputado.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu suspeitava que a resposta de V. Exa., Sr. Secretário Regional da Saúde, fosse exactamente essa. Vamos então aos factos que enquadram a pergunta:

Em 25 de Outubro de 2007, a região celebrou o contrato programa com o Hospital da Horta. Este contrato programa teve nada mais, nada menos do que seis alterações: uma adenda ao contrato em Dezembro de 2007; uma nova adenda ao contrato em Janeiro de 2008; em 30 de Julho de 2008 um aditamento à adenda; em 20 de Maio de 2009 uma adenda ao contrato; em 30 de Junho de 2009 um acordo modificativo do contrato programa; e em 21 de Dezembro de 2009 um acordo modificativo para 2009. No final do ano, modificou o contrato para 2009.

Além disso, a região celebrou com este Hospital da Horta três contratos de investimentos: em Dezembro de 2007, contrato de investimento para 2007, isto é, no final do ano celebrou o contrato de investimento para o ano inteiro; em 28 de Abril celebrou o contrato de investimento para 2008; e em Setembro, numa data que não está identificada pois não consta do contrato, celebrou o contrato de investimento para 2009.

Eu repito a pergunta que lhe fiz há pouco: Sr. Secretário Regional, considera que esta metodologia de relacionamento entre o Governo Regional e os hospitais E.P.E., nomeadamente com este Hospital E.P.E. da Horta, é adequada? Pode V. Exa. dizer que é adequada e exigir que os hospitais E.P.E., com este caos burocrático, com este caos de contratos e de adendas de contratos, podem cumprir a sua função e, ainda por cima, cumprir os objectivos que V. Exa. quer impor, de pouparem a torto e a direito, talvez penalizando os cuidados primários de saúde e os cuidados diferenciados de saúde prestados nestes hospitais?

**Vozes de deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, o modo de relacionamento com os hospitais E.P.E. que existe no Serviço Regional de Saúde é semelhante ao que existe no Serviço Nacional de Saúde, nada mais, nada menos. E, se existe um número de contratos, de adendas e de acordos modificativos, existem uma série deles ao longo de vários anos.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** Foram dois anos!

**O Orador:** Portanto, num ano só há um acordo modificativo, não existem dois, há uma adenda ao contrato de investimento. Se existem esses contratos é porque se procura o rigor na gestão e não o caos, como V. Exa. anuncia.

**Deputado António Marinho (PSD):** O senhor tem de explicar o rigor dos contratos assinados para o próprio ano.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Continuando naquilo que são os instrumentos de planeamento de um qualquer serviço de saúde, regional ou sem ser regional, nacional, internacional e, até, nas próprias definições que a Organização Mundial de Saúde dá destes instrumentos, eu volto a falar-lhe num outro instrumento. O Plano Regional de Saúde, como o Plano Nacional de Saúde, é, de resto, o plano de orientação estratégica global de um qualquer serviço de saúde, nacional ou regional. Depois, existem planos

sectoriais por diversas áreas, que até vão ao nível mais pequeno de uma área, como bem referiu, como a Via Verde e por aí fora. Portanto, são pequenos instrumentos de planeamento que existem, instrumentos de acção a que o Governo recorre, ou as entidades, e de orientação, também chamadas *guideline*. São esses instrumentos que nos servem para melhorar a eficiência e os cuidados de saúde.

Já agora, permita-me esclarecer a câmara que o requerimento a que o Sr. Secretário fazia referência foi um requerimento que o CDS/PP fez ao Governo, sempre atento nestas questões da saúde. Em boa altura fez o requerimento e já teve a resposta, onde constam estas matérias.

O segundo instrumento de gestão estratégica, num nível intermédio, que não o Plano Regional de Saúde, é obviamente a Carta Hospitalar da Região e é a pergunta que lhe faço. Vou também referir-lhe que está prometida pelo Governo há cinco anos. A pergunta que lhe faço é: onde posso ter acesso à Carta Hospitalar da Região Autónoma dos Açores?

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O acesso a qualquer documento que exista nas entidades governamentais rege-se por figuras regimentais, que o Sr. Deputado poderá utilizar.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Estou a perguntar.

**O Orador:** Através de requerimento, Sr. Deputado. Creio que é essa a figura que se adequa.

**Presidente:** O Sr. Deputado Artur Lima, para contra interrogar, tem a palavra.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Secretário, vamos lá então ver se eu sou mais claro na minha pergunta. Presumo que o senhor percebeu o que eu disse. Vou ler-lhe o que o Governo dizia, em Janeiro de 2005: “A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais vai elaborar a Carta Hospitalar da Região, um instrumento que abrange os recursos humanos, infra-estruturas e equipamentos”, etc., etc. e por aí fora. Depois, em 11 de Maio de 2006, o Governo revelou, por outro lado, que “até ao final deste mês estará concluído o processo de contratualização respeitante à elaboração da Carta Hospitalar”. Já lá vão quatro anos.

A pergunta que faço é: onde está publicada – como o Plano Regional de Saúde, que existe e está publicado na Direcção Regional de Saúde, no seu *site* – a Carta Hospitalar da Região, instrumento fundamental para o relacionamento entre hospitais, de recursos humanos, de meios complementares de diagnóstico, por aí fora? Onde está publicada a Carta Hospitalar da Região?

Portanto, não é preciso o senhor aqui em Plenário, quando eu estou a falar consigo, falar de um requerimento, que é a resposta à pergunta escrita; agora estou a fazer-lhe uma pergunta oral, dirigida a si, Sr. Secretário: onde está a Carta Hospitalar da Região Autónoma dos Açores? É outra figura regimental que estou a usar e, como o senhor sabe perfeitamente, até substitui a do requerimento. É uma sessão de perguntas orais ao Governo e a pergunta é: onde está a Carta Hospitalar da Região Autónoma dos Açores? Tão simples!

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebi que a sua pergunta é onde está publicada, não é? Não está publicada. A Carta de Saúde é um órgão, é um instrumento...

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não, a Carta Hospitalar.

**O Orador:** A Carta Hospitalar é a mesma que a Carta de Saúde.

**Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Pedro Gomes (PSD):** Não é, não senhor!

**O Orador:** A Carta de Saúde é a mesma que a Carta Hospitalar. Teve uma mudança de nome, mas é o mesmo documento.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Não é, não!

**O Orador:** É o mesmo documento, Sr. Deputado. Não existe nenhuma Carta Hospitalar. Existe uma Carta de Saúde, que inclui os cuidados hospitalares também, e os equipamentos e as especialidades que existem nos hospitais.

Portanto, a Carta de Saúde – estamos a falar deste documento, que é a Carta de Saúde – é um documento interno de gestão do Serviço Regional de Saúde.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Interno? Não há documentos internos!

**O Orador:** Interno, de gestão interna, exactamente, que programa o investimento de acordo com o Plano Regional de Saúde.



**Presidente:** Dou a palavra, para fazer uma pergunta, ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um dos problemas que está directamente relacionado com o planeamento e a orientação estratégica do Serviço Regional de Saúde tem a ver com o crescente endividamento, a dívida da saúde, que na nossa opinião resulta, exactamente, do facto de que o planeamento e a orientação estratégica do Sistema Regional de Saúde têm sido profundamente errados. Até porque, ao contrário de termos uma verdadeira política de saúde, temos uma política de tratamento da doença. Julgo que, enquanto assim for, não há dívida que diminua, a não ser que V. Exas. diminuam a qualidade dos serviços prestados.

Portanto, a questão é que precisamos, efectivamente, de ter uma política de saúde, e não uma política de tratamento da doença. Certamente há necessidade, então, de fazer investimento nos cuidados de saúde primários e há certamente necessidade de fazer uma reavaliação, quer da Saudaçor, quer da fórmula dos E.P.E.

A pergunta é muito simples e decorre exactamente daquilo que acabei de enunciar e que, para o PCP, é fundamental: qualquer política nesta área tem de ser uma política de saúde e não uma política de tratamento da doença, que é aquilo que os senhores têm vindo a fazer. Quando é que o Governo inverte esta política de tratamento da doença e adopta claramente uma política de saúde?

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra, faça o favor.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu de facto não percebi a sua pergunta, mas tenho de lhe responder...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu percebo por que o senhor não percebeu a pergunta: estas coisas não convêm!

**O Orador:** ...relembrando o investimento que está a ser feito, na saúde, para esta Legislatura: nós vamos ter um novo hospital na Ilha Terceira; vamos ter um novo

centro de saúde em Ponta Delgada; um novo centro de saúde na Madalena; a ampliação do Hospital da Horta, através da construção do Bloco C; e um novo centro de saúde na Graciosa.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Isso significa o quê?

**O Orador:** Isto significa uma atenção permanente às necessidades de saúde dos açorianos e significa ir ao encontro dessas necessidades. Significa uma prioridade no investimento na saúde nesta Legislatura.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Isso parece mais uma empresa nova, pública.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

**(\* Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Vou cingir-me ao objecto em questão, que é “Instrumentos de Planeamento e Orientação Estratégica do Serviço Regional de Saúde”.

Nesse sentido, previsto desde 1999 e incluído nas unidades de saúde de ilha, havia esses instrumentos, essas vontades – acho que o tempo está a terminar, vou abster-me de fazer aqui algumas citações –, Sr. Secretário: o Estatuto Regional do Serviço Regional de Saúde, aprovado em 99, previa a criação das unidades de saúde de ilha nos Açores. A pergunta é: por que suspendeu o processo de criação de unidades de saúde de ilha na Região Autónoma dos Açores?

**Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Eu? Eu suspendi?

**O Orador:** Foram criadas as que existem e, a partir dessa altura, não se criou mais nenhuma. Portanto, a pergunta é: por que não se criou mais nenhuma?

A pergunta é se as criadas no sentido da optimização de recursos, melhor prestação, etc., conseguiram esses resultados ou se, pelo contrário, aumentaram os custos do Serviço Regional de Saúde, que também há-de contabilizar não só os hospitalares, mas os cuidados primários e, nomeadamente, esses instrumentos de planeamento, enfim, de orientação e melhor prestação de cuidados de saúde, que iriam poupar e ser mais eficientes, mais racionais e, pelos vistos, assim não aconteceu.

Portanto: quando vão criar as novas? E as criadas, já acrescidas, tiveram resultados positivos a nível da sua gestão?

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Eu não suspendi, Sr. Deputado, a Secretaria Regional da Saúde não suspendeu a criação das unidades de saúde de ilha. Esta Secretaria não suspendeu as unidades de saúde de ilha. O Governo apostou, exactamente, na criação das unidades de saúde de ilha em todas as ilhas. Foi dito aqui na discussão do plano e orçamento! Portanto, daremos continuidade a esse nosso compromisso de alargar esse modelo a todas as outras ilhas, incluindo a Ilha do Corvo, tal como foi dito na última visita estatutária a essa ilha.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para contra interrogar.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Saúde:

Foram criadas apenas, em 2005, se não me falha a memória, duas unidades de saúde de ilha: São Jorge e Pico. Mais nenhuma foi criada. Portanto, de 1999 a 2005, seis anos, foram criadas duas; de 2005 a 2010, zero. Se não está suspenso, diga-me que figura é esta, para o Governo não ter criado mais nenhuma em cinco anos!

**Presidente do Governo Regional (Carlos César):** Se vão ser criadas, não foram suspensas!

**O Orador:** Vai ser no segundo semestre de 2010?

Por que não se avançou paulatinamente, continuamente, no processo de criação das unidades de saúde de ilha? Sobretudo onde elas faziam mais sentido, nas ilhas com hospital, porque aí permitiam, sim senhor, otimizar e racionalizar serviços. A pergunta – a pergunta, não, o esclarecimento – é: por que, então não se avançou nesta suprema maravilha que era anunciada pelo Governo? Por que não se continuou nesse processo? Enquanto, por exemplo, a nível da gestão, as que existem gastaram mais dinheiro que os centros de saúde individualmente. O caso mais recente é o de São Jorge, que gastou mais 18% do que o seu orçamentado!

Portanto, para onde vamos, Sr. Secretário? Os hospitais E.P.E. no estado em que estão; e as unidades de saúde de ilha, é por não serem eficientes que não se criam mais?

**Presidente:** Sr. Secretário Regional da Saúde, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu gostaria de esclarecer essa questão da unidade de saúde de ilha gastar mais 18% do que o que está orçamentado. Isso não permite uma comparação entre aquilo que gastava e aquilo que gasta, agora, enquanto unidade de saúde de ilha. Os 18%, além disso, não estão sem cabimento. Houve uma adenda ao contrato e foi dado posteriormente esse cabimento orçamental. Portanto, não há qualquer irregularidade nas contas da unidade de saúde da Ilha de São Jorge, como quis demonstrar.

O Governo Regional anunciou aqui, na discussão do plano e orçamento, a criação das unidades de saúde de ilha, nas ilhas com hospital e em todas as outras ilhas. Não há impedimento nenhum, é um processo legislativo que demora o seu tempo. E, demorando esse tempo, este Parlamento terá possibilidade de apreciar os diplomas quando eles estiverem preparados.

**Presidente:** Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

**(\*) Deputado João Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, no âmbito do plano de acção relativo à pandemia da gripe A, foram abertos vários centros de atendimento em todas as ilhas dos Açores. Na Ilha Graciosa, foi desactivada a casa mortuária do centro de saúde, para abrir um centro de atendimento.

**Presidente:** Sr. Deputado, estamos a falar sabe de qual objecto?

**O Orador:** Planeamento e prevenção, não é?

**Presidente:** Sim senhor, “Instrumentos de Planeamento e Orientação Estratégica do Serviço Regional de Saúde”.

**O Orador:** Muito bem.

Em termos de prevenção estratégica no combate à suposta pandemia da gripe A, até há bem pouco tempo – que eu saiba, recentemente não houve qualquer notícia –

mantinha-se aberto esse centro de atendimento. Prevê-se que seja necessário nesta altura, estrategicamente, no plano de prevenção e combate à pandemia da gripe A, depois de tudo o que foi feito, nomeadamente pela Comissão Europeia, relativamente a esse assunto? O Sr. Secretário considera que ainda é necessário haver, na região, centros de atendimento relativos a esta matéria?

Muito obrigado.

**Presidente:** Estrategicamente, vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

*(Risos da câmara)*

**(\*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, diga-me qual é o serviço de atendimento à gripe que está aberto aqui nos Açores. Estão todos fechados, incluindo o da Graciosa. Portanto, eu não percebo a razão da sua pergunta.

**Deputado João Costa (PSD):** Então, por que não há casa mortuária?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, creio que não existem mais perguntas. Esgotámos a sessão de perguntas com resposta oral ao Governo Regional.

Vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2010 – “Quadro Legal da Pesca Açoriana”**.

Dou a palavra, para apresentar o diploma, ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

**(\*) Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional propõe agora ao Parlamento a criação de um Quadro Legal da Pesca Açoriana que permita, não só gerir melhor o mar dos Açores no âmbito da exploração dos recursos haliêuticos, como estabelecer um regime mais adequado e mais ajustado ao desenvolvimento da actividade da nossa frota regional e da

actividade profissional dos nossos marítimos ligados à pesca. Consideramos que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, caso aprovada, garantirá um aprofundamento da nossa relação com o mar e a consagração da nossa natureza de região marítima no nosso acervo legislativo.

Este diploma apresenta uma proposta de regulamentação da pesca e da actividade marítima na pesca, através de definição de medidas adequadas às especificidades do nosso território marítimo, nomeadamente sobre os recursos da fauna e da flora marinha, incluindo a sua conservação, gestão e exploração sustentável; as condições de acesso ao território de pesca dos Açores; a actividade piscatória exercida por embarcações regionais; as embarcações regionais de pesca; a pesca lúdica e as actividades marítimo-turísticas na área das pescas; as lotações e as tripulações das embarcações regionais; a formação profissional na pesca; a obtenção e homologação de títulos profissionais de marítimos e certificados dos trabalhadores da marinha regional de pesca; e versa sobre, também, os portos e núcleos de pesca da região. Por isso, este diploma tem treze capítulos, nos quais se pretendem definir regras mais adequadas e ajustadas às características do nosso território marítimo e às características geográficas da nossa região.

Com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, consideramos que criamos um quadro que permite gerir os nossos recursos e a nossa pesca de uma forma mais ajustada e mais em consonância com a nossa realidade insular e marítima no meio do Atlântico Norte.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa legislativa que estamos a apreciar vem colmatar finalmente uma lacuna de há anos, ao transpor para a Região directivas europeias, já adoptadas no direito interno, como é o exemplo do Regulamento de Inscrição Marítima, directiva de Maio de 1998, que criara um vazio a nível regional.

Felizmente, ela vem resolver finalmente o velho problema de acesso à cédula marítima de centenas de pescadores da pesca artesanal, que não possuem habilitação escolar, que, por exemplo, pelo artigo 103.º da presente proposta, vem facilitar a resolução deste problema. Por outro lado, ela tem, essencialmente, uma perspectiva de compilação e codificação de legislação avulsa que regula e ao mesmo tempo passa a regular directamente outras matérias.

O Grupo Parlamentar do PSD considera assim que este Quadro Legal de Pescas é um diploma muito abrangente da realidade da pesca açoriana e bastante estruturante para a Região. Contudo, a sua elaboração gerou expectativas muito altas, prometendo muito, em termos de perspectivas futuras, mas acaba por desiludir alguns, porque esta proposta avança nalgumas matérias e, noutras, fica aquém do que se esperava.

Por consideramos que a importância do mar dos Açores e da sua ZEE não está apenas nos seus recursos piscícolas, nem em toda a actividade económica ligada à pesca, bem como no âmbito da investigação científica, o mar é para nós açorianos um desígnio regional com uma importância estratégica fundamental para a economia da Região. Esta proposta apenas no seu preâmbulo reafirma esta importância, não dando consequência prática no seu articulado às virtualidades da centralidade do mar dos Açores.

Por outro lado, desta Proposta de Decreto Legislativo depreende-se que parece haver incongruências e mesmo contradições, no que respeita às competências do Governo Regional. Especificamente por este diploma, a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e mormente o Senhor Subsecretário Regional das Pescas, parece invadir áreas acometidas pela orgânica do Governo Regional a outras Secretarias Regionais, no que respeita à formação. De facto, os artigos 159.º e 160.º da presente proposta contradizem os artigos 10.º e 13.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 25/2008/A, de 31 de Dezembro, respeitante à orgânica do Governo Regional.

Ou seja, as competências nas áreas da formação profissional na orgânica do Governo estão atribuídas aos Secretários Regionais da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social, não tendo sido atribuídas estas competências ao Secretário

Regional do Ambiente e do Mar, nem nos poderes que foram delegados ao Subsecretário Regional das Pescas.

Por outro lado, esta iniciativa traduz uma definição do quadro da pesca açoriana, que vai desde o regime de licenciamentos, de recrutamento e dos procedimentos de embarque, bem como da certificação dos profissionais, do enquadramento da formação profissional e dos requisitos de acesso e funções dos pescadores, etc. Todavia, dever-se-ia ter aproveitado a oportunidade, em nosso entender, para clarificar e implementar outras áreas tão importantes para o sector das pescas, pelo que esta proposta fica aquém daquilo que era desejável para o sector das pescas.

Para além das dúvidas levantadas pelo Grupo Parlamentar do PSD em sede de Comissão, importa referir por exemplo a inclusão neste quadro do normativo da Lei n.º 15/97, que regula o regime jurídico do contrato individual de trabalho a bordo das embarcações de pesca, como regulação colectiva de trabalho ou de contrato individual de trabalho. É urgente que paulatinamente se alargue e implemente o contrato de trabalho. Reconhecemos que não é fácil no sector das pescas, mas é uma matéria que deve merecer mais atenção e determinação na sua execução.

Por outro lado, não está aqui prevista a regulamentação de um programa de controlo de rastreabilidade do pescado, capturado pelas embarcações dos Açores e comercializado nos diferentes mercados, o que poderia constituir uma mais-valia para o circuito de comercialização do pescado da Região, como um passo largo nas medidas de segurança alimentar. Trata-se de uma promessa que não passa disso mesmo.

O próprio Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, relativo ao Fundopescas teria, em nosso entender, melhor enquadramento legislativo na presente iniciativa, pois este fundo de compensação pecuniária é uma matéria de natureza social importante, como mecanismo compensatório para os pescadores dos Açores, e deveria ficar nesta legislação.

Acresce ainda que o vazio resultante da extinção do FORPESCAS pelo Governo da República e que criou uma nova entidade denominada Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FORMAR) não tem tradução explícita e clara no



diploma que estamos a debater, na medida em que não estão previstas medidas regulamentadoras e orientadoras conducentes a um processo transparente de acreditação das entidades formadoras. Esta matéria poderá, com boa vontade, encaixar-se nalguns artigos deste diploma, mas merecia referências claras e transparentes.

A presente Proposta de Decreto Legislativo peca também por remeter muitas das matérias para futura regulamentação por Portaria, o que deveria em nosso entender ser objecto de definição neste diploma, dando-lhe a dignidade legislativa, como é o caso da criação e homologação de cursos que ficam a cargo dos membros do Governo.

Como se sabe, esta proposta esteve em audição pública e apenas o Sindicato Livre dos Pescadores se pronunciou mesmo a destempo. E as outras entidades ligadas ao sector, como sejam os órgãos representativos das autoridades marítimas e portuárias e, bem assim, os produtores e armadores de pesca, o que pensam destas matérias? A audição presencial ou o pedido formal de parecer deveria ser uma prática corrente, pois ainda está bem vivo na nossa memória o que aconteceu com o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, que criou o Parque Natural de São Miguel e que não se sabe se está ou não em vigor, porque nunca foi nem revogado, nem aplicado. Esta é uma questão de cautela para a qual temos o dever de alertar neste momento.

Muito obrigado.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

**(\* Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores permitiu alargar vários tipos de competências e, neste âmbito, o Governo, no nosso entender bem, criou ou apresenta aqui, em sede de câmara parlamentar, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional no sentido de abarcar e condensar legislação que estava dispersa e legislação sobre a qual há algum tempo não competia à Região Autónoma dos Açores legislar. Desse ponto de vista,

do ponto de vista desse esforço, o CDS dá uma nota positiva na sua generalidade. No entanto, gostava de focar só dois ou três pontos. Aliás, o Sr. Deputado António Pedro Costa já falou e pormenorizadamente sobre alguns dos pontos que irei deixar aqui também como nota, mas gostaria de os referir.

O primeiro ponto tem a ver exactamente com as audições e com os pedidos de parecer. Lamentavelmente ou não, houve quem quisesse dar um contributo e houve quem não desse esse mesmo contributo. Penso e sei que foi pedido às entidades, nomeadamente ao Sindicato Livre das Pescas e à Federação das Pescas dos Açores. O Sindicato respondeu e a Federação das Pescas dos Açores não respondeu. Ora, um documento que é estruturante para o próprio sector deveria ter pelo menos uma palavra da Federação das Pescas dos Açores. Senão, é como se diz no velho ditado: quem cala, consente. Portanto, desse ponto de vista achamos que não há aqui nenhum entrave, da parte de quem está na actividade, em relação a questões fundamentais do diploma.

Se bem que o Sindicato, nomeadamente, aborda exactamente o facto de as questões laborais não estarem aqui também melhor especificadas, ou nem sequer estarem aqui abordadas, questão a que penso que o Sr. Subsecretário, na altura, fez também referência e justificou com o facto de a legislação laboral estar regulamentada no seu sítio certo, não sendo num diploma deste cariz que ela deveria estar.

De qualquer das formas, também achamos que existe aqui muita remissão, remete-se muito, para portarias e despachos, situações do diploma. Eu gostaria de fazer referência ao artigo 6.º, onde se fala nas definições da pesca. De facto nós temos alguma dificuldade em perceber por que é que, de uma forma exaustiva, é elencado aqui um conjunto de definições do sector das pescas e, depois, tudo acaba e tudo se resume por posteriormente se remeterem para portarias e despachos as futuras alterações.

Ora, aqui, penso que a hierarquia das leis tem de ser respeitada. E, se estas definições no artigo 6.º, nomeadamente no seu n.º 1, estão postas aqui, eu quase diria de uma forma taxativa e não exemplificativa, acho que a diferença parte um bocadinho por aí: se estão aqui especificadas neste Proposta de Decreto Legislativo

Regional, não faz sentido que numa fase posterior se desça uma escada no nível da lei para se remeter para portaria ou por despacho.

Porque nós até podemos correr o risco de, passado algum tempo, o Governo proibir ou desactualizar algum destes conceitos e portanto, ele sair do Decreto Legislativo Regional passados seis ou sete meses, um tempo que o Governo considere necessário e ache que deve implementar de novo esta definição da pesca. Ora, esta definição da pesca deixa de estar aqui no decreto e passa para uma portaria. Nós achamos que as coisas têm de ser feitas com clareza e com a transparência que o próprio diploma deve ter nas suas várias componentes. Portanto, em relação a esta questão de remeter para portarias e despachos, deixava aqui este reparo.

Depois, o capítulo X fala na formação profissional. Nós achamos que era importante que esta parte fosse tutelada pela Secretaria da Educação e não pela Subsecretaria das Pescas, porque o argumento, se era válido para as questões laborais, penso que também para a formação profissional, analogicamente ou como lhe quiserem chamar, teria o mesmo significado e a mesma importância.

Só tocaria aqui num último ponto que me parece importante e a que em sede de comissão fiz referência, que tem a ver com o capítulo X, relativamente à fiscalização e à responsabilidade contra-ordenacional. Do nosso ponto de vista, muitas dúvidas se levantam sobre as competências atribuídas à Inspeção Regional de Pescas e ao Inspector Regional de Pescas, ao nível das medidas cautelares. Porque há aqui artigos que, efectivamente, não estão ditos de uma forma muito clara. Aliás, a explicação e os conceitos que vêm aqui em alguns desses artigos não vêm de uma forma muito clara.

Para terminar, faço referência ao artigo 178.º, nomeadamente ao seu n.º 2, que diz que “As entidades, órgãos e serviços referidos no número anterior”, que tem a ver com a inspeção e com a Guarda Nacional Republicana, etc., etc., não vou estar aqui a repetir, “levantam o respectivo auto de notícia, tomando, de acordo com a lei, as necessárias medidas cautelares”. Ora, as medidas cautelares estão definidas no artigo 196.º. Desse ponto de vista, do ponto de vista contra-ordenacional, nós não temos muitas dúvidas; já do ponto de vista das medidas cautelares, temos

muitas dúvidas da competência da Inspeção Regional de Pescas para actuar a este nível.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado José Gaspar Lima, tem a palavra.

**(\*) Deputado José Lima (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada nesta Assembleia pelo Governo Regional, relativa ao Quadro Legal das Pescas nos Açores, no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a mesma vem colmatar uma necessidade que existe a nível de regulamentação do exercício da pesca e da actividade marítima na nossa região, vindo trazer e definir medidas adequadas ao território marítimo dos Açores, abrangendo várias áreas, tais como:

Os recursos da fauna e da flora marítima; as condições de acesso ao território de pesca dos Açores; as embarcações regionais da pesca e as que exercem a sua actividade na região; a pesca lúdica e as actividades marítimo-turísticas na área das pescas; as lotações e tripulações das embarcações; a formação profissional; a obtenção e homologação de títulos profissionais marítimos e a certificação de trabalhadores da marinha regional da pesca, nomeadamente quanto à inscrição marítima, à emissão da respectiva cédula, à sua classificação, categorias, requisitos de acesso e funções a desempenhar; além da formação, certificação e sistema de recrutamento; bem como os portos e núcleos de pesca da região.

Este diploma define também e regulamenta diversas matérias relacionadas com o sector das pescas; cria medidas de conservação, gestão e exploração; cria limites legais ao exercício da pesca nas embarcações regionais; define os condicionamentos ao exercício da pesca, bem como as restrições ao exercício da pesca por outros motivos; define o regime de pesca com fins lúdicos e turísticos; define os métodos de pesca; identifica as artes, bem como os apetrechos de pesca a usar; este diploma vem, de facto, regulamentar e regularizar a situação de um número enorme de pescadores que estão indocumentados; e vem trazer mais eficácia à gestão dos pescadores e da pesca nos Açores.

Trata-se de um diploma estruturante e de grande importância, o qual vem colmatar necessidades existentes na região neste sector, que é tão importante para a nossa economia e para muitos açorianos, que dependem do mar e dos seus recursos. Por estas razões atrás descritas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente este diploma.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A política do Governo Regional neste sector pode definir-se da seguinte forma, ou com a seguinte frase: de peixe em peixe, até ao peixe final.

Em termos de gestão daquele que é um recurso bastante importante, está a acontecer aquilo que eu tive oportunidade de dizer, na intervenção que fiz hoje de manhã, que é o facto de se matar a galinha dos ovos de ouro. Sem dúvida nenhuma que os trabalhos académicos e os trabalhos científicos que têm sido apresentados demonstram que existe, de facto, o perigo de ruptura biológica dos nossos mares em relação àquelas que são as nossas riquezas neste sector. O que é fundamental é que a gestão desta área se faça de uma forma racional e isso, até este momento, não foi feito.

É verdade que se modernizou a nossa frota. É verdade que foram efectuados melhoramentos nos nossos portos. A crítica que lhe deixo, Sr. Secretário, é que isto tem de ser feito com conta e medida e, de facto, ao longo destes anos, eu considero que há um erro, um erro capital, que as próximas gerações de açorianos vão pagar: o aumento exponencial da capacidade de captura da nossa frota, que coloca em causa aqueles que são os nossos recursos.

O Sr. Secretário poderá dizer que esse perigo não se circunscreve apenas à capacidade de captura da nossa frota. É evidente, porque também temos os factores externos, que são de todos conhecidos e que, devido à legislação comunitária, é difícil aos estados europeus, integrados na União Europeia, poder controlar e proteger os seus recursos. Esse facto também é algo que nos condiciona, em termos de soberania e de defesa dos nossos recursos.

Depois, quero dizer-lhe, em relação à estrutura desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que aqui volta a tornar-se visível aquele que é o grande pecado, observável pelo menos ao longo desta Legislatura em termos daquelas que são as propostas do Governo Regional. Falo daquilo a que eu chamo a ditadura do executivo. A ditadura do executivo deixa para posterior regulamentação matérias que são de grande importância, matérias que são definidoras, matérias que são, para os deputados que compõem este Parlamento, fundamentais. A decisão sobre essas matérias deveria realizar-se aqui, porque nós, evidentemente, do ponto de vista estatutário, somos um sistema parlamentar. Isso significa que o Governo depende deste Parlamento, significa que o próprio surgimento do Governo tem uma legitimidade exclusivamente parlamentar.

O que acontece é que, quanto à produção legislativa do Governo, este acaba por deixar ao Parlamento, em termos de discussão destas matérias, apenas os princípios genéricos, sendo de facto fácil concordar com grande parte destes princípios que são aqui enunciados. A dificuldade, Sr. Secretário, a partir do momento em que as coisas são definidas deste modo, é depois discutir de forma concreta as medidas que o Governo irá realizar. Mas, essas, o Governo vai realizá-las de forma autónoma, sem uma fiscalização directa e sem um debate directo neste Parlamento. Falo, por exemplo, das medidas de conservação, gestão e exploração. Descrevamos, quais são, do ponto de vista específico? Ou seja, que impacto directo, como são desenhadas de forma específica? Este é apenas um exemplo. Ao longo de toda a Proposta de Decreto Legislativo, fico sem saber como é que o Governo irá, de facto, regulamentar isto, na prática.

Nesse sentido, não posso deixar de fazer aqui esta crítica. Penso que é um instrumento que demonstra uma determinada forma de fazer política por parte do Governo Regional, que só é possível porque o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está nesta Assembleia quase completamente domesticado. Como está domesticado do ponto de vista político, o que acontece é que os senhores não exercem essa função do ponto de vista parlamentar.

**Deputado Helder Silva (PS):** Há limites!

**O Orador:** Sr. Secretário, são estas as questões que lhe deixo.

Em relação aos disparates, Sr. Deputado Helder Silva...

**Presidente:** Sr. Deputado, vamos moderar a linguagem.

**O Orador:** ...os disparates são com certeza seus. Aliás, lembro-me de que na última Sessão Legislativa o Presidente do Governo Regional teve oportunidade, até, de o mandar calar a si.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** E insiste nos disparates!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

**(\* Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por registar um aspecto positivo, o facto de estar aqui a ser apresentado um diploma, ou melhor, que um só diploma reúna os mais diversos aspectos que conformam a actividade neste sector. Isso é de facto um aspecto positivo, que me parece de registar. Todavia, não posso deixar de dizer também que o facto de muitas das questões serem remetidas para posterior regulamentação, deixando uma margem, em minha opinião, demasiado exagerada, uma margem discricionária...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Faça alterações.

**O Orador:** Sr. Secretário, não se incomode! O senhor sabe, mas eu vou lembrar-lhe aqui uma questão: o senhor tem de respeitar o estatuto autonómico.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** E respeito.

**O Orador:** O estatuto confere à autonomia um sistema e o sistema é parlamentar puro: o poder reside, não aí, mas aqui, Sr. Secretário!

**Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Não é aqui, é lá fora!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** É isso mesmo que lhe estou a dizer: faça as leis.

**O Orador:** Percebeu? V. Exa. habitue-se a isso e, sobretudo, pratique essa cultura de respeito por aquele que é o princípio da autonomia, que é parlamentar. Portanto, deixe lá os seus apartes e procure respeitar...

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Isso está a correr mal.

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Está-lhe a correr mal!

**O Orador:** Não está a correr mal, não senhor.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Obrigado, Sr. Presidente.

Como eu estava a dizer, julgo que fica aqui uma margem muito discricionária relativamente a grandes matérias, o que me parece que não é a melhor solução.

Por outro lado, há uma questão que o parecer do Sindicato representativo dos pescadores coloca, que tem a ver com a situação das relações laborais, que, já que este é um documento enquadrador do sector, deveria merecer também atenção.

Depois, há uma questão que a mim, à Representação Parlamentar do PCP e ao PCP preocupa. Não tenho, digamos, a visão simplista que o Deputado Pedro Medina aqui colocou, relativamente ao facto de o sector associativo não se ter pronunciado sobre o assunto.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Toda a gente tem medo de se pronunciar!

**O Orador:** Ora bem, a Federação não se pronunciou, porque não foi possível à Federação ter um documento consensual, pois cada associação de pescadores e cada associação de produtores tinha posições divergentes. Agora, a pergunta é esta: foi feito algum esforço, por parte do proponente, do Governo, na verdade...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Eu só quero ser esclarecido!

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** E vai ser esclarecido.

**O Orador:** Pronto, muito obrigado.

O que me parece é que não foi, nem por parte do proponente, nem por parte da comissão competente para avaliar, promovido e feito o devido esforço para que o sector se pronunciasse sobre tão importante matéria. Esse facto, a mim, causa-me estranheza. Não me parece que esta câmara deva...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*



**O Orador:** O Sr. Presidente dá-me licença que eu manifeste a minha estranheza por este facto? Efectivamente, não quer dizer que tenha razão, mas lá que é estranho, é, que nem uma única associação de pescadores, nem de produtores, se tenha pronunciado sobre esta matéria!

**Deputado José Lima (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** Não é verdade? Pronto, então, depois dir-me-ão quais foram as associações que se pronunciaram. Depois, então, responderei às questões e a alguns esclarecimentos que me colocarem. Mas, da avaliação que fiz do procedimento, parece-me que não há e isso é manifestamente estranho. Devia ter-se procurado o envolvimento das associações do sector, sob pena de esta câmara estar a legislar, de facto, de costas voltadas para o sector, o que me parece um profundo...

**Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Não é verdade!

**O Orador:** Pronto, está bem! Eu vou olhar para o não. Mas, para já, é isto que me parece!

**Deputado José Lima (PS):** O senhor olhe para a frente.

**O Orador:** Para já, é isto que me parece e, portanto, este diploma não pode merecer o apoio da Representação Parlamentar do PCP.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** O senhor nem sequer olhou para o diploma.

**O Orador:** Sr. Presidente, eu só disse que não merecia o apoio!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

**(\* Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, como é hábito.

Este documento hoje em apreciação tem o mérito de condensar muita da legislação dispersa, o que, por si só, é da maior importância para quem opera nesta área económica. Para além disso, cria situações de enquadramento específicas para quem vive desta actividade na região e vem de encontro a parte das suas expectativas.

Porém, alguns aspectos, em nossa opinião, carecem de uma maior transparência quanto ao poder discricionário e o incentivo a práticas de pesca ecologicamente sustentáveis. Tendo em conta estas preocupações, apresentámos um grupo de propostas de alteração que, no nosso entender, complementam e valorizam este diploma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Subsecretário Regional das Pescas, tem a palavra.

**(\* Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Relativamente aos pareceres da Associação, eu queria clarificar uma situação. Este diploma foi debatido durante um dia inteiro com todas as associações de pesca dos Açores, as quais produziram um parecer relativamente ao diploma, que entregaram ao Governo e que foi entregue à Assembleia, no qual foram introduzidas alterações à versão inicial.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Está a ver?

**O Orador:** Está a ver? Portanto, existe o diploma...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Não, não!

**O Orador:** Não, mas está errado, o Sr. Deputado está perfeitamente errado. Posso enviar-lhe por *e-mail* daqui a cinco minutos o diploma produzido pela Federação das Pescas dos Açores, o parecer. Por outro lado, quero dizer-lhe que, nas alterações que foram introduzidas no diploma com os pareceres de todas as associações da pesca, os pareceres tinham na sua maioria bastante razão e melhoraram francamente o diploma.

Posto esta clarificação de que, de facto, este diploma teve a total colaboração e a total aprovação das associações de pesca, queria tentar falar sobre algumas questões que foram postas.

No que respeita à formação, a formação no âmbito das ciências e tecnologias náuticas segue o modelo que existe. Quando é uma formação apenas no âmbito técnico, segue a formação técnica da pesca. Quando introduz as questões relacionadas com a educação ou a parte profissional, para além da formação da parte da pesca, tem a ver com a Secretaria da Educação, a Secretaria que tem a

tutela da formação profissional, aliás como está no próprio artigo 160.º. Mas é um modelo que existe até na agricultura regional e em outras áreas. Há áreas específicas que são directamente resolvidas pelo órgão da tutela, e há áreas mais gerais e que se inserem no sistema educativo, que tem a tutela da Secretaria da Educação e Formação Profissional.

No que respeita ao contrato individual de trabalho, pois o contrato individual de trabalho está inserido num diploma específico, é um modelo que está bem definido e que achámos que deveria continuar.

No que respeita à fiscalização, eu queria reafirmar que este diploma já trata, e trata exactamente da mesma maneira, as questões da fiscalização dos dois diplomas que aprovaram, quer a pesca lúdica na região, quer até a pesca de turismo. Portanto, é um modelo exactamente igual e segue também aquela que é a directiva do decreto-lei nacional que dá competências aos órgãos regionais para adaptarem todas as situações no que respeita às actividades da Inspeção Regional das Pescas.

No que respeita aos comentários do Representante do PPM, a gestão posso dizer-lhe que tem sido racional. A gestão tem sido tão racional que nós acabámos por introduzir na região medidas de gestão de protecção dos nossos recursos, nas mais diversas artes. Banimos das nossas águas as artes de arrasto e as redes de profundidade e, colaborando com as associações e com o Departamento de Oceanografia e Pescas, temos tido medidas que cada vez promovem um melhor ordenamento e uma melhor gestão da pesca. Eu diria que este diploma até condensa dois diplomas nacionais, um diploma que é um decreto-lei e um diploma que é um decreto regulamentar. Nós trouxemos ao Parlamento medidas que nem sequer a nível nacional foram trazidas ao Parlamento Nacional.

No que respeita às situações em que dizem que manda muitas portarias para posterior regulamentação, bem como as definições de determinadas áreas, eu relembro apenas a questão da regulamentação das artes com anzóis. Relembro até o parecer da própria Federação das Pescas: considerou que não se deviam meter neste diploma algumas das definições, porque nelas havia sempre uma evolução. Foi a própria Federação das Pescas que nos pediu para retirar determinadas

definições deste diploma, para introduzi-las mais tarde nas portarias que regem as artes de pesca.

Seria tudo, na questão de que queria falar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de responder ao Sr. Deputado do PCP e ao Sr. Deputado do PSD, relativamente aos trabalhos da Comissão de Economia e ao trabalho que qualquer deputado deve fazer quanto ao relatório emanado por esta comissão. No relatório da comissão diz claramente que este diploma foi sujeito a audição prévia, o que quer dizer que todas as entidades, quer as que empregam, quer as que trabalham no sector da pesca, tiveram trinta dias para se pronunciarem, por sua iniciativa. A pedido do Parlamento Regional...

**Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Tinha de ser às nossas custas!

**O Orador:** ... às nossas custas, foi publicado nos jornais de maior referência na região, durante dois dias, que este diploma estava em audição. Às nossas custas, do Parlamento, no sentido que o Sr. Deputado perceberá. Se tivesse de pagar aquelas avenças, quanto custa?

Feito este trabalho de audição pela comissão, entendeu a comissão, por nenhuma entidade se ter pronunciado à mesma, por sua iniciativa, solicitar à Federação das Pescas e ao Sindicato Livre dos Pescadores o seu parecer. Eu, pessoalmente, falei com o Sr. Luís Carlos Bruno, do Sindicato, encarecidamente para que viesse o seu parecer e chegou cá. Ao Sr. Presidente da Federação das Pescas, eu tive o cuidado de, numa reunião mais partidária com o Sr. José Gaspar e o Sr. Presidente da Federação, na delegação de Ponta Delgada, encarecidamente ter pedido o parecer da Federação das Pescas. Ele reuniu com a Federação e teve uma reunião na qual eu pedi, algumas associações foram porta-vozes, para a Federação, os seus pareceres.

Não é ao Sr. Presidente da Comissão de Economia, não é aos deputados desta casa que fazem parte da comissão, que o senhor deve pedir esse parecer. O parecer foi pedido...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Mas por que não há parecer?

**O Orador:** Sr. Deputado, a comissão encetou todos os esforços, pessoais, até, de contactos pessoais e escritos para a respectiva Federação. Se a Federação...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Onde está o parecer? Não há! Não me está a dar novidade nenhuma. Isso sabia eu!

**Presidente:** Sr. Deputado José Rego, faça o favor de continuar.

**O Orador:** Posso continuar?

**Presidente:** Pode, sim senhor.

**O Orador:** Sr. Deputado do PCP, nos diversos diplomas, nesta casa ou em qualquer parlamento, há uma atitude a tomar, algumas legais e outras por conveniência, de pedir os pareceres. Agora, não pode exigir aos deputados de qualquer partido ou de uma comissão que apresentem pareceres que uma entidade entendeu não transmitir! É a esta entidade que o senhor deve passar essa mensagem e não aos Srs. Deputados, e exigir nesta casa os respectivos pareceres!

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Este diploma esteve na comissão trinta dias; foi pedida a prorrogação do prazo, ao Sr. Presidente da Assembleia, por mais trinta dias. Foi pedido por escrito à dita cuja Federação o respectivo parecer e ela entendeu não o dar. Também tinha o direito, se assim o entendesse, de não o dar! Aí, respeitamos a Federação das Pescas e não temos qualquer comentário a fazer.

Quem cala, consente e, portanto, é isso que nós temos a dizer relativamente a esta matéria, bem como para o PSD, que também trouxe esse recado aqui a esta casa. O Sr. Deputado António Pedro também deve saber o que é a audiência prévia. Por delicadeza, nós entendemos pedir por escrito, em comissão; isso foi feito e a Federação não quis. O problema é da Federação. Para nós era importante, como comissão e, por ser importante, deliberámos isso em comissão. Para nós, era uma ajuda para o diploma.

Relativamente a questões que foram colocadas aqui, o Sr. Secretário já lhes respondeu, na maioria. Todavia, relativamente à descrição e a ditaduras do executivo, nós não aceitamos esse tipo de linguagem. É claro que este diploma tem um conjunto de portarias. Poderia estar dito, num só artigo, que um conjunto de matérias seria sujeito a portaria e nem sequer teríamos a noção de que havia tantas portarias quantas as que estão aqui ditas. O artigo 7.º diz: “um conjunto de áreas também serão definidas por portaria” e este artigo 7.º já abrangia. Todavia, como ao longo do diploma são abordadas várias temáticas que estão incluídas no artigo 7.º, que é enquadrador, quando elas são tratadas é referenciada mais uma portaria, mais outra e mais outra, o que, ao fim e ao cabo, poderia estar só no artigo 7.º. Todavia, é lembrado ao longo do diploma que estas matérias seriam feitas.

Mas ainda vou comentar, Sr. Deputado: não é simples e não é simplista aquilo que se diz aqui, relativamente ao que o Governo vai fazer por portaria. O Governo vai fazer por portaria, desde que haja condições de que está devidamente enquadrado quando é que o Governo poderá alterar alguma substância relativamente ao domínio das pescas. Se houver, tem de ter em conta sempre a dependência socioeconómica da pesca das comunidades costeiras a nível local e regional; tem de ter sempre o objectivo da sustentabilidade a médio e a longo prazo das pescas; e outros itens que aqui estão. Portanto, aquilo que o senhor diz não tem qualquer fundamento.

Como o senhor diz, da mesma maneira, que este Governo está a matar a galinha dos ovos de ouro. Não: este Governo está a proteger as pescas dos Açores! Antes de este Governo chegar, Sr. Deputado, as portarias eram muito mais liberais no domínio da pesca! Se o senhor vir, hoje, e no caso do palanque que vai ser discutido mais logo, o que tem sido feito é tentar minorar os efeitos do esforço de pesca em determinadas zonas nos Açores, não é delapidar os nossos recursos. É, com sustentabilidade, com os pareceres científicos do DOP, muitas vezes, melhorar sempre para aumentar a sustentabilidade das pescas e do futuro deste sector nos Açores.

**Vozes de deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra, para uma segunda intervenção.

**(\*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve nesta segunda intervenção, porque efectivamente o Sr. Deputado do Partido Comunista fez aqui uma afirmação em que acusou o CDS de ter uma visão simplista sobre a questão da Federação e sobre a problemática que aqui levantei em relação à não colaboração da Federação de Pescas dos Açores. Ainda por cima, deu-se ao desplante, digamos assim, de falar em nome da Federação de Pescas dos Açores. Que eu saiba, não tem competência para vir aqui falar na justificação para a Federação de Pescas dos Açores não ter dado o seu parecer.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu falo daquilo que muito bem entender, o senhor faça a gestão do seu discurso!

**O Orador:** Aliás, como o Sr. Deputado José Rego, Presidente da Comissão de Economia, muito bem disse, se tivesse lido o relatório, de certeza que tinha percebido todo o enquadramento da questão e o porquê de, efectivamente, essas entidades não terem dado os seus pareceres.

Só gostaria de deixar aqui, de facto, esta nota final, lamentável, de tristeza e de incompreensão pelo facto de a Federação de Pescas dos Açores ter trabalhado com o Governo e não ter querido trabalhar com a Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Isto tem de ser deixado aqui como registo. Esperemos que, no futuro, tal não volte a acontecer.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

**(\*) Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Rego, Sr. Presidente da Comissão, eu reafirmo que, na verdade, o Sr. Presidente fez *démarches* no sentido de que algumas entidades pudessem dar o seu parecer, instando a que respondessem mesmo depois do tempo que lhes tinha

sido reservado. No entanto, a questão que levantei, sobretudo, foi com as autoridades marítimas e representativas das autoridades portuárias, que não foram ouvidas na comissão. Acho que se devia fazer uma audição presencial, porque, assim sendo, seria muito mais fácil aparecerem e darem o seu contributo para valorizar este diploma.

Da análise de todas estas questões, eu gostaria de não deixar de referir uma questão que para nós, para o Grupo Parlamentar do PSD, é extremamente importante. Diz respeito à transparência administrativa na atribuição dos incentivos públicos individuais e regimes de incentivos no sector das pescas e aquicultura, quer sejam no âmbito de programas e fundos comunitários, quer sejam no âmbito do plano de investimentos da Região. O Membro do Governo Regional responsável pelas pescas fica com uma ampla margem discricionária e com poder de atribuição de apoios, pois o artigo 204.º desta proposta prevê que a atribuição dos incentivos para a pesca se faça por resolução ou portaria. Ora, no entender do Grupo Parlamentar do PSD, a definição global estabelecendo a natureza e as condições dos incentivos para a pesca deveria constar de um acto legislativo, e caber ao Governo Regional apenas a regulamentação e atribuição.

Eu queria reafirmar que este é um diploma bastante positivo e só peca por ter vindo agora, porque era necessário, há muito tempo, que aparecesse. Como o óptimo é inimigo do bom, preferíamos, de facto, e temos de aprovar exactamente esta proposta, porque na verdade reconhecemos que há muitos investimentos que estão a ser feitos desde 1976 em termos das pescas, quer seja em equipamentos, quer seja na formação, nalguma formação, quer seja na frota, mas o que achamos é que este quadro legal de pescas é, de facto, bem vindo e será mais um instrumento para se procurar desenvolver o sector das pescas.

No entanto, consideramo-lo um cheque em branco ao Sr. Subsecretário Regional. Esperamos que, com a nossa assinatura, seja bem utilizado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma segunda intervenção.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado José do Rego, eu possivelmente fiz-me entender mal. Eu não coloquei em causa o trabalho da comissão, não o fiz e quero dizer-lhe, Sr. Deputado e Sr. Presidente da Comissão de Economia, que respeito muito o trabalho que V. Exa. desenvolve na comissão a que preside. Portanto, eu não o pus em causa. Eventualmente, posso ter-me feito entender mal.

A questão, a constatação, a estranheza é esta: o único parecer que está no relatório é do Sindicato!

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Então já há um. Ainda agora não havia nenhum.

**O Orador**: Mais: não coloquei em causa, sequer, que não tivesse cumprido o seu dever. Agora, a questão – e isto é de facto estranho – é que as associações e a Federação não tenham emitido parecer!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador**: Sr. Deputado, está bem, mas eu acho que tenho toda a legitimidade para manifestar esta estranheza! E gostaria de perceber por que é que as associações e a federação não emitiram um parecer!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador**: Sr. Deputado, está bem, mas eu tenho toda a legitimidade para manifestar essa estranheza! E mais: estar a dar aval a um diploma desta natureza, com este alcance, sem ter conhecimento de qual é a posição dos parceiros é, para mim, muito difícil!

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** E passei, Sr. Presidente! Exactamente por isso! Passei, perguntei e pedi opinião e é exactamente por isso, porque percorro esta região toda, porque falo com as associações de pescadores, porque falo com os comerciantes e porque faço isso, é que não estou em condições de dar aval a este diploma! Porque o descontentamento que há, a opinião que há sobre ele, não é consensual.

*(Apartes inaudíveis das bancadas do PS e Governo)*

**O Orador:** Não é verdade? É verdade! Os Srs. Deputados limitam-se à fronteira da vossa ilha, eu percorro toda a região e falo com toda a gente. Portanto, vão desculpar-me, mas há manifestações de interesses completamente diferentes relativamente àquilo que aqui estão a propor. E isto não foi sujeito a um debate público consistente, que reunisse o máximo de consenso possível à volta de um diploma desta natureza e que, quero dizer, é importante pela abrangência que pretende dar.

**Deputado José Lima (PS):** O senhor não falou com uma associação que fosse!

**O Orador:** Não é verdade, Sr. Deputado, não é verdade! Falei com a Federação, falei com a Associação de Pescadores...

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Por favor, não entrem em diálogo. Faça o favor de continuar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Portanto, a questão que coloco é esta: eu não estou em condições de dar aval a um diploma que não tem contributos e não tem pareceres dos diferentes parceiros do sector.

**Deputado José Lima (PS):** Enviaram pareceres para a Federação das Pescas.

**O Orador:** Apenas tem um do Sindicato...

**Deputado José Lima (PS):** Não é um, há mais do que um.

**O Orador:** ...no qual, relativamente ao parecer, uma das grandes questões não é devidamente atendida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma segunda intervenção, tem a palavra.

**(\* Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José do Rego, quando há pouco falei de ditadura do executivo, isto é um conceito que não fui eu que criei. Utilizei-o no sentido, de facto, de vivermos, do ponto de vista estatutário, teoricamente num sistema parlamentar forte ou com um Parlamento forte e depois, na prática, termos um executivo muito forte que se sobrepõe ao Parlamento; foi neste sentido, que se sobrepõe do ponto de vista da condução política. Obviamente que também ajuda a isso o facto de ter uma maioria absoluta. Se não tivesse a maioria absoluta...

*(Aparte inaudível da câmara)*

**O Orador:** Não, foi-me colocada a questão, posso responder? Se me for permitido...

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Pode, mas são permitidos os apartes.

**O Orador:** Muito obrigado.

Portanto, foi nesse sentido que eu falei da ditadura do executivo.

Depois, quero dizer-lhe o seguinte: também tenho a certeza absoluta, Sr. Deputado José do Rego, que se estivesse deste lado faria exactamente a mesma crítica que a oposição está a fazer neste momento. Há uma excessiva utilização da figura da regulamentação neste diploma e eu tenho a certeza que faria exactamente a mesma crítica se estivesse deste lado, como vai estar a partir de 2012. E, provavelmente, nós vamos poder assistir a esta história ao contrário. Portanto, é uma crítica consistente, pois o que é que nós temos?

Depois, o Sr. Deputado pergunta-me: “Bom, mas vamos discutir, na prática, o diploma?” Pois, é evidente, vamos discutir quando pudermos discutir as questões e

as alterações que serão propostas pelas diversas forças políticas. Porque, agora, o que nós temos é um documento que tem uma série de ideias genéricas, com as quais eu já lhe disse que estou de acordo. Mas, como alguém disse neste Parlamento, eu não posso passar um cheque em branco, porque não sei o que aí vem nas portarias! E são muitas, e são sobre matérias essenciais, que ficam por definir e por discutir neste Parlamento! Pronto, a crítica é, evidentemente, esta.

A terceira questão que lhe coloquei tem a ver com o passado da governação socialista neste sector. É evidente que modernizou a frota, é uma verdade, mas essa modernização da frota e a melhoria das capacidades da mesma fizeram com que a capacidade de captura tivesse aumentado exponencialmente. E, de facto, isso começa a ser um problema grave neste sector. Não sou eu que o digo, é perguntar a qualquer pescador das nossas ilhas se há peixe, não há! Portanto, há uma enorme dificuldade nesta área, porque tivemos anos e anos de capturas excessivas, que colocaram em perigo e provocaram rupturas biológicas importantes! Isto é um facto!

O Sr. Deputado diz: “Mas nós estamos a agir agora em relação a isso”. Estão, muito lentamente, mas evidentemente que muito do mal está feito. E essa crítica, que é uma crítica em relação à gestão e à condução política deste sector, eu tinha de a deixar aqui! Os senhores não o consideram, acham que a crítica que eu estou a fazer não é racional ou que não tenho razão. Eu acho que tenho razão e, mais do que isso, é fundamentada em muitos estudos académicos que são conhecidos por todos e os senhores também os conhecem.

Muito obrigado.

**Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Nomeadamente...

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Proposta técnico-científica de 2002.

**Presidente**: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas, para esclarecimentos.

**(\*) Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu só queria esclarecer que, no dia 4 de Outubro, a Federação das Pescas, que integra as associações das ilhas dos Açores, nos enviou o parecer de um diploma que foi trabalhado com eles.

Relativamente à matéria de não haver peixe, pois o que existe, de facto, é uma diminuição dos recursos demersais tradicionais, mas existem recursos de profundidade ainda não explorados comercialmente. Se nós compararmos a nossa plataforma com a plataforma, por exemplo, da Madeira, aqui verifica-se que existe uma pesca de espécies de profundidade que nós temos cá, perto da costa, e que não está a ser explorada comercialmente, ainda, pelos nossos pescadores, porque consideram que os recursos demersais tradicionais ainda estão em quantidade suficiente para serem explorados, com menos trabalhos e com mais rendimentos. É errado dizer que nós não temos peixe, porque nós temos peixe. Temos peixe a diversos estratos e existe sempre uma reserva de pesca de espécies de grande profundidade que pode ser explorada pela nossa frota.

O que nós fizemos foi modernizar e renovar a frota, tornando-a mais segura e mais apelativa para os nossos homens do mar, porque nós não poderíamos parar a frota e dizer: “Daqui a dez, quinze anos, está a frota toda podre, está a frota toda estragada”. Nós temos de modernizar a frota, porque as embarcações que estão no mar estão num ambiente mais hostil, em que se degradam muito facilmente, e nós temos de dar condições de trabalho mais dignas e com mais segurança aos nossos pescadores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado José Rego, tem a palavra, para uma segunda intervenção.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu queria encerrar este assunto com o Sr. Deputado do PCP. É o seguinte, Sr. Deputado Aníbal: “eu percorro, eu falo, eu aconteço”, isso todos nós fazemos, os deputados desta casa, o senhor não é o único. Eu dei-lhe o exemplo claro de que, como Deputado do Partido Socialista, mais o Sr. Deputado José Gaspar, tinha reunido com o Sr. Presidente da Federação das Pescas sobre este diploma. Tive uma reunião partidária sobre este diploma.

O senhor teve o tempo todo do mundo, cerca de dois a três meses, para, sobre este diploma, também ouvir as pessoas que bem entendesse. É com muita pena nossa que o senhor, sobre esta matéria, não se queira pronunciar. É a falta de trabalho sobre este diploma que leva a que o senhor não se queira pronunciar, não é a falta da pronúncia das entidades, porque, pela Comissão de Economia, têm passado muitos diplomas para os quais têm sido pedidos pareceres a diversas entidades sem essas entidades os terem dado, e o senhor tem votado nesta casa, favoravelmente ou contra, os diplomas. Portanto, neste não se quer pronunciar. É com pena nossa que, num diploma enquadrador para os Açores, numa matéria muito importante, o senhor não se queira pronunciar. Portanto, era isto o que eu queria dizer. Teve o tempo todo deste mundo para fazê-lo, é pena que não o tenha feito.

Relativamente ao Sr. Deputado do PPM, Paulo Estêvão, o Governo também tem funções de regulamentação e ao Governo devem ser dadas essas funções. O senhor pode considerar que está exagerado, pode estar exagerado, mas o Governo também tem essas funções e deve exercê-las quando for necessário. Portanto, não tem de pôr em causa a tal ditadura deste Governo. O Governo há-de exercer as funções para as quais também tem os seus direitos, como o direito da regulamentação.

Sobre esta matéria, acho que está dito, por agora.

**Presidente:** O Sr. Deputado Aníbal Pires estava a pedir a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para a defesa da honra, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, três minutos, Sr. Deputado.

**(\* Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É grande o respeito que nutro por V. Exa., Sr. Deputado José do Rego, mas não lhe posso admitir a afirmação de que eu não trabalho!

**Deputado José Rego (PS):** Neste diploma.

**O Orador:** Não lhe posso admitir essa afirmação! O senhor não sabe com quantos pescadores e com quantas associações de pescadores eu reuni, e se reuni ou não com a Federação de Pescas, no âmbito público ou no âmbito partidário! Portanto, não lhe admito que o senhor faça essa afirmação aqui no Plenário e que diga que

eu não trabalho! Aliás, eu não tenho estado a fazer outra coisa senão a pronunciar-me sobre o diploma!

**Deputado José Rego (PS):** Até agora, ainda não disse nada.

**O Orador:** Pronunciei-me, sim senhor!

Nós estamos a fazer uma discussão na generalidade, não estamos a fazer uma discussão na especialidade.

Portanto, não lhe admito que o senhor diga isso, que faça essas afirmações, por muito respeito que lhe tenha! Percebeu, Sr. Deputado?

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado Aníbal Pires?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Uma interpelação, Sr. Presidente: um intervalo regimental de quinze minutos.

**Presidente:** É regimental, efectivamente, Sr. Deputado.

Regressamos às 19 horas e 05 minutos.

*(Eram 18 horas e 50 minutos)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeceia que retomassem os vossos lugares, para podermos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 19 horas e 10 minutos)*

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Tenho inscrito o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Faça o favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

**(\* Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como se sabe, a partir de agora, com a aprovação deste quadro de pescas, os pescadores dos Açores terão acesso à cédula marítima, mas poderão não ser reconhecidos no continente, pelo facto de no continente ser exigido um nível de formação superior aos Açores. Eu pergunto ao Sr. Subsecretário Regional: como vai ser, como se vai resolver no futuro? Se há pescadores a serem discriminados

por essa via, o nível de habilitação aqui sendo inferior, temo que os nossos pescadores possam não ser reconhecidos a nível dos Açores.

Certamente que o Sr. Subsecretário deve ter uma solução para esta questão. Gostaríamos que clarificasse nesta casa uma situação que nos preocupa e que preocupa os pescadores. Ficamos, então, a aguardar a sua explicação, para sabermos se, de facto, podemos ficar ou não descansados nesta matéria.

**Presidente:** Sr. Subsecretário Regional das Pescas, tem a palavra, para esclarecimentos.

**(\* Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado do PSD, acho que ela não faz sentido nenhum. E não faz sentido nenhum, por duas ordens de razão:

A primeira é que a formação nos Açores é exactamente igual, se não superior, à que existe no continente. Ou seja, nós damos cursos e damos mais cursos do que a escola de formação, neste momento, no continente. Temos uma tradição de formação profissional na área técnica, no que toca aos cursos de pescador, de arrasto de pesca local e de arrais, superior à do continente. E os nossos marítimos saem perfeitamente preparados e são perfeitamente reconhecidos a nível nacional. A partir do momento em que o marítimo é reconhecido a nível nacional e é inscrito marítimo, entra numa situação relacionada com a inscrição marítima numa determinada capitania.

Mas eu queria reportar ao Sr. Deputado que nós estamos aqui a resolver o problema da frota de pesca dos Açores. Estamos a resolver o problema dos marítimos açorianos que desenvolvem a sua actividade no mar dos Açores, não estamos a resolver o problema da frota continental de pesca. Nós estamos a encontrar instrumentos que permitam uma agilização, uma melhoria na formação e uma actividade marítima que permita o desenvolvimento de uma actividade económica do mar, com menos constrangimentos de ordem burocrática. Nesse sentido, diria que o Sr. Deputado não tem de se preocupar, porque a formação nos Açores é de grande qualidade, a formação marítima dos Açores é uma formação que obedece a todos os padrões.



Aliás, todos os cursos dos Açores estão reconhecidos pelo IPTM. Portanto, aqui existe uma carteira de formadores dos Açores totalmente certificados. Uma vez obtida a inscrição marítima, que acaba por ser numa entidade nacional, de acordo com a legislação em vigor, é possível, depois, haver uma transferência de capitania no país.

Muito obrigado.

**Presidente:** O Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra, para esclarecimentos.

**(\*) Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este processo, de facto, é um processo espúrio e eu gostaria de tentar perceber melhor e clarificar aqui uma situação.

De facto, deu há pouco entrada no meu *e-mail* um parecer da Federação de Pescas, com data de 4 de Outubro de 2009, numa fase em que o diploma estava a ser construído e com o envolvimento por parte da tutela e da Federação de Pescas na construção deste diploma, mas este parecer não está na posse dos deputados.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**O Orador:** Aliás, se me derem licença... Srs. Deputados, dêem-me licença!

Congratulo-me que o Sr. Subsecretário tenha envolvido a Federação na fase de construção; é perfeitamente correcto, acho bem, louvo essa iniciativa. Agora, já foi dito aqui e há pouco fui acusado, enfim, de várias coisas e de não conhecer o parecer, mas parece-me que, oficialmente, ninguém conhece este parecer, que é um parecer da fase de construção do projecto e não uma pronúncia sobre o projecto final que nós hoje estamos a apreciar.

A verdade é que este projecto deu entrada a 4 de Março, todas as associações e a Federação, todos os parceiros, tiveram oportunidade de se pronunciar e não se pronunciaram, é um facto. A Assembleia não é responsável por isso. Eu manifestei a minha estranheza relativamente a esse facto. Depois, os Srs. Deputados entraram num histerismo completo, fazendo-me aqui acusações que eu acho que não deviam ter feito, aliás, como há pouco manifestei. Até porque, ainda na semana passada,

aqui no Faial, estive reunido com uma associação de produtores, para além de outras reuniões que tenho feito por esta região toda. Portanto, sei daquilo que estou a falar.

Agora, para que fique claro, não há, efectivamente, nenhum parecer. O parecer que existe da Federação de Pescas é um parecer que foi dado na fase da elaboração do projecto, para que fique claro. E a pergunta é: algum dos Srs. Deputados conhece esse parecer?

**Presidente:** Sr. Deputado Aníbal Pires, terminou o seu tempo.

**O Orador:** Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa, para esclarecimentos.

**(\* Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário, eu não fiquei esclarecido com a sua resposta, na medida em que, como sabemos, para ter acesso ao início da actividade de pesca não é necessária escolaridade obrigatória, para se ter acesso à profissão. Como sabe, no continente um indivíduo tem de ter um curso de formação para pescador, enquanto aqui um indivíduo tem de ter um curso de preparação para pescador.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** É a mesma coisa.

**O Orador:** Nesse sentido e nestes casos apenas, gostaria de saber se esses pescadores serão ou não prejudicados se quiserem fazer transferência das suas cédulas para outros portos do continente, que não dos Açores. É este o esclarecimento que gostaria de ter da parte do Sr. Subsecretário Regional.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

**(\* Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Acho que o Sr. Deputado está a fazer uma confusão entre a categoria de marinheiro pescador e pescador. Aquilo de que estamos aqui a falar é da categoria de marinheiro pescador, que no continente tem acesso a uma determinada categoria profissional. Nos Açores, nós consideramos que, quer o pescador, quer o marinheiro pescador, podiam exercer as mesmas funções, porque o que está aqui

em causa é a questão de saberem estar no mar e terem conhecimento de estar no mar.

A grande diferença que existe entre o RIM regional e o RIM nacional é que no RIM nacional não se permite que um pescador possa exercer a actividade ao leme de uma embarcação, possa pertencer ao barco, mas esse pescador sabe tão bem ou melhor do que um marinheiro pescador exercer essa actividade. Foi introduzida uma situação burocrática, normalmente feita por quem anda à secretária e que, se calhar, não anda no mar, que causou dificuldades a quem quer exercer actividade de mar.

Com esta questão que nós introduzimos, de pôr o pescador que tem a sua cédula de pescador a poder exercer as mesmas funções, obviamente não está em funções de comando, porque está enquadrado por alguém que é arrais de pesca, ou mestre costeiro ou contramestre. Portanto, diria que este regime é um regime em que nós lideramos. Andamos à frente daquilo que os pescadores do continente pretendem, porque acham que o que está aqui em causa é que – portanto, da mesma maneira que um carpinteiro exerce a sua profissão tendo a 4ª classe ou não a tendo, tendo o 6.º, o 11.º ano ou o curso superior, da mesma maneira que um carpinteiro tem direito a exercer a sua profissão – quem anda no mar, quem tem um curso que lhe dá capacidades tecnológicas e marítimas, quem sabe nadar e tem capacidades para andar no mar, não pode ter instrumentos muito mais rigorosos e que limitam a actividade e o desenvolvimento das actividades marítimas na região e no país, por via de questões burocráticas que, muitas vezes, são feitas por quem nunca andou no mar.

Muito obrigado.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Estamos à frente, mas o que vai acontecer a essa gente?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos entrar no debate na especialidade e, ao que me consta, há um conjunto de alterações, apresentadas pela Comissão de Economia, que foram subscritas pelo Partido Socialista, pelo Partido Popular Monárquico, pelo BE e pelo CDS/PP, se não estou em erro.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Comissão de Economia, o Partido Socialista foi portador de trinta ou mais propostas de alteração a este diploma, o que prova a não domesticação face ao Governo. Portanto, entendeu este Grupo Parlamentar que havia que melhorar o diploma em algumas matérias, explicitar algumas matérias, e foi isso que fez. Com muito gosto, foram subscritas por unanimidade por todos os partidos que acharam que as propostas melhoravam o diploma. Portanto, louvo os outros partidos por terem aceite as propostas do Partido Socialista, o tal partido que suporta o Governo mas que, quando entende rectificar coisas do Governo, também as rectifica.

As propostas para os artigos 7.º e 42.º têm a ver com matérias relacionadas com o acordo que o Governo deve fazer com o Governo central, em termos de matéria partilhada no domínio das pescas. Esse acordo deve ser entre entidades e não entre um membro do Governo e o órgão nacional. Portanto, será o órgão regional representativo das pescas e o órgão nacional sobre a mesma matéria.

Depois, relativamente ao artigo 9.º, há um conjunto de três propostas de alteração que estavam sujeitas, essencialmente, às embarcações de pesca, só que este diploma não abrange as embarcações de pesca, abrange outro tipo de embarcações, como as embarcações de pesca lúdica e outras artes, como os apanhadores, etc., e deve ficar só o conceito de embarcações regionais e não as embarcações de pesca, porque não é só para elas.

Relativamente ao artigo 24.º, a Comissão, com a colaboração dos outros partidos, melhorou a redacção que era dada em relação a proibir o exercício da pesca em áreas onde é possível a navegação e, portanto, onde é proibido exercer a pesca em áreas que possam causar prejuízos à navegação.

Depois, relativamente a um conjunto de artigos, principalmente a partir do 29.º, havia uma questão que tem a ver com as funções dos vários embarcações que são tratados neste diploma. Teve de ser rectificado, porque havia uma preposição “também”, que queria dizer que “também poderia exercer aquelas funções”, quando eram as funções principais deles. Portanto, a alteração a um conjunto de artigos é só tirar a preposição “também”, não mais do que isso.

Outras alterações simples que aqui estão têm a ver com uma rectificação de um diploma que não era a mais correcta. Chamo a atenção para o artigo 181.º, que é eliminado, que tem a ver com a legislação subsidiária. O artigo 209.º também trata sobre essa matéria, havia dois artigos a tratar sobre a legislação subsidiária. É eliminado, portanto, o artigo 181.º.

No geral, e como em Comissão estava representada a maioria dos partidos, julgo que estas propostas ou a maneira como as tentei justificar está feita. Julgo que posso propor ao Sr. Presidente que elas sejam votadas de uma só vez, dado que houve unanimidade na própria Comissão.

**Presidente:** Exactamente, era o que eu ia propor, Sr. Deputado.

Se não houver oposição da câmara e atenta a unanimidade verificada em comissão, ponho à votação em bloco todas as alterações advindas da respectiva Comissão de Economia.

Parece que há acordo. Vamos, então, votar em bloco este conjunto de alterações.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos agora aos artigos do diploma.

Os artigos 1.º a 5.º não têm qualquer proposta de alteração. Se não houvesse oposição da câmara, eu colocá-los-ia à votação conjuntamente. Vamos então votá-los conjuntamente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Para o n.º 2 do artigo 6.º há uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 16 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 6.º da Proposta, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Passamos agora para o artigo 7.º, onde há uma proposta de alteração do PPM, que introduz um novo n.º 2, renumerando o anterior n.º 2 para n.º 3.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça o favor, tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A opção do Governo em deixar grande parte destas matérias para regulamentação futura criou-me aqui um problema de contexto em relação à formulação desta pretensão do Partido Popular Monárquico. Portanto, concedo que a contextualização acaba por ser difícil.

No entanto, do ponto de vista daquilo que é o conteúdo, é fácil de explicar. É baseado numa proposta técnico-científica de gestão da envolvente marinha do Corvo, um documento preparado no âmbito do projecto MARÉ, do ano 2002. É evidente que os senhores podem dizer que tem oito anos e, portanto, pode já estar desactualizado nalguns dos seus pressupostos. Eu penso que está desactualizado para pior, no sentido em que nós tínhamos, na década de 90, na Ilha do Corvo, apenas três embarcações e agora temos onze. Portanto, nesse sentido, o problema agravou-se.

Neste estudo já se denunciava aquilo que eram alguns desequilíbrios que começavam a ser visíveis em relação às reservas existentes à volta da ilha e eram propostas três coisas: a criação de uma área protegida, que abrangesse toda a área em redor da ilha; propunha-se que essa zona de protecção deveria ter três milhas, uma zona de três milhas em redor da ilha; e também que fosse restringida a pesca apenas às embarcações locais, para não colocar em causa os recursos locais da Ilha do Corvo.

Como vos digo, isto foi feito no contexto em que existia apenas uma escoação de três embarcações. Neste momento, no Grupo Ocidental, temos quarenta e quatro embarcações de pesca, ou seja, onze na Ilha do Corvo e trinta e três nas Flores. A dificuldade, do ponto de vista técnico, é esta: as embarcações acabam por estar todas registadas no porto de pesca de Santa Cruz das Flores, e portanto este conjunto de quarenta e quatro embarcações pode desenvolver a sua actividade de pesca.

A proposta do PPM vai no sentido de restringir essa actividade de pesca apenas às embarcações da Ilha do Corvo, aquelas que estão baseadas no núcleo de pesca

dessa ilha, e que por sua vez também estão registadas no porto de pesca de Santa Cruz das Flores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista não poderá votar favoravelmente a proposta apresentada pelo PPM, porque esta proposta peca pelo seguinte: acaba por criar para a Ilha do Corvo quase um quintal que é só para os corvinos. O mesmo aconteceria com a Graciosa, São Jorge ou qualquer ilha que quisesse tratar da mesma matéria. Não deve ser visto de uma forma restrita, mas de uma forma global o espaço marítimo dos Açores.

O diploma em si prevê, ao longo de vários artigos, que possa haver restrições, em determinados locais e em determinadas áreas, à actividade da pesca e ela é feita hoje em termos do palanque para determinadas zonas da região, dentro das três, das seis, em determinados aspectos. É tendo um estudo científico do nosso mar e tendo em conta os nossos recursos que este diploma prevê que frotas de outras ilhas possam ir ou não para mares dentro das seis milhas de qualquer ilha. É este o nosso entendimento e, portanto, não podemos dar o parecer favorável.

Ainda mais no caso da Ilha do Corvo, em que as seis milhas entram pelas seis milhas até da própria Ilha das Flores, em alguns sítios. Quando há onze milhas em determinados sítios, os florentinos só poderiam ir até cinco no seu território, porque já estavam dentro das seis milhas da Ilha do Corvo. Portanto, não podemos entender esta matéria desta forma.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, esperando que seja breve.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou, prometo, eternizar esta questão. Só quero dizer ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que esta é uma proposta académica, uma proposta académica feita de acordo com estudos realizados. Tenho aqui um mapa também com esta



restrição e isto tem a ver com a Ilha do Corvo ter características diferentes. Aliás, todas as ilhas nos Açores têm características específicas e portanto, nesse sentido, obviamente temos de encontrar soluções específicas para cada ilha.

A solução que estou a apresentar tem a ver com a extrema vulnerabilidade da zona envolvente, em termos de recursos de pesca. Se o Sr. Deputado e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista consideram que os académicos e os estudos não têm validade, esse será o vosso problema. Em relação aos desequilíbrios que se vierem a verificar no futuro, essa também será, com certeza, a vossa responsabilidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos então votar a proposta de alteração do PPM para o artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 7.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 8.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Temos agora no artigo 9.º uma proposta de alteração do PPM, para a alínea h) do n.º 2 e de eliminação da alínea j) do mesmo n.º 2.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma questão pura e simplesmente de redacção. Nós unificámos duas alíneas, no sentido de unificar a redacção e dar-lhe mais coerência. É, portanto, uma questão de pormenor. Os restantes grupos poderão verificar se faz ou não sentido aquilo que propomos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, requeria à Mesa que a votação das duas propostas para este artigo, para duas alíneas, fosse feita em separado.

O Partido Socialista irá votar favoravelmente a primeira proposta, porque é semelhante. O que está dito para a alínea h) é o mesmo que está na alínea i), que tem a ver com a situação também dos recursos, com as características das pescarias e as especificidades das comunidades piscatórias locais, não pomos em dúvida isso. Agora, a alínea j), que o Sr. Deputado pretende eliminar, não tem nada a ver com a alínea h). A alínea h) fixa os máximos de capturas em dias; a outra fixa o número de dias. Eu num dia posso até pescar muito, pouco, não tem qualquer limite e, portanto, não faz sentido eliminar a alínea proposta, ou seja, a alínea j).

Há na pesca, muitas vezes, a situação de proibir alguns dias, independentemente do volume do pescado. Outra coisa é fixar o limite do pescado. Isto é que está na alínea h).

**Presidente:** Muito bem, vamos então votar separadamente e vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração do PPM para a alínea h) do n.º 2 do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos agora para a votação da proposta do PPM de eliminação da alínea j) do n.º 2 do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A alteração anunciada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 9.º da Proposta, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Os artigos 10.º a 12.º inclusive da Proposta não são objecto de qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara, ponho-os à votação conjuntamente.

Assim sendo, vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** No artigo 13.º temos, para os seus n.ºs 2 e 3, uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 13.º da Proposta, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Os artigos 14.º a 19.º inclusive da Proposta não são objecto de qualquer proposta de alteração. Não havendo oposição da câmara, vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** O BE apresenta igualmente, para o artigo 20.º, uma proposta de alteração, para o seu n.º 3. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vou colocar agora à votação o artigo 20.º da Proposta, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Colocava agora à votação, ou porque não têm propostas de alteração, ou porque têm propostas de alteração advindas da Comissão, que já foram aprovadas, em conjunto, os artigos 21.º a 46.º, inclusive. Não havendo oposição da câmara, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Para o artigo 47.º há uma proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda, que adita um n.º 2, renumerando o anterior corpo do artigo para n.º 1. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vou colocar à votação o artigo 47.º da Proposta, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Colocava agora à votação em conjunto os artigos 48.º a 52.º, inclusive. Ou não têm propostas de alteração, ou têm uma proposta de alteração da Comissão, como é o caso do artigo 50.º. Não havendo oposição da câmara, vou colocá-los à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** O artigo 53.º tem uma proposta de alteração para os seus n.ºs 2 e 3, apresentada pelo PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão aqui tem a ver com a audição das associações representativas da frota das ilhas em causa. Nós o que propomos é que essa audição tenha um carácter vinculativo, ou seja: se a associação estiver de acordo, pois autoriza-se; se a associação não estiver de acordo, não se autoriza. É tão-somente esta proposta, no

sentido de que tem a ver também com a análise que nós fazemos da actual realidade.

Até agora, o que tem acontecido – por exemplo, no grupo ocidental aconteceu e o PPM já tomou por diversas vezes posição em relação a esse assunto e o CDS também – é que estas autorizações têm sido concedidas num quadro que não é fácil de interpretar por parte dos pescadores locais e também por parte do PPM. Sabendo nós que os recursos estão, neste momento, com uma pressão muitíssimo grande no grupo ocidental, mesmo assim, mesmo nestas situações, essas autorizações foram concedidas.

Nesse sentido, de pouco vale esta audição se, depois, a opinião que é veiculada pelos pescadores e pelas associações não tiver qualquer tipo de impacto ou de interesse vinculativo para o Governo Regional.

Portanto, a questão é fácil e não vou alongar-me mais, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta do PPM é semelhante à que foi feita há pouco. Visa, essencialmente, cada ilha definir os seus limites e, portanto, não podemos estar de acordo. Se for ouvida, qualquer associação vai dizer que não e nós não podemos estar de acordo com isso. Tem de haver um acordo entre as várias associações acerca dos domínios da pesca e tem de haver sempre um carácter científico das decisões tomadas pelo Governo. Aí, não é a associação só por si que há-de vincular a decisão do Governo. Há de ser ou o pescado que existe na zona, ou o carácter científico da decisão e não por mera deliberação de uma associação, que diz: “Aqui só pescamos nós, mais ninguém pode vir pescar”.

O Sr. Deputado já ouviu que, junto às nossas costas, dentro das seis milhas, existem recursos que estão disponíveis com artes que não são utilizadas. Portanto, tem de se ver que tipo de autorização se dá e que pescas se vai praticar dentro das seis milhas dessas ilhas.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra, espero que seja breve.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu tenho sido breve, hoje!

A questão tem a ver com o prognóstico do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que diz que as associações vão sempre dizer que não; e que o Governo nunca vai respeitar a sua vontade é o meu prognóstico. Eles vão sempre dizer que não e os senhores vão sempre dizer que sim. Então, para que querem ouvir, para que mantêm esta figura de audição das associações? Se sabem que elas vão dizer que não e já sabem que os senhores vão dizer que sim, está tudo decidido. Então, pura e simplesmente, este artigo não tem razão de aqui estar.

Acho que, de facto, nós temos de fazer um esforço de respeitar. Os açorianos não são egoístas e com certeza que as associações – até porque sabem que, se as associações forem egoístas umas com as outras, isto se transforma num circuito fechado; penso que temos de acreditar que as pessoas, de facto, estão a trabalhar em conjunto e – a posição que vão veicular é uma posição que será ajustada à realidade e, portanto, não terá a ver com um conceito egoísta.

Eu acredito que as opiniões das associações são importantes e, por isso, devem ser vinculativas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas, para participar no debate.

**(\*) Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era só para dizer que já existe, por exemplo na Ilha do Corvo, uma reserva integral dentro das seis milhas para as artes com armadilhas. Ou seja, tem sido feita, ao longo destes tempos, uma série de reservas que resultam do debate com as associações.

**Presidente:** Coloco à votação a proposta de alteração do PPM para o artigo 53.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.



**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vou colocar à votação o artigo 53.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não há propostas de alteração do artigo 54.º ao artigo 74.º, inclusive. A minha proposta, se não houver oposição da câmara, é colocá-los à votação conjuntamente. Não havendo oposição da câmara, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Para o artigo 75.º há uma proposta de alteração, para o seu n.º 1, do PPM.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bem, de facto, sobra sempre para a Ilha do Corvo. Não temos médicos dentistas, pelos vistos não vamos ter ensino secundário e também não temos a possibilidade de fazer a inscrição marítima. É a única ilha em que não se pode, em que os pescadores têm de se deslocar à Ilha das Flores para fazer a sua inscrição marítima. É este conjunto de exclusões e discriminação que se torna difícil. O Sr. Secretário

está à vontade com esta situação, porque não vive na Ilha do Corvo, mas os corvinos sabem do que eu estou a falar.

Portanto, cria-se aqui uma salvaguarda para que a inscrição marítima seja realizada na Ilha do Corvo. Com as tecnologias que existem e existindo, de facto, também a presença da autoridade marítima, qual é a dificuldade de se fazerem estes procedimentos burocráticos? Por que se tem de massacrar as pessoas com estas questões? É uma proposta muito simples, para tentar salvaguardar esta possibilidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sr. Deputado José Rego, tem a palavra.

**(\*) Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que não é uma questão muito simples.

Sabe perfeitamente que, neste diploma, não podemos fazer aquilo que o senhor quer! O senhor sabe perfeitamente que tem de utilizar outro instrumento para tentar fazer aquilo que quer. Portanto não pode, num diploma regional, é outro instrumento legislativo e o Sr. Deputado sabe perfeitamente que, para aquilo que quer para o Corvo, tem de exercer outro acto legislativo, que não este. Nós não podemos, através de decreto legislativo regional, dizer onde a autoridade marítima pode ou deve estar. Portanto, aí compete ao senhor fazer essa proposta noutra âmbito, que não aqui.

**Presidente:** Sr. Subsecretário Regional das Pescas, tem a palavra.

**(\*) Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para dizer ao Sr. Deputado que, com o novo edifício que foi construído pela Lotaçor, onde vai ficar um espaço dedicado à associação de pescadores, podem ser utilizadas novas tecnologias e os *e-mails* podem ser enviados para diversas entidades a pedir isso. Portanto, o serviço pode funcionar perfeitamente já em termos de século XXI.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Então, vote a favor.

**Presidente:** Vou colocar então à votação a proposta de alteração do PPM para o artigo 75.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 75.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Dos artigos 76.º a 111.º, ou não há propostas de alteração, ou as propostas de alteração são da Comissão, que já aprovámos. Não havendo oposição da câmara, colocava-os à votação em conjunto.

Não há oposição da câmara. Assim sendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Para o n.º 1 do artigo 112.º há uma proposta de alteração, do CDS/PP.

Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

**(\*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que, de facto, o CDS acrescentou os seguintes termos no n.º 1 do artigo 112.º, porque achamos que é importante clarificar os não marítimos. Há uma listagem dos não marítimos, para efeitos de fiscalização às embarcações, para não acontecerem situações menos agradáveis, nomeadamente a nível de coimas, que poderão acontecer se esta listagem não estiver apenas nessas mesmas embarcações. Por isso, remetemos para o artigo 116.º, para o n.º 2 desse artigo, que faz referência exactamente a essa mesma listagem.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com a alteração para o n.º 1 do artigo 112.º apresentada pelo CDS/PP façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar o artigo 112.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos agora votar o artigo 113.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Há uma proposta de alteração para o n.º 5 do artigo 114.º, apresentada pelo BE. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 114.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Dos artigos 115.º a 185.º ou não há qualquer proposta de alteração, ou elas são da Comissão.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado? Quer votar separadamente o artigo 158.º? Então, do artigo 115.º ao 156.º vou colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, a votação na especialidade interrompemo-la aqui. Reiniciamos amanhã os trabalhos pelas 10 horas.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

**Presidente:** Diga, Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O PPM propõe que se complete a votação, se for possível.

**Presidente:** Estão de acordo todos os grupos parlamentares?

Então, vamos continuar.

Muito bem, vou colocar à votação o artigo 157.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Artigo 158.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Agora colocava à votação em conjunto os artigos 159.º a 185.º.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Só o artigo 159.º? Muito bem. Vamos votar então o artigo 159.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Sr. Deputado António Pedro Costa, qual é o artigo que o PSD faz questão que seja votado em separado? O 160.º?

Coloco então à votação o artigo 160.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 160.º foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 17 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Colocaria agora à votação os artigos 161.º a 185.º.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** Faça o favor de dizer qual é o artigo que quer que seja votado em separado, Sr. Deputado. O 168.º?

Então, vamos votar os artigos 161.º a 167.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos votar agora o artigo 168.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Pergunto se posso colocar à votação em conjunto os artigos 169.º a 187.º.

*(Apartes inaudíveis da câmara)*

**Presidente:** O artigo 178.º à parte? Então, estão à votação os artigos 169.º a 177.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vou colocar agora à votação o artigo 178.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Coloco agora à votação, se não houver oposição da câmara, os artigos 179.º a 185.º, inclusive, em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Para o artigo 186.º há uma proposta de alteração do CDS/PP.

Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

**(\*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, só para dizer que, a nível das contra-ordenações, nós propomos aqui uma alteração da graduação dessas mesmas contra-ordenações e um agravamento em duas situações. Vou abster-me de ler essas duas situações. Elas são eliminadas, ou seja, passam: uma, de uma contra-ordenação grave para



muito grave; e outra, de uma contra-ordenação moderada para contra-ordenação grave.

Portanto, são estas as nossas duas propostas.

Obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vou colocar a proposta de alteração do CDS/PP à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Vou agora colocar à votação o artigo 186.º, com a alteração que acaba de lhe ser introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Se não houver oposição da câmara, eu colocaria à votação em conjunto os artigos 187.º a 206.º, inclusive. Não havendo, vamos então votar esses artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Há uma proposta de aditamento de um artigo 206-A, do Bloco de Esquerda, vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** O Sr. Deputado António Pedro Costa pede a palavra para?

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, gostaríamos que o artigo 204.º fosse votado, que se repetisse a votação do artigo 204.º.

**Presidente:** Ele acabou de ser votado. Querem que repita a votação? Só a do artigo 204.º? Portanto, a votação é considerada válida até ao artigo 206.º, menos para o artigo 204.º, certo? Muito bem. Vamos então votar o artigo 204.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Não havendo oposição da câmara, eu colocaria à votação em conjunto os artigos 207.º a 211.º, inclusive. Não havendo, vamos votar então esses artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Vamos proceder agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

**(\*) Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

De vez em quando, também chega a minha vez.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente este diploma, que pretende regular o exercício da pesca nas suas diversas componentes, tendo no entanto manifestado algumas preocupações que vão para além desta iniciativa. Contudo, o tema é ainda parco quanto a questões estratégicas para o sector, decisivas para o seu desenvolvimento e orientadoras de futuros investimentos.

São muitas as questões a que este documento ainda não responde nem abre caminhos para a sua resolução, pelo que esperamos que o tema pesca não fique em banho-maria pelo facto de se aprovar este diploma. Termina esta declaração de voto deixando algumas das preocupações que referimos:

A inexistência de uma linha de rumo clara sobre a formação profissional e o seu enquadramento legal, factor decisivo para o progresso do sector;

Uma maior colaboração de entidades científicas com objectivos claros a alcançar, factor decisivo para o sector que, ao invés de medidas casuísticas, tenha um programa claro;

Uma linha de rumo sobre a defesa da biodiversidade no nosso mar com, nomeadamente, a eficaz proibição ou restrição de práticas predatórias;

Finalmente, a aposta no Eixo 4 dos programas INTERREG neste sector teria permitido desenvolver e apoiar actividades no âmbito do PROMAR, complementares ou mesmo alternativas ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida das comunidades piscatórias, através da implementação de estratégias promovidas por grupos de acção costeira.

Não se pode, de futuro, perder estas oportunidades.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais declarações de voto, damos por encerrado o nosso trabalho de hoje. Recomeçamos amanhã, às 10 horas da manhã.

Eu pedia aos Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

*(Eram 20 horas e 15 minutos)*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António** Augusto Batista Soares **Marinho**

**Cláudio** Borges **Almeida**

**Duarte** Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

**Francisco** da Silva **Álvares**

**Jorge** Manuel de Almada **Macedo**

**Rui** Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

**Partido Popular (CDS/PP)**

**Artur** Manuel Leal de **Lima**

(\* ) Texto não revisto pelo Orador.

## **Documentos entrados**

### **1 - Resposta a Requerimentos:**

**Assunto:** Incompetência da Atlanticoline prejudica passageiros e põe em causa o bom nome das Agências de Viagens e Postos do RIAC

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Autor:** Mark Marques (PSD)

**Data de Entrada:** 2010.07.13

**Referência:** 54.03.05 – N.º 284/IX;

**Assunto:** Obras na Escola Básica e Secundária das Velas

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Autor:** Luís Silveira (CDS/PP)

**Data de Entrada:** 2010.07.13

**Referência:** 54.01.05 – N.º 260/IX;

**Assunto:** Peixe por escoar da Lota da Horta

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Autor:** Artur Lima (CDS/PP)

**Data de Entrada:** 2010.07.13

**Referência:** 54.01.07 – N.º 283/IX;

**Assunto:** Antiga Casa da Lavoura em Santa Cruz da Graciosa à beira de ruir

**Proveniência:** Gabinete da Presidência

**Autor:** João Bruto da Costa (PSD)

**Data de Entrada:** 2010.07.13

**Referência:** 54.03.04 – N.º 278/IX.

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO N.º 284/IX – INCOMPETÊNCIA DA ATLANTICOLINE PREJUDICA PASSAGEIROS E PÕE EM CAUSA O BOM NOME DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS E POSTOS DA RIAC**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n.º 284/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Mark Marques do PSD.

O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

O Porto das Pipas não é um porto escalado pela Atlânticoline.

A título excepcional, a pedido da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e para servir exclusivamente os propósitos de dinamização das festas Sanjoaninas, a Atlânticoline prontificou-se, durante o período daquelas festas, a fazer o desembarque de passageiros naquele porto.

Foram dadas informações aos agentes de viagem e RIAC para que comunicassem aos passageiros que não iria ser efectuado qualquer embarque no Porto de Pipas nos dias em questão. Infelizmente alguns passageiros não apreenderam a mensagem e compareceram no Porto das Pipas para embarcar.

Confrontada com essa situação, e entre deixar 23 passageiros em terra ou embarcá-los, a tripulação de bordo do navio Santorini decidiu efectuar o check in manual dos 23 passageiros e das duas viaturas que se apresentaram para embarque.

Os melhores cumprimentos

**O Chefe de Gabinete:** *Hermenegildo Galante*

---

## **ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 260/IX – OBRAS NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DAS VELAS**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 260/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Luís Silveira, do CDS-PP. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. O projecto está concluído, tendo já sido lançado o concurso público para adjudicação da empreitada de grande reparação e adaptação ao ensino secundário da EB2,3/S de Velas, autorizado por Resolução de Conselho de Governo nº 11/2009, de 6 de Julho.

2. O relatório final está a ser ultimado.

Ainda sobre o concurso informa-se que:

- O respectivo anúncio foi publicado no Jornal Oficial, II Série, nº 158, de 19 de Agosto e Diário da República II série nº 157, de 14 de Agosto;
- Foi publicada prorrogação de prazo de apresentação de propostas no Diário da República II Série nº 208, de 27 de Outubro;
  - O acto público do concurso realizou-se a cinco de Novembro de 2009;
  - Foi elaborado o primeiro relatório preliminar a 22 de Janeiro de 2010;
  - Para análise das questões, colocadas em sede de audiência prévia, e após ponderação das mesmas pelo júri, foi elaborado um segundo relatório preliminar, a 19 de Abril de 2010;
  - Este relatório foi enviado novamente para audiência prévia.

3. Relativamente à data prevista de início das obras, refira-se que, na sequência das reclamações apresentadas pelos concorrentes, das quais resultou a exclusão de todos eles, ter-se-á que iniciar novo procedimento.

No que concerne ao prazo de construção, informa-se que, em caderno de encargos, estão previstos 24 meses.

4. A cópia final do projecto da obra não poderá ser enviada, mas estará disponível para consulta na Direcção Regional da Educação e Formação.

Os melhores cumprimentos

**O Chefe de Gabinete:** *Hermenegildo Galante*

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 283/IX – PEIXE POR ESCOAR DA LOTA DA HORTA**

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 283/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Artur Lima, do CDS-PP.

O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte, em relação aos esclarecimentos solicitados informa que:

– Contrariamente ao afirmado, não ocorreu nenhum constrangimento de escoamento de pescado da Horta no dia 14 de Junho, uma vez que não houve entrega de peixe para escoar no aeroporto nesse dia e o voo operado pela TAP Air Portugal, que fez a ligação Horta – Lisboa nesse mesmo dia, disponibilizou 2500 kg de carga e correio que ficaram por ocupar na sua totalidade.

– No dia 15 de Junho dos 4.426 kg de pescado para escoar, foram reencaminhados através da frota inter-ilhas para Lisboa 1.056.kg, designadamente, 455 kg via Ponta Delgada e 601 kg via Terceira.

– Nesse mesmo dia não foi possível escoar o restante pescado (3.307 kg) uma vez que o voo de Ponta Delgada para Lisboa já se encontrava com toda a capacidade de carga reservada, com carga originada de diversas ilhas, incluindo do Faial.

– O escoamento do restante pescado foi feito no dia 16 de Junho, designadamente, 2.970 kg no voo S4 152 Horta –Lisboa e 400 kg via Ponta Delgada.

– As regras sobre os serviços aéreos regulares entre o Continente e a RAA estão publicadas e disponíveis para consulta no Jornal Oficial da União Europeia, série C, nº 104, de 25/04/2008. As mesmas foram cumpridas no caso em apreço.

Os melhores cumprimentos

**O Chefe de Gabinete:** *Hermenegildo Galante*

---

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 278/IX – ANTIGA CASA DA LAVOURA EM SANTA CRUZ DA GRACIOSA À BEIRA DE RUIR**



Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 278/IX, subscrito pelo Senhor Deputado João Bruto da Costa, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte, em relação aos esclarecimentos solicitados informa que:

1. A resolução nº 6/2007, de 18 de Janeiro cede, a título precário e gratuito, à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa o referido imóvel e refere no seu ponto 4 que, “como contrapartida da cedência, ficam a cargo da cessionária as obras de recuperação, adaptação e manutenção do imóvel”.
2. Cabe, pois, à Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa tomar as medidas necessárias para acautelar a integridade do imóvel.
3. A cedência definitiva do imóvel é uma questão que será analisada no devido momento e se for proposta pela Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa.
4. Deverá ser a Santa Casa de Santa Cruz da Graciosa a definir o projecto ao qual o referido imóvel servirá de apoio.

Os melhores cumprimentos

**O Chefe de Gabinete:** *Hermenegildo Galante*

**Pela redactora,** *Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa.*